

Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção
Área de Concentração: Mídia e Conhecimento.

AS ESTRATÉGIAS DO CEFET-PR NO PERÍODO DE 1935 A 1945

Lauro Gursky Junior

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Área de Concentração: Mídia e Conhecimento, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Florianópolis

2000

Lauro Gursky Junior

AS ESTRATÉGIAS DO CEFET-PR NO PERÍODO DE 1935 A 1945

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de **Mestre em Engenharia de Produção (Área de Concentração: Mídia e Conhecimento)** e aprovada em sua forma final pelo **Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção** da Universidade Federal de Santa Catarina.

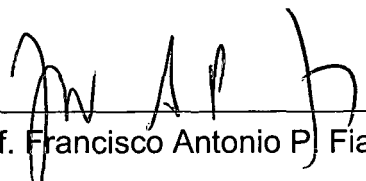
Florianópolis, outubro de 2000.


Prof. Ricardo de Miranda Barcia, Phd.
Coordenador do Curso

BANCA EXAMINADORA



Prof. Carlos Raul Borenstein, Dr.
Orientador


Prof. Francisco Antonio P. Fialho, Dr.


Prof. Jair Ferreira de Almeida, Dr.

**À minha querida esposa VERA,
companheira de uma vida inteira,
que sempre me apoiou nos
momentos decisivos de forma
carinhosa, amiga e dedicada, e
que é inspiradora do meu ato de
amar, pensar e sonhar.**

**À minha querida filha LAUREN,
de quem sempre muito exigi, e
que tem sido um sol permanente
em minha vida.**

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. **CARLOS RAUL BORENSTEIN** que se mostrou, além de orientador, um amigo atencioso, por sua paciência, tranqüilidade e disponibilidade para as minhas consultas, e que, com a sua capacidade e conhecimentos transmitidos, empenhou-se de maneira generosa e irrestrita para a elaboração desta dissertação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção/Laboratório de Ensino a Distância, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especialmente **FERNANDO O. GAUTHIER, FRANCISCO A. P. FIALHO, MÁRCIO VIEIRA DE SOUZA, ROSÂNGELA RODRIGUES, e SILVANA BERNARDES ROSA**, pelos conhecimentos proporcionados, desafios apresentados e incentivos dispensados.

Aos colegas do Curso de Mestrado em Engenharia de Produção do CEFET-PR, com quem tive a oportunidade de conviver, sonhar, aprender e enriquecer, tanto em termos intelectuais, mas principalmente em termos afetivos, e que comigo compartilharam desta viagem, da qual não voltei do mesmo jeito que parti.

A todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração desta dissertação, seja com uma palavra amiga, seja com um gesto ou uma intenção, e que, mesmo sem citar seus nomes, se auto-identificarão ao lerem esta mensagem.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| LISTA DE FIGURAS | vii |
| RESUMO | ix |
| ABSTRACT | x |
| 1 INTRODUÇÃO | 1 |
| 1.1 Exposição do tema e problema de pesquisa | 1 |
| 1.2 Objetivos da pesquisa..... | 8 |
| 1.2.1 Objetivo geral..... | 8 |
| 1.2.2 Objetivos específicos..... | 9 |
| 1.2.3 Justificativa e relevância..... | 9 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA | 12 |
| 2.1 Escolas enquanto instituições sociais | 12 |
| 2.1.1 Considerações sobre as organizações..... | 13 |
| 2.1.2 Teoria dos sistemas abertos..... | 15 |
| 2.1.3 Estrutura organizacional | 21 |
| 2.1.4 Interação ambiente/organização..... | 22 |
| 2.1.5 Estratégia organizacional | 27 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 33 |
| 3.1 Introdução | 33 |
| 3.2 Perguntas de pesquisa | 37 |
| 3.3 Delineamento da pesquisa | 38 |
| 3.3.1 O estudo de caso..... | 39 |
| 3.4 Caracterização da pesquisa | 41 |
| 3.4.1 Procedimentos de coleta e análise das informações..... | 42 |
| 3.5 Os documentos..... | 45 |
| 3.5.1 As entrevistas | 45 |
| 3.5.2 Limitações da pesquisa | 47 |
| 4 TRAJETÓRIA DO CEFET-PR NO PERÍODO DE 1935 A 1945 | 49 |
| 4.1 Introdução | 49 |
| 4.2 A origem das escolas de aprendizes artífices | 51 |
| 4.3 Histórico da escola de aprendizes artífices do Paraná até 1935..... | 52 |

| | |
|--|------------|
| 4.4 Descrição contextualizada da trajetória da organização no período de 1935 a 1945. | 56 |
| 4.4.1 Período de 1935–1936 - a precariedade das antigas instalações | 56 |
| 4.4.2 1936-1937 - A nova sede | 62 |
| 4.4.3 1937-1942 - O Liceu Industrial do Paraná e suas implicações | 78 |
| 4.5 1942-1945 A Escola Técnica de Curitiba – uma nova concepção de ensino. | 114 |
| 4.6 Análise consolidada do período de 1935 a 1945. | 138 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES | 146 |
| 5.1 Considerações finais. | 146 |
| 5.1.1 Ambiente geral..... | 147 |
| 5.1.2 Ambiente específico | 148 |
| 5.2 Recomendações | 149 |
| 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 151 |
| 7 ANEXOS | 155 |
| 7.1 ANEXO 01 - RELATÓRIO DA ESCOLA DE APRENDÍZES ARTÍFICES DO PARANÁ – 1935. | 155 |
| 7.2 ANEXO 02 - “CONSOLIDAÇÃO DOS DISPOSITIVOS CONCERNENTES ÀS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES | 164 |
| 7.3 ANEXO 03 - RELATÓRIO DA ESCOLA DE APRENDÍZES ARTÍFICES DO PARANÁ – 1936. | 172 |
| 7.4 ANEXO 04 - MERENDA ESCOLAR | 188 |
| 7.5 ANEXO 05 - PROVAS PARCIAIS REFERENTES AO MÊS DE JUNHO DE 1937. | 191 |
| 7.6 ANEXO 06 - INSTRUÇÕES REGULADORAS DO FUNCIONAMENTO DOS CURSOS NOTURNOS, A QUE SE REFERE O ART. 43 DO REGULAMENTO VIGENTE. | 203 |
| 7.7 ANEXO 07 - “CONDIÇÕES DE MATRÍCULA NA ESCOLA TÉCNICA DE CURITIBA | 207 |
| 7.8 ANEXO 08 - RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS (ORDEM ALFA-BÉTICA) E CARGO OCUPADO, NO PERÍODO DE INTERESSE. | 213 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - “Fachada do prédio da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná – 1913 – situado à praça Carlos Gomes”..... | 57 |
| Figura 2 - “Secção de feitura do vestuário alunos do 3.º ano – aula de costura à mão – 1935”..... | 59 |
| Figura 3 - “Secção de fabrico de calçados 4.º ano - aula de manipulação de máquinas – 1935”..... | 60 |
| Figura 4 - “Sala de aula do Curso Primário – 1936 – Observe-se o tipo de carteira à que se referia o diretor da Instituição no seu relatório.”. 68 | |
| Figura 5 - “Alunos com modelos de uniformes – n.º 1, formatura – n.º 2, passeio – n.º 3, trabalho – 1935.”..... | 89 |
| Figura 6 - “Rubens Klier de Assumpção”..... | 90 |
| Figura 7 - “Daniel Borges dos Reis”..... | 90 |
| Figura 8 - “Lauro Wilhelm”..... | 94 |
| Figura 9 - “Ulisses de Mello e Silva..... | 94 |
| Figura 10 - “Alunos que tomaram parte na festa de encerramento do ano letivo de 1939 – 20.11.1939.”..... | 95 |
| Figura 11 - “Presidente da República - Getúlio Vargas”..... | 97 |
| Figura 12 - “Ministro da Educação e Saúde – Gustavo Capanema”..... | 97 |
| Figura 13 - “Interventor – Manoel Ribas”..... | 98 |
| Figura 14 - “Inauguração da “Secção de Artes Gráficas”. Professor Lauro Wilhelm, membros do corpo docente, diretores de Grupos Escolares e estabelecimentos de Ensino Secundário de Curitiba, e jornalistas que compareceram ao ato de inauguração.”..... | 102 |
| Figura 15 - “Sala de Impressão da Secção de Artes Gráficas” 09.05.1940.” | 103 |
| Figura 16 - “Adaptação do pátio de recreio para a prática de ginástica e esportes – agosto/1940.”..... | 104 |
| Figura 17 - “Refeitório pronto para o café da manhã – nov/1942).”..... | 108 |
| Figura 18 - “Refeitório pronto para o almoço – nov/1942.”..... | 108 |
| Figura 19 - “Gabinete dentário – Dr. Genuíno Lima – Abril/1942.”..... | 113 |

| | |
|--|-----|
| Figura 20 – “Dr. Antonio Bittencourt de Paula no consultório médico – nov/1942.” | 113 |
| Figura 21 - “O interventor Manoel Ribas preside os trabalhos da Mesa de Instalação dos Cursos Técnicos – 01/03/1943.” | 119 |
| Figura 22 - “Recepção às autoridades participantes na cerimônia de instalação dos cursos técnicos – 01/03/1943.” | 119 |
| Figura 23 - “O Gen. José Agostinho dos Santos – comandante da 5.ª Região Militar – discursa durante a cerimônia de Instalação dos Cursos Técnicos – 01/03/1943.” | 119 |
| Figura 24 - “O Diretor da Escola Técnica de Curitiba, prof. Lauro Wilhelm, discursa durante a cerimônia de Instalação dos Cursos Técnicos – 101/03/1943.” | 120 |
| Figura 25 - “Sala de aula do Curso Técnico de Edificações – 1943.” | 123 |
| Figura 26 - “Oficina do Curso Técnico de Construção de Máquinas e Motores – 1943.” | 123 |
| Figura 27 - “Curso de Desenho Técnico – Aula de desenho – 1.º ano do Curso de Desenho Técnico – maio/1943.” | 124 |
| Figura 28 - “Início da visita do Ministro Gustavo Capanema à Escola Técnica de Curitiba – 16/10/1943.” | 127 |
| Figura 29 - “Comitiva de autoridades acompanham o Ministro Gustavo Capanema pelo hall de entrada da Escola Técnica de Curitiba – 16/10/1943.” | 128 |
| Figura 30 - “Inauguração do Retrato do Ministro Gustavo Capanema, pelo interventor Manoel Ribas – 16/10/1943.” | 128 |
| Figura 31 - “Curso Industrial de Alfaiataria Seção de Máquinas – 1944” | 129 |
| Figura 32 - “Curso Industrial de Alfaiataria – Seção de Máquinas – 1944” ... | 130 |
| Figura 33 - “Perspectiva do projeto para ampliação da Escola Técnica de Curitiba, elaborado pela Companhia Construtora Nacional S.A., do Rio de Janeiro, em 1944.” | 133 |
| Figura 34 - “Obras de ampliação da Escola Técnica de Curitiba – 1946” | 134 |

RESUMO

Este trabalho é uma pesquisa qualitativa, com uma abordagem sócio-histórica, onde se descreve, por meio de um estudo de caso, como a instituição de ensino, hoje denominada CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ (CEFET-PR), adaptou-se às mudanças ocorridas no período de tempo delimitado pelos anos de 1935 até 1945, em um ambiente influenciado, sobretudo, por ações governamentais. Para tanto utilizaram-se, como metodologia, os ensinamentos de BRUYNE et al (1977) e seus quatro pólos: o epistemológico, o teórico, o morfológico e o técnico. Ao descrever, neste estudo de caso, a história parcial da Instituição, tomamos como modelo de “sistemas abertos”, as pesquisas de KATZ e KHAN (1987), e como estratégia organizacional, principalmente os ensinamentos de MINTZBERG e McHUGH (1985), e ANSOFF E McDONNEL (1993). No intuito de subsidiar e complementar os dados, tornando o estudo mais consistente, foi utilizada ampla investigação documental do período, principalmente no Arquivo Geral da Instituição, bem como em revistas, jornais e fotografias. Estudando o processo de adaptação estratégica da organização, pode-se observar que o mesmo é intercambiado pelas mudanças provocadas, sobretudo, pela implementação das novas legislações educacionais do período.

Palavras-chave: **História do CEFET-PR, História da Educação Tecnológica, Educação Tecnológica.**

ABSTRACT

This piece of work is a qualitative research, with a social-historical boarding, where it is described, through a study of case, how the educational institution, nowadays known as FEDERAL CENTRE FOR TECHNOLOGICAL EDUCATION OF PARANÁ (CEFET-PR), has adapted itself to the changes occurred in the period of time outlined by the years of 1935 until 1945, in an environment exceedingly influenced by governmental actions. To this, it was used as methodology the works of BRUYNE et al (1977) and their four poles: the epistemological, the theoretical, the morphological and the technical. On describing, in this study of case, a part of the institution's history, it was taken for model of "open systems" the researches by KATZ and KHAN (1987), and as organizational strategy, mainly the works of MINTZBERG and McHUGH (1985), and ANSOFF and McDONNEL (1993). With the purpose of subsidize and improve the data, making the study a lot more solid, it was used vast investigation of the period's documents, mainly in the general file of the institution, as well as magazines, newspaper and pictures. Studying the process of strategic adaptation of the institution, it can be observed that it is interchanged by the changes caused, above all, by the implementation of new educational laws of the period.

Key-Words: History of CEFET-PR, Technological Education, Education and Technology.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Exposição do tema e problema de pesquisa

“Até agora a raça humana passou por duas grandes ondas de mudanças, cada uma obliterando consideravelmente culturas ou civilizações anteriores e substituindo-as por modalidades de vida inconcebíveis para os que nos antecederam. A Primeira Onda de mudança – a revolução agrícola – levou milhares de anos para se esgotar. A Segunda Onda – o advento da civilização industrial – durou apenas cem anos. A Terceira Onda (que agora chega) traz consigo uma maneira de vida genuinamente nova, baseada em fontes de energia diversificadas, renováveis. Por volta de 1955 a Terceira Onda começou a ganhar força nos Estados Unidos. Hoje, todas as nações de alta tecnologia sofrem as conseqüências da colisão entre a Terceira Onda e as economias e instituições obsoletas, incrustadas na Segunda. A Terceira Onda torna mais difícil e mais oneroso encontrar a pessoa certa, com qualificações adequadas. O aumento da especialização e as rápidas mudanças nas exigências de qualificação reduzem a intercambialidade da mão-de-obra”. (TOFFLER, 1994, p. 19-20).

“Até a segunda metade do século XX, uma pessoa praticava no final de sua carreira as competências adquiridas em sua juventude. Mais do que isto, transmitia geralmente seu saber, quase inalterado, a seus filhos ou

a aprendizes. Hoje esse esquema está em grande parte obsoleto. As pessoas não apenas são levadas a mudar várias vezes de profissão em sua vida, como também, no interior da mesma “profissão”, os conhecimentos têm um ciclo de renovação cada vez mais curto”. (LÉVY, 1999, p. 157).

Quanto ao ensino tecnológico em níveis mundiais, a história das civilizações coincide com a história das técnicas utilizadas pelos mais diferentes povos. De uma maneira geral, até a Idade Média, as técnicas são arcaicas e primitivas. Durante o Renascimento, são os acontecimentos da curiosidade e do espírito experimental que se estendem às diferentes camadas sociais. Do século XVII ao século XIX, surgem invenções revolucionárias, graças a esse espírito experimental que traz consigo o desenvolvimento das ciências. O século XX conduz à passagem para o profissionalismo das tecnologias, e das ciências aplicadas.

Evidencia-se, pois, que no decorrer da História, muitas dificuldades foram encontradas e superadas pelos sistemas técnico e tecnológico. Assim, durante o século XIV, com a expansão demográfica, aumentaram as necessidades individuais, causando, de modo geral, dificuldades na assimilação e adaptação das técnicas que já haviam sido conquistadas por gerações anteriores. Nos séculos XVI e XVII, houve grandes perturbações econômicas e sociais, provocando inflação mundial, por exemplo, devido ao afluxo de metais preciosos na Europa, e o decorrente aumento de bens de consumo. Na seqüência histórica ocorreram surtos de fome e de epidemias, fatores que causaram impactos negativos sobre a estabilidade dos sistemas técnicos. No

entanto, no início do século XVIII, surge um melhor equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e social e os avanços tecnológicos, que evoluem, para já em meados do século XIX, apontarem para grandes repercussões para a sociedade. Este surto de desenvolvimento tecnológico irá novamente encontrar barreiras na grande crise de 1929, provocando sérias conseqüências sobre o sistema técnico que vinha se consolidando.

No processo histórico que se segue, as nações que irão desempenhar papéis predominantes no cenário mundial, seriam os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha, a França, o Japão e a Itália, além da União Soviética, que havia optado pela via socialista. Certamente que não foi por acaso que esses países passaram a desempenhar os papéis centrais.

“De uma forma ou de outra, todos eles haviam investido maciçamente em educação, ciência e tecnologia, junto com a aguda sensibilidade às características da modernidade, associada da nova fase assumida pela história. Nesse contexto, observaram-se grandes progressos no campo industrial e técnico-científico. A ciência, por sua vez, desenvolveu-se além do limite da imaginação popular, com o surgimento de teorias revolucionárias como a quântica e a relativista. Em conseqüência, a tecnologia ganhou alicerces fecundos, para poder atuar num domínio aparentemente sem fronteiras.”(MOTOYAMA, 1995, p. 75-76).

No Brasil, o primeiro movimento filosófico moderno, que chegou a influenciar as classes dirigentes brasileiras foi o Positivismo (isso ocorreu já no final do século XIX), e supervalorizava a ciência a ponto de considerá-la perfeita e acabada, isto é, considerava a ciência pronta para ser ensinada, mas

não a ser pesquisada, pois que já adquirira a forma final. Devido a essa postura, se o Positivismo nos conduziu ao mundo modernizado, foi, por outro lado, um entrave ao nosso desenvolvimento tecnológico, pois menosprezava a pesquisa científica.

Isso não significa que não tenha havido pesquisa científica durante o Império e o início da República. No campo da Geologia, por exemplo, foram feitas excelentes pesquisas pelos Serviços Geológicos do Brasil; no da Astronomia, pelo Observatório Nacional; no da História Natural, pelo Museu Nacional; e na Agricultura, pela Estação Agronômica Imperial. Mas a pesquisa tecnológica em si teve início efetivamente no Brasil, no início do século XX, com três instituições: o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, no Rio de Janeiro; o Gabinete de Resistência de Materiais, da Escola Politécnica de São Paulo; e o Instituto Agronômico, de Campinas. (VARGAS, 1994, p. 214-215).

O advento da República trouxe consigo o entusiasmo pela educação, que “estava articulada ao projeto de modernização das relações sociais, indispensável para garantir e ampliar o movimento produtivo do capital.”(MORAES, 1996, p. 132).

“A instrução pública era vista como instrumento de coesão social, fator de construção da nacionalidade, e formação do cidadão produtivo e patriota. O estado republicano pretensamente racional e científico assume o papel de preceptor do povo e das crianças, marcados ambos no discurso ideológico pela minoridade social. A educação é quase uma religião cívica, responsável pela obra de regeneração das massas populares e auxiliar na organização do trabalho livre. É a obra de

regeneração e disciplinadora dos menores desvalidos que se procura alcançar nas Escolas de Aprendizes Artífices, criadas em 1909, no primeiro projeto nacional efetivo relacionado ao ensino profissional.”(QUELUZ, 1998, p. 97).

O problema da formação de operários especializados e de mestres pelas Escolas de Aprendizes Artífices teve continuidade nas décadas de 1930 e 1940, evoluindo com a criação das Escolas Técnicas Federais, e posteriormente com as escolas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Quanto ao Paraná, durante o Império, não houve nenhuma iniciativa no tocante ao ensino profissional. Nesse período o ensino era repassado aos aprendizes nos próprios locais de trabalho, sem nenhum método ou orientação pedagógica, mas apenas pelo sistema imitativo, no qual o aprendiz repetia as operações que o mestre ou o oficial executavam.

Foi no início da República, quando por determinação do Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, Nilo Peçanha cria as Escolas de Aprendizes Artífices, que aparece no Paraná aquela modalidade de ensino, próprio ao desenvolvimento industrial.

Quando foi inaugurada a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, a 16 de janeiro de 1910, o Estado contava com 297 estabelecimentos industriais, colocando-se como 5.º lugar na classificação de unidades industriais do país. A Escola foi instalada num modesto prédio localizado na Praça Carlos Gomes, na cidade de Curitiba. Ali eram ministradas aulas de feitura de vestuário, fabrico de calçados, e ensino elementar destinados, inicialmente, às camadas menos

favorecidas e aos menores marginalizados. Apesar de humilde, era o início da profissionalização no Paraná.

Em 1937, a Escola passou a ministrar o ensino de 1.º grau, em consonância com a realidade e a legislação de ensino da época, passando então a denominar-se Liceu Industrial do Paraná. Nessa ocasião, a mão-de-obra especializava-se nas atividades de alfaiataria, sapataria, marcenaria, pintura decorativa e escultura ornamental. Já com um ambiente insuficiente para o desenvolvimento de suas atividades, o Liceu transferiu-se para a confluência da avenida Sete de Setembro e rua Desembargador Westphalen, onde funciona até os dias atuais. Cinco anos mais tarde, em 1942, o ensino industrial teve unificada a sua organização em todo o território nacional. A nova orientação atribuía-lhe a preparação profissional dos trabalhadores da indústria, dos transportes, das comunicações e da pesca. O ensino passou a ser ministrado em dois ciclos. No primeiro, incluía-se o industrial básico, o de mestria, o artesanal e a aprendizagem. No segundo, o técnico e o pedagógico. Funcionando agora, paralelamente ao ensino secundário, o ensino industrial começou a vincular-se ao conjunto da organização escolar do país, com a possibilidade de ingresso dos formados nos cursos técnicos, em escolas superiores, diretamente relacionados à sua formação profissional. Com essa nova reforma, o Liceu passou a chamar-se Escola Técnica de Curitiba.

Em 1946 foi assinado um acordo de cooperação entre Brasil-Estados Unidos no campo do ensino industrial, que tinha, como objetivo, a orientação, a formação e o treinamento de professores da área técnica do Brasil. Assim criou-se a CBAI – Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial. Em

função desse acordo de cooperação, a Escola Técnica de Curitiba passou a conter, em suas dependências, um Centro de Formação de Professores, recebendo e preparando docentes das escolas técnicas de todo país.

Em 1959, com a reforma do ensino industrial, a legislação unificou o ensino técnico no Brasil, que até então era dividido em ramos diferentes. A Escola ganhou autonomia, bem como uma nova alteração em sua denominação: passou a chamar-se Escola Técnica Federal do Paraná. Com a autonomia resultante da descentralização, foi adquirindo identidade própria, e passou a ser considerada como unidade escolar padrão no estado, principalmente diante da configuração do ensino de 2.º grau, trazido pela lei nº 5692/71, a qual dava uma ênfase especial à preparação para o trabalho.

A partir de 1973 a Escola Técnica Federal do Paraná, passou a ofertar os cursos superiores de Engenharia de Operação na área da Construção Civil e Elétrica, com autorização especial do MEC.

Outro marco histórico ocorreu em 1978, quando então foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), passando agora estatutariamente, a ministrar também o ensino superior.

As profundas mudanças, ocorridas no período histórico delimitado pelos anos de 1935 até 1945, geraram turbulências no ambiente, que impuseram à organização, a necessidade de ajustes e adaptações com o seu ambiente externo, para responder às novas legislações educacionais. Estes ajustes expressaram-se através de um padrão, num fluxo de ações (estratégia), e são elementos fundamentais para um melhor entendimento da atualidade do CEFET-PR.

Estudos que analisem e descrevam como o CEFET-PR respondeu às mudanças ambientais naquele período, não foram encontrados na literatura.

É partindo das considerações descritas, que se formula o seguinte problema de pesquisa:

Quais foram as estratégias do CEFET-PR, no período de 1935 a 1945, ao lidar com as exigências do seu ambiente?

1.2 Objetivos da pesquisa

Nesta etapa busca-se formular a proposta de trabalho que possa responder às perguntas de pesquisa, e se explicitam os objetivos gerais e específicos a serem utilizados durante a investigação (RICHARDSON, 1985).

1.2.1 Objetivo geral

Identificar as estratégias (padrão num fluxo de ações) do CEFET-PR, a partir do resgate da sua História no período delineado em 1935 a 1945.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Desenvolver as dimensões históricas de forma contextual, da educação tecnológica, através de análises e reflexões críticas, contemplando, em especial o ensino técnico na organização;
- b) Analisar as experiências ocorridas nas mudanças das denominações de Escola de Aprendizes Artífices do Paraná (1909 a 1937), para Liceu Industrial do Paraná (1937 a 1942), e para Escola Técnica de Curitiba (1942 a 1959);
- c) Aprofundar a reflexão entre autonomia, descentralização administrativa, e a necessidade de implantação de novos cursos para implementar as determinações contidas nas mudanças da legislação educacional no CEFET-PR.

1.2.3 Justificativa e relevância

A dimensão histórica é elemento fundamental para um melhor entendimento da educação tecnológica. Nesse sentido, é preciso resgatar as etapas e circunstâncias do ensino técnico na Instituição e no Brasil, pois a história da técnica é a explicitação de sua razão de ser, no passado e até os dias de hoje.

Observamos que, apesar de básicas, quão ricas e férteis em desdobramentos podem se transformar as reflexões acima: a perspectiva das relações humanas no tempo; as mudanças na estruturação da organização e

nas concepções educacionais; as relações entre as transformações na estrutura da própria Instituição, pois trouxeram consigo novas mudanças sócio-econômicas e educacionais.

Para a resolução destes questionamentos fundamentais, torna-se necessária a adoção de uma pesquisa que, em nível prático, leve à consulta de dados disponíveis sobre a história da Instituição, quer na parte bibliográfica existente, quer na análise de outras fontes, que nos leve a perceber a existência de uma forte e clara correlação entre a história do CEFET-PR, e o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, e mais especificamente, no Paraná.

Em nível teórico, a pesquisa analisaria os requisitos educacionais, de qualificação e inovação, que as novas formas de produção e trabalho impuseram, acompanhadas de novos paradigmas e seus impactos sobre a educação tecnológica e industrial.

Justifica-se, enfim, a pesquisa e a sua mobilização de recursos, pelo fato de resgatar cientificamente a história do CEFET-PR, revitalizando os estudos numa dimensão abrangente, que oferece solução de continuidade, propiciando uma reflexão aprofundada sobre a atividade educacional industrial e técnica (“a arte do saber fazer”), e a tecnológica (“a ciência do trabalho produtivo”).

Considere-se ainda: a) a importância da pesquisa aplicada a ser realizada, principalmente entre as atividades de ensino e as relações com o setor produtivo, que garantem, atualmente, a credibilidade do CEFET-PR no âmbito da sociedade; b) a descrição da concepção do ensino ligado à prática da pesquisa, e as relações com a gênese da sociedade atual, que demonstram

através de sua evolução, a tão questionada concepção utilitarista, atribuída ao ensino técnico-profissional atual; c) finalmente, que o desenvolvimento da ciência e tecnologia requerem abrangência do saber, e que os atores sociais não podem prescindir do conhecimento historiográfico, isto é, da origem e da evolução no tempo e no espaço, assim como, das contingências a elas inerentes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

2.1 Escolas enquanto instituições sociais

As necessidades de informações das organizações como um todo e das pessoas da organização, de modo particular, são aspectos fundamentais para os processos de tomada de decisão que afetam o meio ambiente interno e externo, garantindo ou não a sobrevivência dessa organização e de seus membros (HEEMANN, 1996).

É necessário compreender que este processo conduz à busca do conhecimento na evolução das teorias das organizações, nas ciências humanas e sociais, assim como no desenvolvimento técnico e tecnológico de seus sustentáculos básicos e fundamentais. A retrospectiva sobre a evolução das principais teorias da organização, trilha o caminho da fundamentação teórica, da estruturação e da sistematização da ciência da administração.

A análise de uma instituição de ensino enquanto organização requer um estudo das dimensões que constituem sua estrutura, vista como o inter-relacionamento de seus diferentes subsistemas, interagindo em seu modelo de organização.

No intento de resgatar a História do CEFET-PR e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil e no Paraná, no período compreendido entre o ano de 1935 e o ano de 1945, discorre-se sobre algumas características referentes às organizações.

2.1.1 Considerações sobre as organizações

Os estudos sobre as organizações vêm sendo orientados, sistematicamente, pelo caráter dinâmico da realidade, com o objetivo de examiná-las sob pontos de vista que envolvem sua relação com o contexto ambiental mais amplo. PARSONS (1974) analisa as organizações como sendo unidades sociais que procuram atingir objetivos específicos. Já para WEBER (1991), as organizações são analisadas como sistemas voltados para fins específicos, diferenciando-as de outras formas de agrupamento social. MOUZELIS (1975) entende a organização como um sistema social composto por vários subsistemas (grupos, departamentos, etc.), interagindo com outros sistemas sociais mais amplos como comunidade e sociedade. Concebe a realidade social como um conjunto de sistemas interligados, que se estendem ordenadamente desde a personalidade individual e os pequenos grupos até as sociedades como um todo.

PARSONS (1974) entende que as organizações variam segundo o tipo de função que realizam no sistema social geral, podendo assim serem distinguidas:

- organizações orientadas para a produção;
- organizações orientadas para fins políticos;
- organizações integrativas; e
- organizações conservadoras.

“A organização é um complexo sistema de comunicações e inter-relações existentes num agrupamento humano. Esse sistema

proporciona a cada membro do grupo parte substancial das informações, pressupostos, objetivos e atitudes que entram nas suas decisões, propiciando-lhes, igualmente, um conjunto de expectativas estáveis e abrangentes quanto ao que os outros membros do grupo estão fazendo e de que maneira reagirão ao que ele diz e faz”(SIMON, 1979, p. 13).

No entendimento de PARSONS (1974), a organização como unidade social é a disposição dos meios, pelos quais diferentes pessoas, empenhadas em uma complexidade de tarefas, relacionam-se entre si, no estabelecimento e realização consciente e sistemática de objetivos, em que concordam mutuamente.

“As organizações caracterizam-se por: 1- divisões de trabalho, poder e responsabilidade de comunicação, que não são causais ou estabelecidas pela tradição, mas planejadas intencionalmente a fim de intensificar a realização de objetivos específicos; 2- a presença de um ou mais centros de poder que controlam os esforços combinados da organização e as dirigem para seus objetivos; esses centros de poder precisam, também, reexaminar continuamente a realização da organização e, quando necessário, reordenar sua estrutura, a fim de aumentar sua eficiência e; 3- substituições do pessoal, isto é, as pessoas pouco satisfatórias podem ser demitidas e designadas outras pessoas para suas tarefas. A organização também pode recombina seu pessoal, através de transferências e promoções”(ETZIONI, 1984, p. 3).

Segundo SCHEIN (1982), as organizações começam sob a forma de idéias na mente das pessoas. Se a organização obtém êxito na consecução do

objetivo de congregar adeptos ou criar a demanda para um produto ou serviço novo, essa organização sobreviverá, crescerá e conseguirá firmar-se. Observa-se essa estabilidade quando as organizações vão além da simples realização das finalidades iniciais e assumem funções mais amplas, passando a desempenhar um papel na comunidade e desenvolvem, em torno de si mesmas, ideologias e mitos que geralmente incluem a suposição de que elas devem crescer e sobreviver. Dessa maneira, quando se deseja compreender o processo de implantação de uma organização, deve-se procurar na literatura, um conhecimento mais aprofundado.

2.1.2 Teoria dos sistemas abertos

Podemos entender as organizações como sistemas abertos ou fechados (sistemas burocráticos). São consideradas sistemas abertos, quando mantêm um inter-relacionamento com um sistema maior: a sociedade. Existem insumos sob a forma de pessoas, materiais e dinheiro e, também, sob a forma de forças políticas e econômicas, vindas do sistema maior. Conseqüentemente redundam também, em resultados sob a forma de produtos, serviços e recompensas a seus membros.

Para PARSONS (1974), pensamos nos sistemas “abertos”, participando de um intercâmbio contínuo de recepções e apresentações com seus ambientes. Um sistema pode ser definido como um conjunto de partes interagentes e interdependentes que, formam um todo unitário, com determinado objetivo, e

efetua uma determinada função. Os sistemas abertos reconhecem a interação dinâmica entre o sistema e o seu ambiente. O “ambiente é definido como o conjunto de informações ou elementos externos à organização e que podem afetá-la no todo ou em parte.”(BORENSTEIN, 1999).

Uma organização é um sistema orgânico e adaptativo, no sentido em que muda sua natureza como resultado das mudanças no sistema externo que a envolve. O sistema coopera com o ambiente, assim como o indivíduo coopera com ele. É dinâmico, no sentido de que suporta constantes mudanças como resultado da interação entre os subsistemas e também com o sistema ambiental maior. Nesse sentido, a organização é um sistema sócio-técnico. O sistema constitui-se na organização de pessoas, envolvendo várias tecnologias, bem como existe em virtude do comportamento motivado das pessoas. Essas relações e o comportamento determinam os insumos, as transformações e os resultados do sistema.

KATZ e KAHN (1987), referindo-se à teoria dos sistemas abertos, afirmam que o são uma linguagem conceptual para a compreensão e descrição de muitas espécies e níveis de fenômenos, e esta é usada para explicar e descrever o comportamento de organismos vivos e combinações de organismos. A organização é, pois, um subsistema de um ou mais sistemas maiores e sua vinculação ou integração com eles afeta seu modo de operação e nível de atividade.

As pesquisas de KATZ e KHAN (1987, p. 35), mostram as organizações como sistemas abertos e apresentam as seguintes características:

- a) importação ou entrada (*input*) – os sistemas recebem ou importam insumos do ambiente externo para se suprirem de recursos, energia e informação. O sistema precisa de um fluxo de entradas de recursos (que são os insumos necessários às atividades e operações do sistema) capaz de lhes proporcionar energia, matéria ou informação. Estes recursos são colhidos no meio ambiente que envolve externamente o sistema e com o qual este interage dinamicamente por meio de relações de interdependência;
- b) conversão ou transformação – os sistemas processam e convertem suas entradas em produtos ou serviços, que constituem seus resultados. Cada tipo de entrada (como matérias, máquinas e equipamentos, mão-de-obra, dinheiro, créditos e tecnologia) é processado por meio de subsistemas específicos ou especializados naquele tipo de recurso. Assim, dentro do sistema, ocorre um fenômeno de diferenciação pelo fato de os subsistemas se especializarem no processamento dos diferentes tipos de insumos que o sistema importa do meio ambiente;
- c) exportação ou saída (*output*) – as entradas devidamente processadas e transformadas em resultados, são exportadas novamente para o ambiente. As saídas são decorrentes das atividades de conversão ou processamento do sistema, por operações realizadas pelos diversos subsistemas em conjunto;
- d) retroação ou retroalimentação (*feedback*) – é a entrada de caráter informativo que dá ao sistema sinais a respeito do ambiente externo e do seu próprio funcionamento e comportamento em relação ao ambiente. A

retroação permite ao sistema corrigir seu comportamento, ao receber a informação de retorno ou uma energia de retorno, que volta ao sistema para realimentá-lo ou para alterar seu funcionamento em função de seus resultados ou saídas. A retroação é basicamente um mecanismo sensor, que permite ao sistema determinar os desvios que devem ser corrigidos, a fim de que possa alcançar seu objetivo. Para os referidos autores existem dois tipos de retroação:

- 1- retroação positiva: atua como meio para aumentar a variação da saída do sistema em relação aos objetivos ou padrões pré-estabelecidos. A retroação positiva encoraja o sistema a mudar ou a acelerar seu funcionamento. Assim, se a ação do sistema for insuficiente, a retroação positiva deverá estimulá-lo para que suas saídas produzam uma ação mais intensa;
- 2- retroação negativa: se a ação dos sistemas for exagerada, ou mais do que suficiente, a retroação negativa se incumbem de inibir ou restringir seu funcionamento, para que as novas saídas sejam menores ou produzam uma ação menos intensa.

Pela retroação, o sistema busca informação externa sobre seu desempenho e compara essa informação com os objetivos ou padrões pré-estabelecidos para verificar se está havendo algum desvio ou erro no seu funcionamento;

- e) estabilidade – mediante os mecanismos de retroação, o sistema apresenta a característica de estabilidade ou auto-regulação. Quando submetido a qualquer distúrbio ou perturbação, o sistema, ativamente

volta a seu estado de equilíbrio anterior, sendo que esse equilíbrio é dinâmico e visa a manter:

- as partes ou estruturas do sistema (com seus subsistemas);
 - as relações entre as partes (que constituem a rede de comunicação do sistema);
 - as interdependências entre os subsistemas e entre o sistema e o seu meio ambiente;
- f) adaptabilidade – é a característica pela qual o sistema se modifica ou cresce pela implantação de novas e diferentes partes, relações e interdependências para se adaptar às mudanças ocorridas no meio ambiente;
- g) entropia – processo pelo qual o sistema tende à desorganização, à desintegração, à perda da energia;
- h) diferenciação – todo sistema aberto tende à diferenciação de suas partes, isto é, à multiplicação e elaboração de funções especializadas, hierarquizadas e altamente diferenciadas;
- i) equifinalidade – os sistemas abertos se caracterizam pelo princípio da equifinalidade. Um sistema pode alcançar, por uma enorme variedade de meios e de caminhos, o mesmo estado final ou objetivo, partindo de diferentes condições iniciais;
- j) ciclo de eventos – o funcionamento do sistema aberto tem um caráter cíclico e repetitivo. Todas as atividades do sistema constituem ciclos de eventos recorrentes de entradas, conversões e saídas que se repetem e se alternam indefinidamente;

k) limites ou fronteiras – o sistema aberto apresenta limites ou fronteiras, isto é, barreiras e demarcações entre o que é o sistema e o que passa a ser o ambiente externo no qual está inserido. Os limites definem as áreas de transações ou de intercâmbio entre o sistema e o ambiente, ou seja, onde ocorre a relação entre o sistema e o ambiente. Os limites podem apresentar variados graus de abertura com o ambiente. Quanto mais aberto o sistema, tanto maior o intercâmbio com o ambiente. Quanto mais fechado, tanto menor o intercâmbio.

Essas características, conjuntamente, proporcionam um acentuado grau de complexidade aos sistemas, além da diversidade, pois cada uma das características varia de um sistema a outro.

O propósito fundamental das organizações, como de todos os sistemas, é uma multiplicidade de objetivos e funções pelos quais a estabilidade é alcançada, envolvendo múltiplas interações com o ambiente. Assim, as organizações são sistemas sociais moldados pelo ambiente em que se situam e integram o sistema maior que é a sociedade na qual estão inseridas.

Para o desenvolvimento deste trabalho, tomamos como modelo de sistemas abertos as pesquisas de KATZ e KHAN (1987, p. 35).

2.1.3 Estrutura organizacional

A estrutura organizacional define como as tarefas serão alocadas dentro da organização, quem se reporta a quem, e quais os mecanismos formais de coordenação e padrões de interação a serem seguidos (ROBBINS, 1990).

Segundo HALL (1984), a estrutura organizacional pode ser analisada sob diferentes ângulos, quer pela diferenciação horizontal, vertical e dispersão espacial, como por meio da centralização e da formalização. Na diferenciação, Hall mostra o número, unidades e subunidades ou as especialidades ocupacionais de uma organização. A dispersão espacial diz respeito às unidades e subunidades que se encontram descentralizadas geograficamente, mas vinculadas à estrutura da unidade central. A diferenciação vertical refere-se ao número de níveis hierárquicos existentes, desde o topo até a base da estrutura organizacional.

Como estrutura social, as organizações caracterizam-se como realidades complexas, limitadas pelas fronteiras com o ambiente que as cerca, pelas normas de funcionamento e níveis de autoridade e pelos sistemas de comunicação, coordenação e afiliação. Esses processos decorrem de um conjunto de objetivos, cujos significados, quando compartilhados, norteiam as ações de seus integrantes. Assim, considerando-se a identificação de BLAU e SCOTT (1977) da estrutura social e da cultura como dimensões da organização social, entende-se que a estrutura organizacional é estabelecida por meio de padrões interativos, cujos fundamentos baseiam-se em significados compartilhados.

2.1.4 Interação ambiente/organização

A Escola Estruturalista iniciou o estudo das organizações que interagem com o ambiente externo, e deu ênfase a relações interorganizacionais, possibilitando o desenvolvimento de estudos comparativos. Assim, a organização passa a ser vista como um sistema construído em constante relação de intercâmbio com o meio ambiente.

Essa análise do ambiente organizacional fortaleceu-se a partir da Teoria Geral dos Sistemas, e, posteriormente, com a Teoria Contingencial, em cujo entendimento de seus seguidores, abria-se toda uma possibilidade de se visualizar as demandas do ambiente, sob a ótica da dinâmica organizacional.

Para HALL (1984), os fatores endógenos (internos) e exógenos (externos) são cruciais para o entendimento do ambiente. Em assim sendo, as organizações são influenciadas pelas mudanças ambientais, exigindo novos padrões administrativos, novas estratégias e reposicionamentos, de acordo com as contingências.

Para PERROW (1976), as organizações são influenciadas pelo seu ambiente, da mesma forma que também o influenciam, visto que se tornam grandes, poderosas e indispensáveis ao mesmo. Pressupõe-se que o ambiente externo venha a provocar alterações nas organizações, uma vez que a relação entre ambos é dinâmica e constante.

STONER e FREEMAN (1999) afirmam que o ambiente representa todo o universo que envolve externamente a organização, ou seja, tudo aquilo que

está fora da organização. O ambiente é a própria sociedade, a qual é constituída de outras organizações sociais. As organizações não vivem num vácuo, isoladas e auto-suficientes, mas funcionam dentro de um contexto, do qual dependem para sobreviver, crescer e se desenvolver. É deste contexto, que as organizações obtêm os recursos tecnológicos, humanos, culturais e as informações de que precisam para o seu funcionamento. Como os *inputs* são obtidos no ambiente externo, é para este ambiente que as organizações colocam seus produtos e serviços.

KATZ e KHAN (1987), referindo-se às teorias das organizações, afirmam que estas, olhando a organização humana como um sistema fechado, desconsideram diferentes ambientes organizacionais e a natureza da dependência organizacional, quanto ao ambiente. Conduzem, também, a uma superconcentração nos princípios do funcionamento organizacional interno, e conseqüentemente à falha em desenvolver a compreensão dos processos de *feedback*, que são essenciais para a sobrevivência.

HALL (1984, p. 156) divide os ambientes em dois tipos:

- 1) ambiente geral: afeta todas as organizações e é igual para todas (condições tecnológicas, legais, econômicas, demográficas e culturais); e
- 2) ambiente específico: são as entidades externas que interagem diretamente com a organização (fornecedores, clientes, concorrentes, acionistas, etc.) no alcance de seus objetivos. São fatores críticos, únicos para cada organização, que podem influenciar positiva ou negativamente a eficiência da empresa.

As decisões estruturais tomadas pelos dirigentes para melhor alinhar suas organizações com o grau de incerteza no seu ambiente específico, dependem da percepção dos mesmos a respeito das condições ambientais que os rodeiam.

MINTZBERG (1995a, p. 297) estabelece quatro dimensões de análise para o ambiente organizacional:

- 1) estabilidade: o ambiente pode variar de estável a dinâmico. A natureza dinâmica de um ambiente está relacionada a sua imprevisibilidade quanto a mudanças (incerteza ambiental);
- 2) complexidade: o ambiente pode variar de simples a complexo;
- 3) diversidade de mercado: o mercado pode variar de integrado a diversificado. A diversidade está relacionada a uma ampla faixa de clientes, produtos ou serviços abrangidos pela organização; e
- 4) hostilidade: o ambiente pode variar de magnânimo a hostil. A hostilidade é influenciada pela competição, pelas relações das organizações com sindicatos, governos e outros grupos, e pela sua disponibilidade de recursos. Quanto mais hostil um ambiente, mais rápido a organização deve responder a ele.

Essa identificação dos componentes do ambiente organizacional ganha contornos diferentes quando se considera que nem tudo o que existe e acontece no ambiente ao redor da organização é percebido pelos seus membros.

Dessa maneira, BOWDITCH e BUONO (1992) classificam o ambiente em real e percebido. O ambiente real consiste nas entidades, objetos e condições

fora das fronteiras da organização, que é externo e mensurável, pela utilização de indicadores objetivos (econômicos, financeiros, demográficos, mercadológicos, crescimento ou diminuição dos empregos, etc.). Essa realidade objetiva impõe limitações ao modo de operar da organização, concentrando-se nos ambientes geral e operacional. O ambiente percebido é a percepção dos indivíduos da organização acerca daquele ambiente real. BOWDITCH e BUONO (1992) afirmam que embora essas percepções também sejam eventos “reais”, do ponto de vista de suas conseqüências, elas ocorrem dentro da organização.

A sobrevivência das organizações dependem de recursos, tais como matérias- primas, pessoal, recursos financeiros, serviços e operações produtivas, cuja aquisição requer a interação com outras organizações, as quais controlam esses recursos, passando a deter o poder sobre as que deles necessitam. Como se percebe, as organizações dependem de seus ambientes. Para PFEFFER e SALANCIK (1978), a sobrevivência da organização é parcialmente explicada pela habilidade de lidar com as contingências ambientais. Assim, para os referidos autores, as organizações constituem coalizões de diversos interesses. Seus participantes podem ter, e muitas vezes têm, preferências e metas incompatíveis, e os interesses que prevalecerão nas ações organizacionais são fatores muito importantes para a determinação dessas ações.

Segundo OLIVEIRA (1988), citado por BORENSTEIN (1999), o “ambiente não é um conjunto estável, uniforme e disciplinado, mas um conjunto bastante dinâmico em que atuam constantemente grande quantidade de forças, de

diferentes dimensões e naturezas, em direções diferentes, e que muda a cada momento, pelo fato de cada uma dessas forças interferir, influenciar e interagir com as demais forças do ambiente”.

Sendo o ambiente o contexto, o espaço micro e macro, onde a organização se localiza, é também a natureza física, energética, que no caso das instituições de ensino são representadas pelos seus corpos docentes, discentes, e administrativos, que são seres humanos, e sendo assim, o homem também é natureza em sua essência.

Ao delimitarmos a nossa pesquisa de identificação das estratégias do CEFET-PR, no período de 1935 a 1945, teremos necessariamente que elencar as seguintes variáveis no macroambiente:

- variáveis legais (legislações e normas);
- variáveis políticas (estrutura do poder, getulismo, totalitarismo, comunismo, integralismo, Estado Novo e Segunda Guerra Mundial);
- variáveis econômicas (exportações/importações e industrialização);
- variáveis culturais (níveis de alfabetização, escolaridade, e estrutura educacional);
- variáveis sociais (segmentos da população, atuação sindical, ideologia, e assistencialismo);
- variáveis tecnológicas (aquisição de tecnologia, mudanças tecnológicas na organização, e incentivos governamentais).

2.1.5 Estratégia organizacional

Segundo BETHLEM (1981), a palavra estratégia vem do grego *strategos* (general) e significou em toda a antigüidade, e até provavelmente o século XVIII, “arte do general”. A palavra general significa “geral”, pelo fato de que em algum ponto da história militar, o comandante da ação passou a se afastar da linha de frente, para poder ter uma visão de conjunto das batalhas, ao invés de se envolver diretamente na ação, e ter sua visão reduzida a um pequeno campo. Segundo o mesmo autor, teria sido então criada a diferença entre a tática (“arte de conduzir o combate”), e a grande tática (“arte de preparar e conduzir os exércitos para a batalha”).

Para esse autor, o conceito de estratégia utilizado pelas empresas difere do conceito tradicional militar: os objetivos e as missões não são tão claros, as batalhas difusas e dispersas, o inimigo nem sempre é identificável, muitas vezes se recusa à confrontação, muitas vezes é aliado em certas áreas e em certas ocasiões, e quase sempre é múltiplo, representado por várias empresas e organizações, que podem ser coligadas ou não, no seu esforço de impedir a vitória do inimigo. Apesar disso, o autor considera que o conceito de estratégia militar é um bom auxílio para a compreensão da estratégia empresarial.

OLIVEIRA (1988, p. 25) considera estratégia como “um caminho, ou maneira, ou ação estabelecida e adequada para alcançar os objetivos da empresa”. É nessa mesma linha que PAGNONCELLI e VASCONCELLOS FILHO (1992, p. 265) definem estratégia como “o que a empresa decide fazer, considerando o ambiente, para atingir os Objetivos, respeitando os Princípios,

visando cumprir a Missão no Negócio”. Verifica-se, desse modo, que para esses autores o conceito de estratégia decorre da metodologia apresentada na obra referida, e que tem por escopo, a formulação de um plano estratégico empresarial.

ANDREWS (1980) conceitua a estratégia como um padrão ou modelo de decisões que determina e revela seus objetivos, propósitos ou metas; o referido padrão produz as principais políticas e planos para concretizar tais metas, define a esfera de negócios a que aspira uma companhia, estabelece a classe de organização econômica e humana que é, ou pretende ser e, também, define a natureza das contribuições econômicas e não econômicas que pretende proporcionar a seus acionistas, empregados, clientes e às comunidades.

Para ANSOFF e McDONNEL (1993, p. 70), a estratégia é um conjunto de regras de tomada de decisão para orientação do comportamento de uma organização. Esses autores apresentam quatro tipos distintos de regras:

- “1. Padrões pelos quais o desempenho presente e futuro da empresa é medido. Em termos qualitativos, esses padrões são chamados de **objetivos**, e em seu aspecto quantitativo são chamados de **metas**.
2. Regras para desenvolvimento da relação da empresa com seu ambiente externo: que produtos e tecnologias a empresa desenvolverá, onde e para quem os produtos serão vendidos, como a empresa conquistará alguma vantagem sobre os concorrentes. Este conjunto de regras é chamado de **estratégia de produto e mercado**, ou **estratégia empresarial**.

3. Regras para o estabelecimento das relações e dos processos internos na organização, isto é freqüentemente chamado de **conceito organizacional**.
4. Regras pelas quais a empresa conduzirá suas atividades do dia-a-dia, chamados de **políticas operacionais**.”

Para MINTZBERG (1978 e 1994), o campo da administração estratégica não pode sustentar-se em uma única definição de estratégia; segundo ele, a palavra vem sendo implicitamente usada de diferentes maneiras, embora tradicionalmente tenha sido definida formalmente de uma só. Considerando que o reconhecimento explícito de múltiplas definições pode ajudar a atuação neste difícil campo, apresenta cinco definições de estratégia (que denomina “Os cinco p’s da estratégia”): como *plano*, *simulação (ploy)*, *padrão*, *posição* e *perspectiva* – e considera algumas de suas inter-relações.

Para a maior parte das pessoas, *estratégia é um plano* – uma direção, alguma espécie de curso de ação deliberadamente determinado, um guia para o futuro. De acordo com esta definição, as estratégias têm duas características essenciais: elas são formuladas *antes* das ações nas quais serão aplicadas e são desenvolvidas intencionalmente, com um propósito determinado. Podem, ainda, estar algumas vezes explicitadas em documentos formais conhecidos como “planos”, embora isto não seja uma condição essencial para categorizarmos a estratégia “como plano”. Ainda como “plano”, a estratégia pode ser geral ou específica; desse modo, um dos usos específicos da palavra ocorre quando se planeja uma *simulação (ploy)*, isto é, como uma “manobra” para iludir o oponente ou concorrente.

Cabe, entretanto, perguntar: todas as estratégias realizadas na organização foram anteriormente preconcebidas, pretendidas? Nem sempre. Em decorrência, uma terceira definição é proposta: a estratégia também pode ser *um padrão* observado – especialmente um padrão em um fluxo de ações, um comportamento consistente ao longo de um determinado período de tempo. Dessa forma, alguns planos podem não ser realizados, enquanto alguns padrões podem surgir sem que tenham sido preconcebidos, configurando o que MINTZBERG denomina *estratégias emergentes* – padrões de ações observados, sem que tenham sido formulados prévia e formalmente.

Percebe-se que pretensões que foram completamente concretizadas podem ser chamadas *estratégias deliberadas*, enquanto que as *estratégias emergentes* resultam de padrões observados, não expressamente pretendidos: as ações desenvolveram-se, uma a uma, convergindo ao longo do tempo em algum tipo de consistência ou padrão.

A quarta definição apresenta a estratégia como uma *posição* – especificamente, um meio de localizar uma organização no que os teóricos da organização rotulam como *ambiente*. Por esta definição, estratégia torna-se a força mediadora entre a organização e ambiente, isto é, entre contexto interno e externo. Em termos ecológicos, estratégia tornou-se um nicho; em termos econômicos, uma maneira de gerar rendas; em termos de administração, um domínio produto-mercado, o lugar no ambiente onde recursos são concentrados.

As quatro definições de estratégias anteriores procuram localizar a organização no ambiente externo, a quinta e última, focaliza o interior da

organização, o interior das cabeças da estratégia coletiva. Nesta acepção, estratégia é uma *perspectiva*. Seu conteúdo consiste não somente numa posição escolhida, mas numa particular maneira de perceber o mundo. Algumas organizações, por exemplo, são entidades agressivas, criando novas tecnologias e explorando novos mercados; outras percebem o mundo como um conjunto estável, e assim param em longa estabilidade de mercado e constroem conchas protetoras ao redor de si mesmas, recaindo mais em políticas de influência do que em eficiência econômica. Estratégia, neste sentido, é para a organização, o que a personalidade é para o indivíduo.

Embora existam várias relações entre as diferentes definições, nenhuma dessas relações, nem tampouco uma simples definição em particular, predomina sobre as outras. De alguma maneira, estas definições competem entre si (pois podem se substituir uma a outra), mas, na verdade, elas se completam. Nem todos os planos se transformam em padrões, nem todos os padrões foram planos desenvolvidos; certas simulações são mais tarde posições, enquanto outras estratégias são mais posições do que perspectivas. Cada definição agrega importantes elementos ao nosso entendimento sobre estratégia, de maneira a encorajar-nos a responder questões fundamentais relativas às organizações em geral.

A presente pesquisa adota um conceito de estratégia que incorpora as alternativas acima descritas (como plano, padrão, posição e perspectiva): *a estratégia é um padrão num fluxo de decisões e ações* (MINTZBERG e McHUGH, 1985). Volta-se, assim, para as estratégias *realizadas* (padrões, observados no tempo, de decisões e ações), que tanto podem ter sido

***deliberadas* (pretendidas, intencionais) ou *emergentes* (padrões realizados na ausência de intenções).**

É importante destacar que as apropriadas dimensões da estratégia é função do nível de estratégia em que ocorrem as mudanças. Assim, seu foco pode ser em nível da corporação, da unidade de negócio, do inter-organizacional (alianças estratégicas, parcerias) ou da funcional. Tendo em vista os objetivos da presente pesquisa, o primeiro nível será o mais considerado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Introdução

De maneira geral, trabalhos acadêmicos ou não acadêmicos possuem uma fundamentação teórica, qual seja, um conjunto de conceitos, princípios e técnicas que vêm a norteá-los. Em princípio, todo trabalho possui um método, o qual necessariamente não precisa ser seguido à risca, pois no desenvolvimento o processo pode exigir mudanças. Concorde-se, pois, com alguns autores, que compreendem que o método também inclui a criatividade do pesquisador (DEMO, 1992).

DEMO (1992, p. 11) afirma que “metodologia significa, na origem do termo, estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência.” Ainda segundo o autor, “o método, embora apenas instrumental, é indispensável sob vários motivos: de um lado, para transmitir à atividade marcas de racionalidade e ordenação, otimizando o esforço; de outro, para garantir o espírito crítico contra credulidades, generalizações apressadas, exigindo para tudo que se diga, os respectivos argumentos; ainda para permitir criatividade, ajudando a devassar novos horizontes”(DEMO,1992, p. 12). Isso leva o autor a concluir que “a falta de preocupação metodológica leva à mediocridade fatal”.

Para BRUYNE et al (1977, p. 29) considera-se a metodologia como algo muito mais abrangente que deve ajudar a explicar não somente os produtos da

investigação científica, mas principalmente o seu próprio processo, uma vez que a definem como “a lógica dos procedimentos científicos em sua gênese e em seu desenvolvimento”. Os autores entendem que as escolhas metodológicas não podem ser reduzidas a uma seqüência de operações e procedimentos, pois a prática científica, especialmente em se tratando das ciências sociais, é dinâmica, requerendo interpretações constantes entre os quatro pólos que fazem parte da metodologia: os pólos epistemológico, teórico, morfológico e técnico.

Em conformidade com os autores acima citados, o pólo epistemológico “exerce uma função de vigilância crítica, “decide as regras de produção e de explicação dos fatos, da compreensão e da validade das teorias”. Portanto, está relacionado a toda uma gama de processos discursivos, e de métodos muito gerais que impregnam, com a sua lógica, as abordagens do pesquisador. Os métodos a que se referem os autores são: a dialética, a fenomenologia, a quantificação e a lógica hipotético-dedutiva.

O pólo teórico está relacionado com os “quadros de referência”, os quais orientam a própria formulação sistemática dos objetos de pesquisa, pois “desempenham um papel paradigmático implícito que propõe regras de interpretação dos fatos, de especificação e de definição das soluções provisoriamente dadas às problemáticas”(BRUYNE et al, 1977, p. 35). Os autores afirmam que os principais quadros de referência que compõem este pólo, são o positivismo, abordagem compreensiva, o funcionalismo e o estruturalismo.

Já o pólo morfológico é o lugar da objetivação da problemática de pesquisa formulada pela teoria. É o espaço onde se articulam os conceitos, os elementos, as variáveis, e representa o plano de organização dos fenômenos. Para os autores “ao mesmo tempo, ele é o quadro operatório, prático da representação, da elaboração, da estruturação dos objetos científicos”. Os métodos de ordenação dos elementos constitutivos desses objetos, nas ciências sociais, configuram as seguintes modalidades de quadros de análise: as tipologias, os tipos ideais, os sistemas e as estruturas-modelos.

O pólo técnico, é o que “trata dos procedimentos de coleta das informações e das transformações destas últimas, em dados pertinentes à problemática geral”. É a instância responsável pelo esforço de constatação dos dados com a finalidade de confrontá-los com a teoria que os suscitou. Está relacionado aos modos de investigação possíveis na prática científica, os quais serão escolhidos em cada caso, de acordo com as opções já realizadas nos outros pólos descritos.

Assim, segundo BRUYNE et al (1977), os principais modos de investigação no campo das ciências sociais, são os estudos de caso, os estudos comparativos, as experimentações e as simulações. Dentro de cada um dos modos de investigação encaixam-se diversas técnicas de coletas dos dados ou informações, as quais serão igualmente selecionadas em função dos outros campos que compõem a pesquisa a ser realizada.

De acordo com a concepção desses autores, as escolhas metodológicas de uma pesquisa formam um verdadeiro sistema, com os quatro pólos interagindo dialéticamente para formar o conjunto dessa prática. É a partir desse

entendimento, que apresenta-se a seguir, a metodologia adotada na presente pesquisa.

Em concordância com os autores acima mencionados, esclarecemos que a intenção deste trabalho é a de buscar a descrição da realidade a ser estudada, tal qual ela se apresenta, buscando entendê-la a partir da percepção dos agentes sociais que nela se envolveram, e do significado que ela adquire para esses indivíduos. Assim, a descrição do período estudado será feita com a finalidade de atingir a sua compreensão apenas, não se buscando realizar quaisquer intervenções na organização estudada, procurando, com o maior rigor metodológico possível, dar garantia de cientificidade à pesquisa realizada.

É importante deixar claro que a escolha dessa linha referencial, abre possibilidade de múltiplo desenvolvimento de pesquisa, preferencialmente de cunho interdisciplinar, com respeito às concepções de ensino adotadas e desenvolvidas pela organização, e suas relações com as ideologias dominantes, assim como, as transformações no contexto histórico-social.

Essa opção metodológica possibilita uma concepção dinâmica das relações humanas em seus diversos níveis, em uma determinada sociedade, ou segmento social. Na tentativa de captar estas relações humanas em sua plenitude, nos pensamentos e fazeres diferentes, relativos ao mesmo assunto, privilegiaremos, além do resgate documental, o resgate por meio das técnicas propostas pela história oral, da voz dos atores sociais que auxiliaram, direta ou indiretamente, na constituição histórica do CEFET-PR (professores, funcionários, ex-alunos, autoridades, etc.).

3.2 Perguntas de pesquisa

As perguntas de pesquisa consistem na operacionalização do problema de pesquisa, e é através delas que se pode obter, no contexto estudado, os aspectos relevantes que interessam ao pesquisador.

Tendo como base o problema de pesquisa e o quadro teórico-empírico apresentado, formularam-se as perguntas que serviram de base para o trabalho:

- Qual o processo que levou à formação de estratégias do CEFET-PR, no período de 1935 a 1945?
- Quais os fatores intervenientes no processo de transformação da antiga Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, para Escola Técnica de Curitiba?
- Quais foram as questões fundamentais que envolveram as profundas mudanças na implantação dos cursos técnicos e industriais?
- Quais as estratégias adotadas para a implantação dos novos cursos, e implementação da nova legislação educacional?

3.3 Delineamento da pesquisa

Tendo em vista que o problema proposto para um trabalho de pesquisa e as teorias adotadas para orientá-lo é que sugerem a forma ou o método que deverá ser seguido, pode-se afirmar que o presente estudo caracteriza-se por sua natureza qualitativa, a qual no entendimento de vários autores, encaixam-se perfeitamente em situações como o estudo do funcionamento de estruturas em organizações.

A pesquisa qualitativa abarca uma enorme diversidade de trabalhos, mas basicamente, as características dos estudos desta natureza, segundo BOGDON (apud TRIVIÑOS, 1987, p. 127), são as seguintes:

- o ambiente natural no qual o fenômeno a ser estudado será inserido, é visto como fonte direta dos dados da pesquisa, e o pesquisador é tido como instrumento-chave, pois é o responsável por realizar a ligação do fenômeno em questão, com o ambiente real e complexo;
- são trabalhos essencialmente descritivos;
- preocupa-se em estudar o processo dos fenômenos pesquisados, e não apenas os resultados e o produto deles decorrentes;
- tendem a analisar as informações obtidas indutivamente, uma vez que não partem de hipóteses a priori e, por isso, especialmente nas pesquisas qualitativas fenomenológicas, “os significados, a interpretação, surgem da percepção do fenômeno visto num contexto”;

- a preocupação essencial, principalmente nos trabalhos com enfoque fenomenológico, é com o significado que os fenômenos pesquisados assumem para os indivíduos.

Além dessas características, as pesquisas qualitativas diferenciam-se de pesquisas quantitativas em outros pontos. Em relação às etapas de desenvolvimento da pesquisa, um estudo de natureza qualitativa caracteriza-se por ser mais flexível, de tal forma que as etapas de coleta e análise das informações não são rigidamente separadas e mesmo a própria pergunta que norteia o estudo pode ser revista no decorrer do processo.

3.3.1 O estudo de caso

Este trabalho assumiu a forma de uma pesquisa qualitativa, e com esta perspectiva, decidiu-se pela postura metodológica do estudo de caso, porque consideramos que era o mais adequado para se atingir o objetivo proposto. Tendo em vista que o propósito fundamental de um estudo de caso é analisar profundamente e com detalhes uma determinada unidade social, procurando retratar a multiplicidade de dimensões que a compõem, buscando sempre contextualizar o que se escolheu focar com a pesquisa, o estudo a ser realizado neste trabalho é uma estratégia de pesquisa que se alicerça no entendimento da dinâmica que existe em situações singulares. Segundo BRUYNE (1977), o estudo de caso reúne informações tão numerosas e tão detalhadas quanto possível, com vistas a apreender a totalidade de uma

situação. Por esse motivo, ele recorre à técnica de coleta de informações igualmente variadas (documentos, observações, entrevistas, etc.).

Para GODOY (1995), o estudo de caso tem-se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões “como” e “por que” certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real.

De acordo com YIN (1981), o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa pode ser utilizado de modo exploratório (visando levantar questões e hipóteses para futuros estudos, por meio de dados qualitativos), de modo descritivo (buscando associações entre variáveis, normalmente com evidência de caráter quantitativo) e, mesmo explanatório (procurando uma tradução precisa dos fatos do caso e a consideração de explicações alternativas destes fatos, como também, uma conclusão baseada naquela explicação que parece ser a mais congruente com os fatos).

No caso da pesquisa sobre o processo de formação das estratégias do CEFET-PR, no período de 1935 a 1945, a escolha metodológica do estudo de caso ocorreu em função do aspecto contextual e histórico da pesquisa, visando analisar profundamente uma unidade organizacional específica, na intenção de apreender a totalidade da situação, objetivando avaliá-la analiticamente.

3.4 Caracterização da pesquisa

A pesquisa é de natureza empírica, pois baseia-se em fundamentação teórica, cuja aplicação se verifica numa realidade. Quanto aos fins, a pesquisa é do tipo exploratória e descritiva. Exploratória, porque se constitui em uma primeira abordagem de estudo de caso. Descritiva, porque visa descrever características de determinados fenômenos, delinea o que é, e aborda também quatro aspectos importantes: descrição, registro, análise e interpretação dos fenômenos da época estudada. O método que caracteriza e favorece a compreensão do assunto é o histórico interpretativo, enquanto o modo de investigação que fundamenta o presente estudo identifica-se como estudo de caso histórico-organizacional. O método histórico interpretativo torna-se importante à medida que se empenha no resgate da história do CEFET-PR, no decorrer do tempo. Utiliza, para tanto, a leitura interpretativa, que tem por objetivo identificar os fundamentos (“subsídios que se prestam para provar, retificar ou negar uma proposição ou tese do assunto que se está pesquisando”). (AMBONI, 1995).

Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica, documental e de campo.

Bibliográfica, porque, para a fundamentação teórico-metodológica do trabalho, foi realizada investigação sobre os seguintes assuntos: as organizações, as Escolas de Aprendizizes Artífices, a Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná, e os temas voltados à metodologia. A investigação é documental, porque se valeu de documentos internos do CEFET-PR, que dizem respeito ao objeto de estudo. A pesquisa é de campo, porque coletou

dados primários sobre a história do CEFET-PR via entrevistas e, principalmente, de seu Arquivo Geral.

3.4.1 Procedimentos de coleta e análise das informações

Para TRIVIÑOS (1987, p. 170), independentemente do tipo de coleta de informações, para se obter resultados científicos no campo das ciências humanas e sociais, as informações devem apresentar coerência, consistência, originalidade e objetividade, de acordo com os aspectos de critérios internos de verdade, e de critérios externos de intersubjetividade.

A coleta de informações iniciou-se com a revisão de literatura em livros, periódicos, e jornais, dentre outras fontes bibliográficas.

Como procedimento de coleta de informações, usaram-se dois recursos distintos: dados primários e dados secundários.

Dados primários são aqueles coletados pela primeira vez pelo pesquisador. Os dados primários foram coletados via pesquisa de campo no Arquivo Geral da organização, e de entrevistas semi-estruturadas com diretores, professores e ex-professores que conhecem a história do CEFET-PR e dela participaram.

Segundo RICHARDSON (1985, p.160), a entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre pessoas. É o modo de comunicação pelo qual determinada informação é transmitida de uma pessoa A, para uma pessoa B.

Para KERLINGER (1987, p. 350), existem duas maneiras gerais de se obter informações das pessoas. Uma delas é fazendo-lhes perguntas. Essa é bem direta. A outra maneira é fazendo os indivíduos responderem a algum tipo de estímulo estruturado. Essa forma é mais indireta. A vantagem desse método é o aprofundamento que se pode conseguir no estudo. Como exemplo, o autor cita que o entrevistador pode, depois de fazer uma pergunta geral, sondar as razões das respostas dadas. Os pesquisadores podem ir mais abaixo da superfície das respostas, determinando razões, motivos e atitudes.

Na pesquisa organizacional, é primordial que o pesquisador conheça a cultura da organização para, a partir daí, fazer as intervenções com propriedade e segurança. Uma das maneiras de se conhecer a cultura da organização, é desvendando os valores, as atitudes e opiniões dos sujeitos que pertencem a essa cultura, e uma das formas para se fazer esta investigação é por meio do uso da entrevista não-estruturada e da entrevista semi-estruturada, que são os instrumentos apropriados para a obtenção de dados subjetivos, aqueles relacionados aos valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos.

Entre os diversos tipos de entrevista, decidiu-se pela entrevista semi-estruturada, que “ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

A entrevista semi-estruturada é aquela que articula a entrevista estruturada e a não-estruturada. Segundo TRIVIÑOS (1987), a entrevista semi-estruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias

que interessam à pesquisa, e que em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas sínteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Dessa maneira, o informante seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. Esclarece que as perguntas fundamentais formuladas na entrevista semi-estruturada surgem não só com base na teoria que alimenta a ação do pesquisador, mas também de toda a informação que o investigador já colheu durante o processo de investigação do fenômeno social.

SELLITZ et al (1987), colocam que a entrevista semi-estruturada é apropriada ao desenvolvimento de indagações sobre quais aspectos de uma experiência específica trazem mudanças àqueles que foram expostos a ela. Portanto, os sujeitos pesquisados, aqueles que vivenciaram uma determinada situação, foco da investigação, terão melhores condições para responder às indagações se a técnica utilizada for a da entrevista semi-estruturada.

Dados secundários são aqueles já disponíveis na organização, contidos em atas, manuais, organogramas, fluxogramas, normas, regimentos, e demais documentos organizacionais. A técnica de coleta para a obtenção dos dados secundários baseou-se na consulta a alguns desses documentos. Segundo RICHARDSON (1985, p. 182), a análise documental “pode ser definida como a observação que tem como objeto, não os fenômenos sociais, quando e como se produzem, mas as manifestações que registram estes fenômenos, e as idéias elaboradas a partir deles”.

3.5 Os documentos

Para que fosse possível compreender o CEFET-PR no período delimitado pela pesquisa, foram analisados os documentos existentes a respeito de sua história, desde a sua implantação, até 1935 (até esta época a instituição denominava-se Escola de Aprendizes Artífices do Paraná), que se mostravam pertinentes ao objetivo do estudo. Quanto a isso o pesquisador teve liberdade total de acesso, uma vez que tem como função, no cargo de chefia do Núcleo de Documentação Histórica do CEFET-PR, resgatar e descrever a história da instituição. Foi possível, assim, analisar atas, relatórios, manuais de funcionamento, normas, regimentos, correspondências, convênios, portarias, ofícios e demais documentos da instituição, que pudessem ajudar na compreensão da organização.

As informações até então coletadas dos documentos selecionados foram complementadas por entrevistas semi-estruturadas com diretores, professores e ex-professores, o que possibilitou a percepção de que muitas informações, relevantes sobre o período focado na pesquisa, não constavam de seus documentos oficiais.

3.5.1 As entrevistas

Nesta fase buscou-se abordar questões relativas às percepções dos entrevistados, com relação a uma série de itens:

- Como era o CEFET-PR naquela época?
- Quais os aspectos do cotidiano para os alunos, funcionários, e professores na época pesquisada?
- Quais as principais dificuldades encontradas para administrar a instituição naqueles tempos?
- Como eram os recursos orçamentários?
- Como era o relacionamento humano na instituição?
- Qual a importância da instalação dos cursos técnicos, em detrimento dos artesanais?
- Como se processava o relacionamento da instituição com a comunidade externa?

Este roteiro serviu como fator orientador para as perguntas dirigidas aos entrevistados, pois à medida que se mostrava necessário, investigava-se mais a respeito, aprofundando-se mais na busca pela compreensão do tema. Para tanto, foram filmadas nove entrevistas com professores e ex-professores, incluindo nestas entrevistas cinco diretores da instituição. Os sujeitos sociais apresentaram uma boa receptividade à entrevista, onde explicou-se o objetivo do trabalho, e buscou-se realizá-la com bastante informalidade, num clima de descontração. Essas entrevistas foram filmadas com a permissão dos sujeitos sociais e posteriormente arquivadas, para que se procedesse à análise das mesmas. Dessa maneira, foram consideradas as suas colocações mais importantes para a compreensão do período histórico investigado. Todas as entrevistas forneceram informações valiosas a respeito da organização e, para analisá-las utilizou-se a técnica de análise de conteúdo que, na visão de

CHIZZOTTI (1991), consiste em um método de tratamento e análise de informações, colhidas por meio de técnicas de coleta de informações, consubstanciadas em um documento.

As técnicas de coleta de informações citadas são chamadas por TRIVIÑOS (1987) de Técnica de Triangulação.

Essa técnica abrange a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco estudado. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade.

A análise dos documentos, as observações e as entrevistas foram realizadas com a intenção de investigar a organização em estudo, podendo-se construir um entendimento bastante abrangente a esse respeito. Na realidade, as entrevistas realizadas, o resgate da história da instituição, e a vivência dentro da organização é que forneceram, ao pesquisador, a base para esta compreensão.

3.5.2 Limitações da pesquisa

Não obstante ao rigor aplicado nesta pesquisa, constatamos pontos limitativos durante as diversas fases do desenvolvimento deste trabalho, por exemplo a falta de lembrança dos sujeitos sociais entrevistados, decorrente evidentemente da longevidade dos mesmos e da busca na memória de fatos

passados tão longínquos; o desaparecimento de documentações que deveriam estar arquivadas no Arquivo Geral da instituição, e que não o estão, seja pelo manuseio indevido ao longo do tempo, seja pela falta de cultura de arquivamento de documentos históricos.

O método de estudo de caso, que embora tenha a vantagem de possibilitar uma análise profunda das variáveis em questão, tem a desvantagem de não permitir generalizações plenas das conclusões em outras instituições similares, isto é, as conclusões obtidas referem-se tão somente às estratégias do CEFET-PR no período estudado.

4 TRAJETÓRIA DO CEFET-PR NO PERÍODO DE 1935 A 1945

4.1 Introdução

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná é, hoje, uma autarquia de regime especial vinculada ao Ministério da Educação, e tem por finalidade formar e qualificar profissionais nos vários níveis e modalidades de ensino para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, fornecendo mecanismos para a educação continuada. Com a criação em 1986 do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, a partir de 1990, o CEFET-PR, além de sua sede na cidade de Curitiba, expandiu-se e atualmente conta com mais cinco Unidades de Ensino localizadas nas cidades de Campo Mourão, Cornélio Procopio, Medianeira, Pato Branco e Ponta Grossa, todas no Estado do Paraná.

É importante que antes de apresentarmos os dados referentes às perguntas da pesquisa, apresentemos algumas informações sobre o ambiente no qual a então denominada Escola de Aprendizes Artífices do Paraná estava inserida, pois de acordo com BLAU e SCOTT (1977, p. 222), as condições do ambiente e as características organizacionais estão ligadas intimamente, “fazendo com que a estrutura da comunidade na qual a organização está localizada a influencie e seja por ela influenciada”.

O período histórico aqui pesquisado (1935 a 1945) foi muito conturbado, tanto no aspecto internacional, como no aspecto nacional. É apenas à guisa de informação, e para facilitar a contextualização do período, que mencionamos algumas ocorrências políticas da época.

No panorama internacional, a marca política é a da tendência à radicalização. Os chamados regimes totalitários instalam-se em vários países, sendo os de maior destaque: o fascismo italiano; o nazismo alemão; o stalinismo na União Soviética; o franquismo espanhol; o salazarismo português; o peronismo argentino; e o getulismo brasileiro. As agressões internacionais eram constantes, como a invasão da China pelo Japão (1931), a invasão da Etiópia pela Itália (1935), a ocupação da Renânia pela Alemanha (1936), a intervenção alemã na Guerra Civil Espanhola (1936), a invasão da Áustria e da Tchecoslováquia pela Alemanha (1938), e a invasão da Polônia pela Alemanha em 1939, fato que foi determinante para a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

No panorama nacional, o Brasil havia acabado de sair de um movimento armado de oposição a Vargas, conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932. Duas forças políticas expressivas haviam surgido: o Partido Comunista Brasileiro, que procurava influenciar os sindicatos operários, e a Ação Integralista Brasileira que, inspirada no fascismo italiano, defendia o nacionalismo e apoiava a existência de um Estado autoritário. Em 1935 eclodia o movimento denominado de "Intentona Comunista", duramente reprimido pelo governo. No dia 10 de outubro de 1937, Vargas fechou o Congresso Nacional, iniciando o período conhecido como Estado Novo, extinguindo todos os

partidos políticos, inclusive o Integralista, que o apoiava. Em 21 de agosto de 1942, o Brasil envolvia-se no conflito que ficou conhecido como Segunda Guerra Mundial.

4.2 A origem das escolas de aprendizes artífices

No início do período republicano o país passou por uma grave crise financeira, e o governo tomou uma série de medidas visando a superá-la, assim como a recuperar o equilíbrio da balança de pagamentos. Foi implantada uma política de emissão de moedas e concessão de empréstimos, principalmente para a abertura de novas indústrias, que acabou gerando uma especulação sem precedentes, fato este que ficou conhecido como “encilhamento”, porque a especulação desenfreada tinha lugar privilegiado na Bolsa de Valores, onde a agitação e a euforia eram tantas, que a atividade mais parecia um local de apostas do jóquei. As imaginações mais férteis organizaram empresas de todas as espécies, inclusive fantásticas indústrias, na esperança de um enriquecimento rápido e fácil.

Passada a febre de empreendimentos, ficaram, entretanto, traços do desejo de industrialização, seguindo-se um pequeno surto industrial, pois se por ocasião da proclamação da República o país tinha 636 estabelecimentos industriais, até o ano de 1909 fundaram-se 3.362 outros. Em consequência, a quantidade de operários também crescera bastante. Em 1889 eram empregados 24.369 operários; em 1909 já eram 34.362. Esse

desenvolvimento indicava a necessidade de criação de estabelecimentos para o ensino profissional capazes de suprir a necessidade de mão-de-obra agora exigida.

Com o falecimento de Afonso Pena, em 14 de junho de 1909, o vice-presidente Nilo Peçanha, naquele mesmo dia assumia a Presidência. O novo Presidente da República já havia mostrado preocupação para a solução do problema do ensino próprio à formação do operariado nacional, e três meses após a sua posse, assinou o decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, criando nas capitais dos Estados, as escolas de aprendizes artífices. Este decreto representa o marco inicial das atividades do governo federal, no setor do ensino de ofícios.

4.3 Histórico da escola de aprendizes artífices do Paraná até 1935

Para cumprir o disposto no decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, foi inaugurada em 16 de janeiro de 1910, a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná. Por essa ocasião, o Paraná apresentava “297 estabelecimentos industriais no Estado, fato que lhe dava a 5ª classificação, como unidade industrial do país, empregando 4.724 operários.”(FONSECA, 1962, p. 404). O desenvolvimento da economia do mate, a imigração e a construção da ferrovia ligando Curitiba a Paranaguá, fizeram com que ocorresse um surto de

industrialização, aumentando para 438 o número de estabelecimentos industriais já no ano de 1920.

A pessoa escolhida para estruturar a escola e também ser o seu primeiro diretor foi o Professor Paulo Ildefonso d'Assumpção, nomeado no dia 16 de dezembro de 1909, e que iria dirigi-la até o ano de 1928.

A escola iniciou as suas atividades com 45 alunos, distribuídos nas oficinas de Alfaiataria, Marcenaria e Sapataria, ocupando “um vasto palacete da praça Carlos Gomes”, em Curitiba, colocado à disposição do governo do Estado. Até o final de 1910 foram criadas e implantadas as oficinas de Serralheria, Selaria e Tapeçaria, assim como era também autorizada a instalação das seções de Pintura Decorativa e Escultura Ornamental.

“Logo no início de sua vida, alcançou a Escola grande vitória, que lhe deu renome e a fez respeitada por suas congêneres dos outros Estados. É que, havendo concorrido com trabalhos de Sapataria, Selaria e Alfaiataria, na grande Exposição Internacional de Turim-Roma, realizada em 1911, conquistou duas medalhas de ouro, uma de prata, uma de bronze, e uma menção honrosa”. (FONSECA, 1962, p.405).

A escola possuía o caráter primário, e nos quatro anos de duração dos cursos, os alunos, com idade entre 10 e 14 anos, além do trabalho de aprendizagem nas oficinas, tinham aulas de instrução elementar, que incluíam desde leitura, até o ensino de elementos de geografia, entre outras disciplinas básicas.

Desde a data de sua fundação, até 1935, a escola permaneceu instalada no palacete da Praça Carlos Gomes, de propriedade da família Assumpção, que o

Governo Estadual alugara e cedera ao Federal para aquele fim. O grande número de alunos – 219 em 1910, 293 em 1911, 296 em 1912 – levou o diretor da escola a solicitar uma sede mais condigna ao educandário, pois era clara a insuficiência das instalações para o desempenho do aprendizado dos menores artífices.

Nos anos que se seguiram, a restrição de verbas permitiria apenas a manutenção do prédio, e somente em 1920 o tema seria retomado, pois nessa época o Governo Federal iniciara, em algumas capitais, as obras dos novos prédios onde iriam ficar localizadas, em definitivo, as escolas de aprendizes artífices.

Após a morte de Paulo Ildefonso, em 1928, a direção da escola foi ocupada por João Cândido da Silva Muricy, o qual revelaria que a situação das instalações era muito pior do que afirmava em seus relatos, o seu antecessor. Dessa maneira, o Governo Estadual autorizou o então diretor a escolher um terreno conveniente onde fosse construída a nova sede da instituição. O terreno escolhido, seria uma parte do atual, e está descrito detalhadamente em documento datado de 1929, onde o diretor apontaria como condições ideais: a proximidade de duas linhas de bonde, do centro da cidade e da Estação da estrada de ferro; por ser um terreno alto, quase quadrado e plano, com 75 metros de frente, e 70 metros de fundo, com um total de 5.250 metros quadrados. A sugestão foi aceita e o terreno foi doado em abril de 1930, porém o processo de construção do novo edifício foi paralisado devido ao movimento revolucionário de 1930.

No curto período de administração de João Cândido da Silva Muricy, de dois anos, o mesmo tentou implementar os objetivos estabelecidos pelo Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico e as determinações da Consolidação dos dispositivos concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices.

Em 2 de junho de 1930, foi indicado para o cargo de diretor da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, Rubens Klier de Assumpção. O novo diretor era filho de Paulo Ildefonso d'Assumpção, tendo desempenhado a função de professor de desenho na instituição. Logo que assumiu as funções de direção, Rubens Klier realizou uma série de modificações na estrutura da escola: o remanejamento de professores, o que levou à extinção do sistema de rotatividade das matérias; a adoção do sistema convencional de um professor por turma, à exceção do professor de desenho e de prática das oficinas; a reorganização do programa de ensino, conforme o indicado pela Consolidação dos dispositivos concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices. Esta transição foi auxiliada devido a dois processos paralelos: em primeiro lugar, a renovação do quadro funcional, onde os últimos remanescentes da administração de Paulo Ildefonso se aposentaram; em segundo lugar, a mudança da instituição para um novo prédio (em 14 de setembro de 1934, ocorreu o lançamento da pedra fundamental da escola, e cuja transferência definitiva ocorreria em 1936).

4.4 Descrição contextualizada da trajetória da organização no período de 1935 a 1945.

4.4.1 Período de 1935–1936 - a precariedade das antigas instalações

Tendo em vista que, deste período de 1935 a 1936 não existe literatura a respeito, a pesquisa é basicamente de investigação documental, porque se valeu de documentos internos do CEFET-PR relativos ao objeto de estudo, e também porque coletou-se os dados primários principalmente no Arquivo Geral da instituição.

No ano de 1935, que precedeu a mudança das instalações da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, do antigo prédio situado à Praça Carlos Gomes, para o novo prédio, sito na confluência da Avenida Sete de Setembro com a Avenida Desembargador Westphalen, local onde anteriormente funcionava um antigo engenho de erva-mate, foi assim relatado pelo Diretor do Estabelecimento, Rubens Klier de Assumpção, ao Dr. Francisco Montojos, Superintendente do Ensino Industrial, mencionando o auxílio recebido do governo estadual, na figura de seu interventor, Manoel Ribas:

Figura 1 - "Fachada do prédio da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná – 1913 – situado à praça Carlos Gomes".



Fonte: Núcleo Histórico do CEFET-PR – NUDHI

“Exmo. Sr. Dr. Francisco Montojos.

D. D. Superintendente do Ensino Industrial.

Mais uma vez, no cumprimento de uma das disposições da Consolidação referente às Escolas de Artífices, venho apresentar a V. Excia. o Relatório dos trabalhos e dos principaes factos occorridos no educandário sob a minha direção, esmiuçando o mais possível todas as phases de suas diversas actividades, de fórma a ter essa superintendencia nitida idéa da situação actual do estabelecimento, das suas necessidades e dos trabalhos effectuados durante o anno que vem de findar. Este, por sua vez, assistiu a construcção e acabamento do magestoso predio que, sito na confluencia das duas avenidas, 7 de Setembro e Dez. Westephalen, tanto veio embelezar essa parte da capital curitibana, quanto marcar, sobretudo, uma nova éra de trabalho e de prosperidade para a escola, trabalho e prosperidade esses,

entrevados há annos pelas escassas possibilidades offerecidas durante largo espaço de tempo, pelo velho e acanhado predio que serviu de sede primitiva.

De justiça salientar aqui os esforços e a tenacidade desenvolvidos sem desfallecimentos pelo Exmo. Sr. Governador Manoel Ribas, junto ao Governo Federal, em favor da nova construção, para a qual o Estado concorreu também com valiosa doptação orçamentaria. Afóra a anterior offerta do excellente e vasto terreno onde se acha installado o predio recém-construido, s. excia., demonstrando a alta solitudine em todas as occasiões manifestada pela modalidade de ensino ministrado nestes educandarios, acompanhou infatigavelmente todas as phases da edificação do novo predio, sempre se interessando vivamente pelos menores detalhes de sua construcção e do seu completo e perfeito acabamento". Anexo 01.

A Consolidação dos dispositivos concernentes às Escolas de Aprendizizes Artífices, de 13 de novembro de 1926, (**Anexo 02**) veio tornar uniforme os currículos seguidos nas escolas, onde até então a aprendizagem era feita conforme os critérios estabelecidos pelos diretores e professores.

A Portaria de 13 de novembro de 1926 estabeleceu um currículo para a aprendizagem nas oficinas, determinando que nos dois primeiros anos, paralelamente aos cursos primário e de desenho, haveria aprendizagem de trabalhos manuais, como estágio pré-vocacional da prática dos ofícios.

A Consolidação também regulava o currículo dos cursos primário e de desenho, que eram obrigatórios e que passava a ser constituído das seguintes

disciplinas: Português, Aritmética, Geometria Prática, Lições de Coisas, Desenho e Trabalhos Manuais, Caligrafia, Ginástica e Canto Coral, Corografia e História do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Elementos de Álgebra, noções de Trigonometria, rudimentos de Física e Química, Desenho Industrial e Tecnologia de cada ofício.

O ensino profissional era considerado como de grau primário, mas nota-se pelo currículo estabelecido pela Consolidação, uma tentativa inicial de elevação de nível desse ramo de ensino, o que realmente viria acontecer alguns anos depois, quando o ensino industrial passaria a ser considerado como de segundo grau, em paralelo com o ensino secundário.

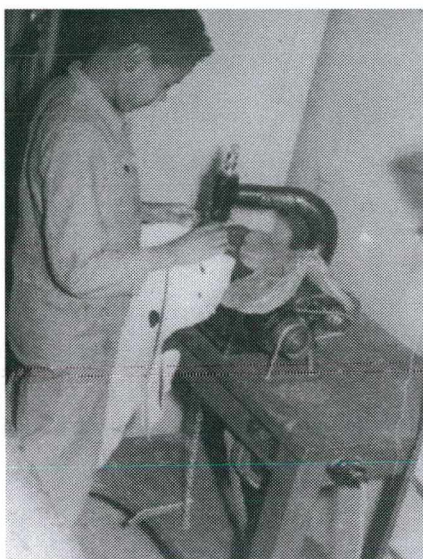
Observe-se que das seções de ofícios correlativos que compõem as diversas profissões, nove ao todo, conforme a Consolidação, no art. 2.º, parágrafo único, inciso II, neste ano de 1935, a então Escola de Aprendizes Artífices do Paraná possuía **quatro** seções de trabalhos: a “Secção de Trabalhos de Madeira”, a “Secção de Trabalhos de Metal”, a “Secção de Fabrico de Calçados”, e a “Secção de Feitura do Vestuário”.

Figura 2 - “Secção de feitura do vestuário alunos do 3.º ano – aula de costura à mão – 1935”



Fonte: Núcleo Histórico do CEFET-PR – NUDHI

Figura 3 - “Secção de fabrico de calçados 4.º ano - aula de manipulação de máquinas – 1935”



Fonte: Núcleo Histórico do CEFET-PR – NUDHI

Quanto às acomodações físicas da Instituição, as mesmas encontravam-se em precário estado de conservação, como narra Daniel Borges dos Reis, em entrevista concedida ao Núcleo de Documentação Histórica do CEFET-PR (NUDHI), em 06/06/1995: *“um pavilhão de madeira daquele prédio da Praça Carlos Gomes... estava caindo. Estava sendo escorado e era preciso então, pelo perigo que corria, melhores acomodações”*.

A proximidade da transferência das instalações da Escola para o novo prédio exigia providências administrativas, como consta na correspondência enviada ao Superintendente do Ensino Industrial, onde a Direção da Escola acusa o recebimento de despacho autorizando a Escola a abrir concorrência pública para aquisição de material permanente para as oficinas; informa que foram feitas listagens do material existente (com mais de vinte anos de uso) e do material que era necessário; consulta também a Superintendência sobre a

possibilidade de instalação de uma nova seção de trabalho: a de Artes Gráficas. 01 (notas)

Em outro ofício dirigido à Superintendência do Ensino Industrial, ainda em função da transferência das instalações para o novo prédio, a Direção da Escola apresenta a proposta para o número de alunos a serem admitidos no ano de 1936: *“deverão matricular-se de 380 a 400 alunos, devendo ser feito um exame para ingresso na escola, e com uma reserva de 12 a 14% das vagas para alunos analfabetos”*. 02 (notas)

Observe-se que no decorrer do ano de 1935 foram matriculados 367 alunos, sendo que *“findo o 1º semestre foram eliminados, por falta de frequência regular, 67 alunos”*. Evidencia-se, pela intenção do número de alunos a serem matriculados no ano seguinte, a maior capacidade de ocupação das novas instalações (intenção esta, que não foi atingida devido ao aumento de despesas que isso acarretaria).

Analisando a documentação referente ao ano de 1935, encontramos a Portaria s/n.º, datada de 20/04/1935, designando o Sr. Constante Eugênio Fruet para exercer o cargo de escriturário, e era ele quem *“diariamente portava um enorme livro para proceder à chamada dos alunos da Escola, logo pela manhã”* (entrevista concedida ao NUDHI em 02/06/1995, pelo professor Zacarias Liteka).

Nesse momento completava-se também a transição ocorrida na estrutura da escola, imposta por Rubens Klier de Assumpção, onde se extinguia o sistema de rotatividade das “matérias”, adotando-se o sistema convencional de um professor por turma, e a reorganização do programa de ensino, conforme o

indicado pela Consolidação dos dispositivos concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices. *“Aí mudou o sistema. A Escola tinha cinco seções. O Curso era primo-secundário. Até a 4ª série era primário. A 5ª e a 6ª séries já era secundário. Nessa condição, o aluno de manhã, das oito até o meio-dia, freqüentava as aulas teóricas, e à tarde ele ia para as oficinas aprender os ofícios”* (Daniel Borges dos Reis, em entrevista concedida ao NUDHI, em 06/06/1995).

Concomitantemente, outro fato importante ocorria: era a mudança da instituição para um novo prédio, cujo lançamento da pedra fundamental havia ocorrido em 14 de setembro de 1934, e cuja transferência ocorria no início do ano de 1936, marcando um novo período na sua história, e resolvendo o problema da precariedade das antigas instalações.

4.4.2 1936-1937 - A nova sede

Esse novo período da história da instituição, que incorpora o ano de 1936 e o início do ano de 1937, veio consolidar as transformações impostas por Rubens Klier de Assumpção, na estrutura da escola.

As influências do ambiente geral neste período trazem consigo a tendência à radicalização política, tanto no panorama internacional, quanto no panorama nacional. Em concordância com BLAU e SCOTT (1977, p. 222), a estrutura da comunidade, na qual a organização está localizada, a influencia e é por ela influenciada, e veremos claramente a resposta da organização nos episódios

referentes à renovação do maquinário (onde se vislumbra uma certa identificação político-ideológica, além de econômica e comercial, do governo brasileiro, com os estados totalitários); também na Circular de 16 de março de 1936, que possui claro teor político-ideológico contra o comunismo (cujo movimento denominado “Intentona Comunista” havia sido duramente reprimido pelo governo em 1935); assim como na correspondência enviada ao Superintendente do Ensino Industrial, onde diz que características regionais climatológicas influenciavam no estabelecimento do Calendário Escolar da organização; e na Merenda Escolar, onde, através de ações sociais assistencialistas, o governo assume o papel de preceptor do povo e das crianças marcados pela menoridade social.

O ano de 1936 é um marco na história da instituição, onde ocorre a festejada mudança da sede da Praça Carlos Gomes, para o novo prédio, situado na confluência das avenidas Sete de Setembro e Desembargador Westphalen. A mudança contou com o auxílio do governo do Estado do Paraná, a quem, através do Ofício n.º 25, de 18 de fevereiro de 1936, o diretor Rubens Klier de Assumpção agradece:

“Curitiba, 18 de fevereiro de 1936.

*Sr. Diretor de Obras e Viação da Secretaria de
Fazenda e Obras Públicas, deste Estado.*

Tenho a honra de comunicar-vos, pelo presente, haver terminado sexta-feira ultima o serviço de mudança da séde desta Escola, para o novo edificio sito á avenida Sete de Setembro.

Servindo-me do ensejo e agradecendo a valiosa cooperação prestada a esta repartição, em tal emergencia, por uma das secções dessa Diretoria, quero deixar consignada junto a V.S. a minha inteira satisfação pelo módo correcto, bôa vontade e actividade demonstrados durante os serviços e arduos trabalhos, pelos funcionarios nelles destacados, srs. Pedro Ferreira Prestes, Alexandre Vitake e Ignacio Serra.

Apresento-vos os meus protestos de alto apreço e distincta consideração.

Saúde e Fraternidade.

Rubens Klier de Assumpção

Director". 03 (notas)

O relatório referente ao ano de 1936, enviado ao Diretor da Divisão do Ensino Industrial, possui o seguinte teor, onde o Diretor da Instituição narra de maneira entusiasmada, a mudança para a nova sede:

"Exmo. Sr. Dr. Francisco Montojos.

D. D. Director de Divisão do Ensino Industrial.

Cumprindo as disposições do nº 4, do artigo 12, da “Consolidação dos Dispositivos concernentes ás Escolas de Aprendizizes Artífices”, apresento a V. Excia. este relatório, no qual procuro expôr, dâ mais minuciosa forma possível, todos os principaes factos occorridos no anno que vem de findar, no educandario sob a minha direcção.

E, dando inicio ao alludido relato, tenho a ressaltar, desde logo, o acontecimento culminante occorrido em 1936, acontecimento esse que qualifico o de mais intensa significação para a vida, para o progresso, para o futuro desta escola, o da sua installação no predio recém-construido na confluencia das avenidas 7 de Setembro e Dezembargador Westphalen, nesta capital. Na verdade, depois de passar mais de 26 annos de sua existencia installado num predio de proporções acanhadas e de accomodações de todo em todo improprias para as suas altas finalidades, cerceando por consequencia em seus anhelos de evolução, nada poderia concorrer mais intensamente para um revigoroamento geral e para o renascimento deste instituto de educação profissional, do que o acontecimento memoravel que constitue a razão de ser destas linhas iniciaes do presente relatório: a dotação, para seu funcionamento, de um predio novo, amplo, construido especialmente e com a mais rigorosa observancia dos mais modernos preceitos pedagogicos”. Anexo 03.

No mesmo relatório relativo ao ano de 1936, a direção do estabelecimento solicita que fosse reativada a Seção de Trabalhos de Couro, tendo em vista a

necessidade de mão-de-obra exigida pelas indústrias locais, tomando como embasamento para sua argumentação, a legislação vigente na época:

“O art. 2º da CONSOLIDAÇÃO, reza: “Nas Escolas de Aprendizizes, procurar-se-á formar operarios e contramestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos technicos necessarios aos menores que pretenderem aprender um officio, havendo para isso as officinas de trabalho manual ou mechanico que forem mais convenientes aos Estados em que funcționarem as escolas, consultadas, quanto possivel, as especialidades das industrias locaes. (Os griphos são meus)! De inteiro accordo com o espirito que, mui justamente, se percebe em tal artigo, dos officios a serem ensinados nas Escolas de taes ou quaes Estados estarem em coordenancia com as necessidades das industrias locaes é que, por diversas vezes, peiteei junto á ex-Superintendencia a reabertura da Secção de Trabalhos de Couro. Em Curitiba é uma das maiores, mais ricas e adeantadas a industria do couro, sendo innumeradas, em seu parque industrial, as fabricas que se dedicam a tal mister e, por consequencia, elevada a procura de operarios especializados. Em relação á nossa Escola avulta a vantagem de possuir grande parte do instrumental e machinario necessarios ás suas actividades, provindos da secção extinta em 1929”. Anexo 03.

Nesse mesmo relatório, a direção permite-se criticar o modelo de carteiras usadas nas salas de aula, devido à sua ineficiencia ergonômica, conforme relatado no texto abaixo:

"MATERIAL DAS OFFICINAS E AULAS.

Particularizando quanto ás necessidades da Escola sob a minha direcção, no que diz respeito ao material necessario, primeiramente ás aulas, peço venia para não approvar o typo de carteiras cuja parte de metal já foi remettida, em grande numero, para este educandario, obedecendo ao modelo remettido com antecedencia para o necessario preparo, aqui, do madeirame respectivo.

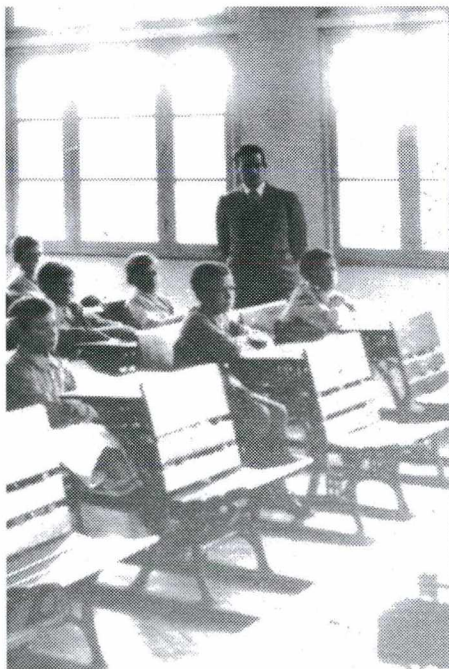
Esse modelo em nada é recommendavel pelo seu aspecto pedagogico. Si, pelo tamanho, basta para meninos de 10 a 12 annos, já é defficiente para rapazes de 14 a 16 ou mais annos. Apresenta por outro lado, o immenso inconveniente de servir, ao mesmo tempo de assento para um aprendiz, na parte da frente, enquanto que a mesma peça na parte posterior, serve de meza a outro alumno. Basta, portanto, que um desses aprendizes faça qualquer movimento para que, desde logo, impeça que o outro trabalhe sem ser incommodado. Ao demais, pela fôrma de sua construcção, numa sala ficam geralmente perdidas 5 ou 6 carteiras, pois que as da primeira fileira só contém os assentos sem a meza e as ultimas sem aquellas.

Quando da chegada do primeiro modelo, procurei remediar os senões verificados e, quanto ao tamanho das ditas carteiras, mandei preparar toda medida com bitola maior do que a do alludido modelo. Para remediar tambem a pouca altura das carteiras, em lugar de parafusal-as

ao soalho das salas de aulas, foram ellas parafusadas de duas em duas, sobre bazes longitudinaes de madeira de 8 cts. de altura.

Portanto, relativamente ao material escolar, no que diz respeito ás carteiras, necessario se faz, para sua melhoria, a adopção de um modelo mais moderno, mais de accordo com as necessidades pedagogicas, sendo aconselhavel a adopção de um typo padronizado, para todos os educandarios". Anexo 3.

Figura 4 - "Sala de aula do Curso Primário – 1936 – Observe-se o tipo de carteira à que se referia o diretor da Instituição no seu relatório."



Fonte: Núcleo Histórico do CEFET-PR – NUDHI

Observe-se, no conteúdo do Relatório de 1936, quando o Diretor trata da aquisição para a renovação do maquinário e ferramental da instituição, a

procedência das máquinas e ferramentas: todas elas são da indústria alemã, adquiridas da firma "Sociedade Técnica Bremensis Ltda.":

- 1 – 1 torno de precisão, com motor conjugado, marca "Wilhelm Eisenfuhr e Co.", no valor de 24:875\$000;
- 2 – 1 Machina "Shapping", (torno-lixador), no valor de 5:975\$000, marca "Wilhelm Eisenfuhr";
- 3 – 1 Torno de precisão, com motor conjugado, marca acima mencionada, no valor de 6:500\$000;
- 4 – 1 Motor triphasico, da marca "Siemens", de 10 H.P., no valor de 2:360\$000;
- 5 – 1 Cepilhadeira, marca "Danckaert", com motor conjugado, no valor de 7:400\$000;
- 6 – 1 Tupia, marca "Danckaert", com motor conjugado no valor de 4:340\$000;
- 7 – 1 Apparelho rectificador, marca "Danckaert", no valor de 2:080\$000;
- 8 – 1 Prensa para madeira, marca "Danckaert", com tres unidades, no valor de 7:900\$000;
- 9 – 1 Serra "tico-tico", marca "Danckaert", no valor de 2:970\$000;
- 10 – 1 Rebote, com motor conjugado, marca "Danckaert", no valor de 5:950\$000;
- 11 – 1 Torno para madeira, marca "Danckaert", no valor de 3:490\$000;
- 12 – 1 Torno para madeira, marca "Danckaert", no valor de 2:680\$000;

13- 1 Lixadeira, com aspirador, marca “Danckaert”, no valor de 6:770\$000”.

“Na escola nova, com verbas – aí então era eu o secretário lá – fizemos a concorrência pública e compramos tornos modernos, pois tinha aqui, uma firma alemã, que concorreu e ganhou...ficou muito bem equipado” (Daniel Borges dos Reis, em entrevista concedida ao NUDHI, em 06/06/1995).

Vislumbra-se, aqui, uma certa identificação político-ideológica, além de econômica e comercial, do governo brasileiro com os estados totalitários, afirmando-se o discurso nacionalista, conservador e militarista, que adviria, claramente, no ano seguinte, com a criação do período político brasileiro conhecido como Estado Novo.

Ainda, com relação ao processo político que se desenvolvia no país, naquela ocasião, recebia a Direção da Escola, a seguinte circular, abaixo transcrita, da Superintendência do Ensino Industrial com claro teor político ideológico:

“ Proc. 229-936.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA
SUPERINTENDENCIA DO ENSINO INDUSTRIAL

CIRCULAR

Rio de Janeiro, 16 de março de 1936.

Sr. Diretor da Escola de Aprendizes Artífices no Estado do PARANÁ.

São de vós sobejamente conhecidos os intuitos dessa facção fóra da lei social que há tempos vem assolando o mundo sob o nome de COMUNISMO.

Consabidos os processos subterraneos e falazes de que lançam mãos os seus partidarios para aliciar proselytos. Bem demonstrados os meios de que se valem na obra de desmoronamento de todas as instituições a que não escapa a da familia. A vida do proximo não lhes merece o minimo respeito, sendo que o assalto á propriedade é mesmo apanagio desses que taes decahidos da confiança universal.

Infelizmente, porém, pobres ignorantes deixam-se levar pelo verbo de certos vesanicos ou por leitura de livros tendenciosos que, sob calor de defender o proletario, pregam, simplesmente, o roubo, o assassinio e a deshonra. Tudo isso é o COMUNISMO e a sua obra deleteria. O Brasil, todos viram, já foi theatro das suas ignominias. Mas o destino tem feito que, em nosso país, sempre que uma falsa doutrina de fins criminosos, como essa, tenta se implantar, logo um tufão bemfasejo põe-lhe a raiz á mostra e os seus asseclas se veem irremediavelmente vencidos e desmascarados. E foi o que aconteceu. Estamos apercebidos e de atalaia para esmagar o COMUNISMO.

Esse bom senso do povo brasileiro, seu grande amôr ao justo e a sua proverbial cordura, que lhe dão forças para resistir a todas as idéias subversivas, estão admiravelmente traduzidas nas incisivas e claras palavras do Exmo. Sr. Presidente da Republica, pronunciadas no discurso de 1º de janeiro, cujos trechos vos envio, em prospectos que deveis pôr em lugar bem visível dos vossos aprendizes como lição de altissimo civismo.

Saúde e Fraternidade.

Francisco Montojos – Superintendente intº “

Características regionais também marcam a preocupação dos professores e coadjuvantes de ensino, com relação aos aprendizes artífices e o seu Calendário Escolar, como demonstra a correspondência enviada no inverno de 1936, ao Superintendente do Ensino Industrial:

“Exmº Sr. Francisco Montojos.

D.D. Superintendente do Ensino Industrial.

Os abaixo-assignados, professores e coadjuvantes do ensino, desta Escola, mui respeitosamente comparecem á presença de V. Excia., no sentido de pleitearem a seguinte medida que lhes parece de todo em todo justa.

- *A transferencia do primeiro periodo das ferias escolares, de que trata o n.º 11, do artº 21 da Consolidação, do mez de DEZEMBRO para o de JULHO.*
- *Dispondo o parag. Único do art.º 5.º, da Consolidação dos Dispositivos Concernentes ás Escolas de Aprendizes Artífices que o horario das aulas e officinas destes educandarios deverá sêr organizado “tendo em vista as condições climatericas do lugar em que funcionar a escola” e, considerando que:*
 - a) *– justamente a capital paranaense, de todas as demais capitaes dos estados brasileiros, sédes das escolas congeneres, é a única a soffrer, na estação invernosa, os rigores climatologicos, aggravados ainda pela altitude em que se encontra, situada como está a 900 metros acima do nivel do mar;*
 - b) *– são, por isso mesmo, na referida estação, quasi diarias as geadas, acontecendo mesmo occorrerem até nevadas fortissimas, descendo o thermometro, por vezes innumeradas, varios grãos abaixo de zero, (a temperatura minima no anno em curso chegou nesta capital a 8 grãos abaixo de zero, em fins do mez de agosto);*
 - c) *– occasiona tal rigor climatologico, naturalmente, sensivel baixa na frequencia diaria dos aprendizes, em sua grande maioria menores desprotegidos da sorte e residentes em bairros populares sitos em pontos longinquos da séde escolar, como por exemplo o do Cajurú, a 3 kilometros, Villa Izabel e Portão a 5 kilometros, Batel a 3 kilometros, Bacachery a 4, etc.*

- d) – *accentua-se todos os annos, a alludida baixa na frequencia escolar, justamente nos mezes de julho e agosto, como facilmente se poderá verificar atravez dos “boletins de frequencia” (exceptuando-se o que occorreu, dum modo anormal, no anno em andamento, em que o rigôr da estação se fez observar muito tarde: fins de agosto e principios de setembro);*
- e) – *o proprio governo do Estado, attendendo ás já citadas condições climatologicas que tambem em relação ás suas escolas muito influem para sensivel diminuição da frequencia, vem de estabelecer que as “ferias de inverno”, que duravam de 15 de junho a 15 de julho, passem a sêr de 1º de junho a 15 de julho. (Lei nº 56, de 23 de outubro de 1936: Artigo 1º - As ferias escolares comprehenderão os periodos de 1º de junho a 15 de julho e de 1º de dezembro a 31 de janeiro) e, finalmente que:*
- f) – *o já citado rigor da estação invernosa concorre ainda para que, nesta epocha, grande maioria da população da capital se desloque desta cidade, não só para as localidades do littoral como igualmente para outros pontos do paiz, á procura de temperatura mais amena. Dahí a porcentagem sempre accentuada de pedidos de licença de funcionarios, precisamente na epocha em questão. Quer dizer que, uma vez estabelecido o periodo de ferias ora pugnado, seriam evitados em grande parte taes pedidos de licenças, com incontestaveis vantagens para o ensino, já que na estação quente ninguem se retira da capital e,*

bem pelo contrario, é ella então grandemente procurada pelos forasteiros.

De accordo com a modificação que ora é pleiteada, o primeiro periodo do anno lectivo continuará, como ate aquí a sêr de 1º de fevereiro a 30 de junho e o 2º periodo, de 1º de agosto a 31 de dezembro, continuando portanto, o anno escolar, a abranger rigorosamente o espaço de dez mezes (Consolidação, art. 5º).

A 2ª quinzena de julho passará a sêr destinada á 2ª epocha de matriculas e as provas parciaes soffrerão apenas modificações quanto ás epochas de sua realização no 2º semestre, sendo transferidas de agosto e outubro respectivamente para setembro e novembro, realizando-se finalmente os exames na 2ª quinzena de dezembro.

Em vista das razões que ahi ficam expostas e que são sufficientes para levarem o esclarecido espirito de v. excia. a um exame claro e completo do assumpto, esperam os abaixo assignados que o presente pedido seja attendido de maneira a realçar, mais ainda, o cuidado e a justiça com que são tratados os interesses inherentes ás escolas de artifices. “

As preocupações pedagógicas com os jovens aprendizes artifices não se restringiam apenas às questões didáticas, mas envolviam também aspectos físicos e sociais, como a chamada “merenda escolar”.

Foi em 26 de setembro de 1922, que o então Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, engenheiro Pires do Rio, assinou uma portaria que

instituía a merenda escolar. Comentando esta medida, diria João Lüderitz, Chefe do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico: “Deveras notável foi o aumento da freqüência nas escolas com a distribuição da sopa escolar ao meio-dia. Isso bem veio confirmar a opinião externada por este Serviço, que sem o auxílio aos alunos, nas escolas, com a merenda e pagamento por obra realizada, como gratificação, não se conseguirá nunca despertar satisfatoriamente o interesse no proletariado nacional, pela educação industrial.” 04 (notas)

A regulamentação desta portaria foi feita em 08 de novembro de 1926.

Anexo 04.

A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná atendia o contido no parágrafo único, do art. 5.º da referida portaria (**Anexo 04**), enviando relatórios na prestação da conta mensal da merenda escolar iguais ao que aqui publicamos, como exemplo, referindo-se ao mês de maio de 1937. Posteriormente, como veremos, a merenda escolar aqui oferecida, sofrerá evoluções, melhorando sensivelmente, quanto ao seu cardápio.

“MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO PARANÁ

Mapa demonstrativo da Merenda

Visto:

Rubens Klier Assupção

Diretor

Distribuída no mês de MAIO de 1937.

| <i>Dias do mês</i> | <i>Quantidade de merendas</i> | <i>Discriminação da merenda</i> |
|--------------------|-------------------------------|--|
| 4 | 235 | <i>Sopa de feijão c. massa, 1 pão, 1 banana.</i> |
| 5 | 237 | <i>Macarronada, carne ensopada, 1 pão, 1 banana</i> |
| 6 | 122 | <i>Ensopado carne, batatas, arroz, 1 pão, 1 banana</i> |
| 7 | 228 | <i>Feijão, polenta, xarque, 1 pão, 1 banana.</i> |
| 8 | 234 | <i>Feijão, passoca, 1 pão, 1 banana.</i> |
| 10 | 240 | <i>Sopa de feijão c. massa, 1 pão, 1 banana.</i> |
| 11 | 238 | <i>Macarronada, carne ensopada, 1 pão, 1 banana</i> |
| 12 | 227 | <i>Ensopado carne, batatas, arroz, 1 pão, 1 banana</i> |
| 13 | 234 | <i>Feijão, polenta, xarque, 1 pão, 1 banana.</i> |
| 14 | 241 | <i>Feijão, passoca, 1 pão, 1 banana.</i> |
| 15 | 240 | <i>Sopa de feijão c. massa, 1 pão, 1 banana.</i> |
| 17 | 253 | <i>Macarronada, carne ensopada, 1 pão, 1 banana</i> |
| 18 | 242 | <i>Ensopado carne, batatas, arroz, 1 pão, 1 banana</i> |
| 19 | 240 | <i>Feijão, polenta, xarque, 1 pão, 1 banana</i> |
| 20 | 251 | <i>Feijão, passoca, 1 pão, 1 banana.</i> |
| 21 | 228 | <i>Sopa de feijão c. massa, 1 pão, 1 banana.</i> |
| 22 | 217 | <i>Macarronada, carne ensopada, 1 pão, 1 banana</i> |
| 24 | 192 | <i>Ensopado carne, batatas, arroz, 1 pão, 1 banana</i> |
| 25 | 199 | <i>Feijão, polenta, xarque, 1 pão, 1 banana.</i> |

| | | |
|----|-----|--|
| 26 | 217 | <i>Feijão, passoca, 1 pão, 1 banana.</i> |
| 28 | 238 | <i>Sopa de feijão c. massa, 1 pão, 1 banana.</i> |
| 29 | 242 | <i>Macarronada, carne ensopada, 1 pão, 1 banana</i> |
| 31 | 248 | <i>Ensopado carne, batatas, arroz, 1 pão, 1 banana</i> |

Foi cada merenda no valor de 510 Rs.

Total 5,243

Em 31 de maio de 1937.

Daniel Borges dos Reis (Escriturário) “

4.4.3 1937-1942 - O Liceu Industrial do Paraná e suas implicações

Esse período da história da instituição é bastante conturbado pelas influências do ambiente geral, onde destacamos o surgimento da Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, trazendo implicações na denominação da instituição, e uma alteração na filosofia da aprendizagem profissional. Ocorre também a tentativa do Golpe Integralista, o que leva o governo a instituir o Estado Novo. Já o ambiente específico é marcado principalmente, pela criação da Seção de Artes Gráficas e pelo início da expansão física.

Verificar-se-á, no transcorrer do texto, como a instituição respondeu a cada uma das influências do ambiente, adaptando-se e assumindo novas estratégias.

A Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, veio reformar o então Ministério da Educação e Saúde Pública, dando-lhe nova denominação: Ministério da Educação e Saúde (extinguiu-se a palavra “Pública”). Era também extinta a Superintendência do Ensino Profissional, e criada em seu lugar, a Divisão do Ensino Industrial (a qual ficava subordinada ao Departamento Nacional de Educação).

“A reforma, tal como fizera ao rótulo do Ministério, mudaria também a designação que caracterizava as escolas onde se ensinavam ofícios. Assim, desapareciam as denominações de Escolas de Aprendizes Artífices, que passariam a ser conhecidas por Liceus”. 05 (notas)

Aqui, com a Lei 378, de 13/01/1937, vem se estabelecer uma grande confusão com relação à denominação oficial da instituição: usou-se a denominação de “Liceu Industrial do Paraná”, “Liceu Profissional do Paraná”, “Liceu Industrial de Curitiba”, e volta-se à denominação de “Escola de Aprendizes Artífices do Paraná”, em 1938.

Em acordo com a legislação, a denominação correta seria “**Liceu Industrial do Paraná**”, pois o termo “Escola de Aprendizes Artífices” fora substituído pelo

termo "LICEU". A mesma legislação criava a Divisão do Ensino "INDUSTRIAL", à qual estava subordinada a nossa instituição, que se localiza no "PARANÁ".

Observe-se a correspondência da Direção da instituição ao Delegado Fiscal do Tesouro Nacional, no Paraná datada da época:

"OFÍCIO Nº 19

Curitiba, 24 de janeiro de 1938

SR. DELEGADO FISCAL DO TESOURO NACIONAL, NESTE ESTADO.

Levo ao vosso conhecimento, pelo presente e para os devidos fins, que a denominação dêste estabelecimento de educação profissional foi mudada, de Escola de Aprendizes Artífices do Paraná,

para a de LICEU INDUSTRIAL DO PARANÁ.

Respeitosas saudações.

Rubens Klier de Assumpção

DIRETOR"

Dois meses após a remessa do Ofício n.º 19, de 24/01/1938, ocorreu o recebimento do Ofício-Circular n.º 360, de 21/03/1938, do Diretor da Divisão de Ensino Industrial, com o seguinte teor:

*"MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
S.E. – DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
DIVISÃO DE ENSINO INDUSTRIAL*

Rio de Janeiro, D.F., 21/03/38.

Circular nº 360

Senhor Diretor.

Após a publicação da lei nº 378, de 13 de Janeiro de 1937, houve certa confusão no tocante á denominação dos estabelecimentos de ensino industrial, mantidos pelo Governo, tendo sido tais estabelecimentos, até em atos oficiais, denominados ora de Liceus Industriais, ora de Liceus Profissionais, e, ainda, pela antiga denominação de Escolas de Aprendizes Artífices.

Esta Divisão, entendendo ser irregular a alteração do antigo nome daqueles educandários, sem um ato que, taxativamente, a determinasse, submeteu o assunto á consideração do Senhor Ministro, opinando para que tal situação terminasse com a adoção de um só nome, qualquer que ele fôsse.

Agora o Senhor Ministro proferiu o seguinte despacho: “Nenhum acto alterou a denominação de escolas de aprendizes artífices, que deve vigorar, oficialmente, até que a alteração se faça por lei”.

Transmitindo-vos tal resolução, solicito vossas providências para que esse estabelecimento continue a usar o seu primitivo nome até que seja modificado por lei.

Atenciosas saudações

Francisco Montojos

(Diretor da Divisão)

Proc. S.C. 8758-38

FM/at

Ao Senhor Doutor Rubens Klier de Assumpção.

Diretor da Escola de Aprendizes Artífices do PARANÁ “

Tal confusão a respeito da denominação oficial da instituição só acabaria com a Circular n.º 1971:

“CIRCULAR Nº 1971, DA DIREÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO INDUSTRIAL

Senhor Diretor:

Comunico-vos, para os devidos fins, que, por resolução de 18 de agosto de 1941, o Excelentíssimo Senhor Ministro determinou que se adotassem as denominações de Liceus Industriais para as Escolas de Aprendizes Artífices.

Atenciosas saudações.

Francisco Montojos

Diretor “

O mesmo ato que reestruturava todo o sistema administrativo do então Ministério da Educação e Saúde, não veio alterar o Currículo, ou os Conteúdos Programáticos dos recém-nascidos Liceus. Como veremos em seguida, continuava havendo uma complementaridade essencial para a formação educacional dos aprendizes artífices, mesclando o treinamento e a aprendizagem nas oficinas, com uma relativa base sólida de educação geral. Já naquela época era indispensável compatibilizar o ensino profissional vinculado à formação cultural da classe proletária, imbuída de um profundo sentimento nacionalista.

Para um melhor entendimento e visualização da composição curricular e dos conteúdos ministrados na instituição, reproduzimos o relatório das provas parciais referentes ao mês de junho de 1937 (**Anexo 05**). 06 (notas). Observe-se as disciplinas (ali tratadas como “matérias”) de educação geral, e sua aprendizagem nas oficinas, nas respectivas seções de trabalho.

Como pode-se observar, embora não houvesse alterações no Currículo, ou nos Conteúdos Programáticos, nota-se uma alteração na filosofia da aprendizagem profissional, unindo-se mais “intimamente” o ensino dos ofícios com as “matérias” de cultura geral. Uma observação mais acurada no Currículo e nos Conteúdos Programáticos, como um todo, nos demonstra o embrião de uma nova mentalidade, que levaria a uma reação contra a secular concepção de desprezo pelos trabalhos manuais. Era, sem dúvida, o começo da idéia de unir a arte ao ofício, aliando beleza à técnica, e ampliando os horizontes ao espírito dos alunos.

Conclui-se, enfim, que a ação desenvolvida pelos Liceus trouxe uma sensível melhora intelectual e artística à classe proletária, e não unicamente a formação do artífice obreiro.

Em 1938, o Departamento Nacional de Educação, através da Divisão de Ensino Industrial, tendo em vista a criação dos cursos noturnos nos Liceus mantidos pelo governo federal, resolve regulamentar o funcionamento desses, emitindo as instruções reguladoras, contidas no **Anexo 06**.

Neste ano, a oficina (seção) de trabalhos em couro tinha apenas dois alunos matriculados como seleiros, fato que certamente levou a Divisão do

Ensino Industrial a extinguir tal oficina e substituí-la por outra: a de artes gráficas, conforme ofício emitido em 15 de junho:

*“MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
S. E. – DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
DIVISÃO DE ENSINO INDUSTRIAL*

Ofício nº 809

Rio de Janeiro, D. F. – 15/6/38

Senhor Diretor:

Comunico-vos que, por portaria do Senhor Ministro, sob o nº 100, de 1º de junho corrente, publicada no Diário Oficial de 8 do mesmo mês, foi extinta a oficina de trabalhos de couro dessa Escola e criada a de artes gráficas.

Atenciosas saudações.

Francisco Montojos

Diretor

Ao Senhor Doutor Rubens Klier de Assumpção

Diretor da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná.

LAS/ip”

Nesse momento da história brasileira, e também premido pela conjuntura internacional e seus embates ideológicos, o nacionalismo brasileiro se tornou mais vigoroso, e o governo buscava o apoio popular ao novo regime (Estado Novo) através da educação.

As escolas eram estimuladas a fortalecer valores como a nacionalidade, a disciplina, o vigor físico e o trabalho, além dos assuntos educacionais usuais. As escolas deveriam, pois, servir ao duplo objetivo: formar profissionais competentes, e cidadãos conscientes, que eram necessários ao progresso econômico e à defesa nacional.

A uniformização (do tipo militarização) dos alunos dos Liceus também fazia parte desta conjuntura histórica. Em correspondência enviada ao Comando da 5.^a Região Militar, a Direção da instituição apresentava o plano dos uniformes a serem usados pelos alunos:

“Ofício n.º 226

Curitiba, 15 de julho de 1938.

EXMO. SR. GENERAL COMANDANTE DA 5ª REGIÃO MILITAR.

CAPITAL.

Atendendo à solicitação contida no ofício nº 124 B/O, de 24-6-938, dirigido por êsse Quartel General ao sr. Diretor Geral de Educação, esta

diretoria vem apresentar a V. Excia. , com êste, o incluso “plano” de uniforme adotado por êste estabelecimento federal de ensino para os aprendizes que o frequentam, acompanhado de diversas amostras.

Aproveitando o ensejo, apresento a V. Excia. as minhas expressões de alta estima e consideração.

Rubens Klier de Assumpção

DIRETOR

**PLANO DOS UNIFORMES USADOS PELOS ALUNOS DA
ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO PARANÁ.**

TÚNICA – De brim, côr cinza-esverdeado médio, (conforme amostra), com 6 botões pretos, tendo um cinto com 6 ctms. de largura, pregado na parte posterior. As costas da túnica contêm pregas no sentido vertical, que vão do meio das costas até á altura da cintura. A gola é dupla, baixa. Bolso externo, do lado esquerdo.

CALÇA – De brim branco, (conforme amostra), de feitio comum.

GÓRRO – De tipo escossês (conforme amostra), tendo uma cinta de oleado azul escuro e a cópa de brim branco. Contem do lado esquerdo um emblema escolar, (conforme amostra).

TALABARTE – Nas formaturas é usado um talabarte branco, de lona, (conforme amostra).

CALÇADO – Borzeguim de vaqueta preta, abotoada na parte dianteira.

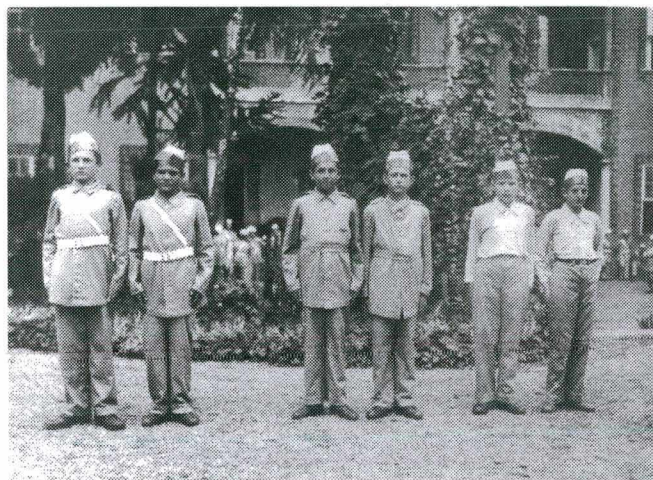
VISTO:

Rubens Klier de Assumpção

DIRETOR”

O uniforme acima descrito obteve a aprovação, e passou a ser usado nas formaturas e festividades cívicas nas quais a instituição participava.

Figura 5 - “Alunos com modelos de uniformes – n.º 1, formatura – n.º 2, passeio – n.º 3, trabalho – 1935.”



Fonte: Núcleo Histórico do CEFET-PR – NUDHI

É nesta ocasião que, no campo ideológico, ocorre o fortalecimento, por parte de Rubens Klier de Assumpção, de um discurso nacionalista, conservador e militarista, de matiz claramente *integralista*, o que o levou a um rompimento com o governo federal, e ocasionou a sua transferência para a Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco, logo em seguida ao episódio da tentativa do golpe integralista, com o ataque ao Palácio Guanabara (maio de 1938). *“Ele foi removido porque se filiou aí, a uma facção política... ao antigo Partido Integralista, e o senhor (Manoel) Ribas teve conhecimento e pleiteou a saída dele. Foi removido para Pernambuco”* (Daniel Borges dos Reis, em entrevista concedida ao NUDHI, em 06/06/1995).

Em 24 de agosto de 1938, o próprio Rubens Klier de Assumpção enviava correspondência ao Banco do Brasil, com o seguinte teor:

“Ofício n.º 277

Curitiba, 24 de agosto de 1938.

SR. GERENTE DO BANCO DO BRASIL, NESTA CAPITAL.

Levo ao vosso conhecimento, pelo presente, que por ter sido transferido para a Escola de Aprendizes Artífices do Recife, nesta data passei o exercício de minhas funções de diretor desta Escola ao sr. Daniel Borges dos Reis, escriturário desta repartição, o qual assume igualmente as funções de Presidente da Caixa de Mutualidade entre os alunos desta escola. Assim, ficará o sr. Daniel Borges dos Reis também com as atribuições de dispôr dos fundos que a aludida Caixa de Mutualidade possui nesse Banco, numa caderneta com depósito a prazo fixo e, noutra, com depósito em conta corrente.

Saúde e Fraternidade

Rubens Klier de Assumpção

Figura 6 - “Rubens Klier de Assumpção”

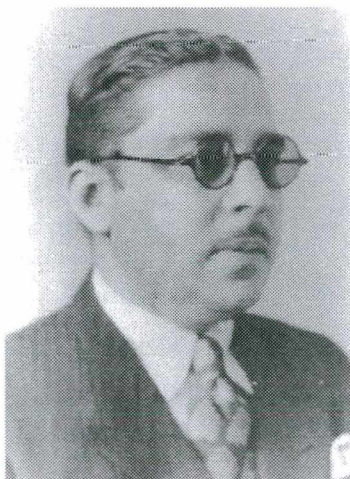
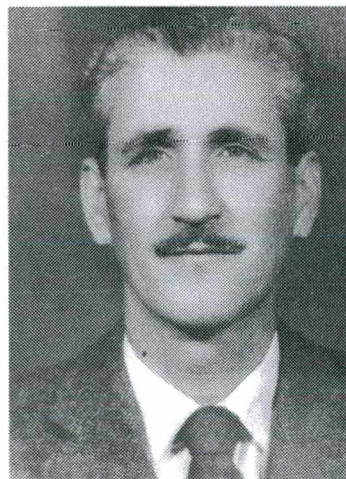


Figura 7 - “Daniel Borges dos Reis”



O Estado Novo (10/10/1937) havia trazido consigo um novo entusiasmo a respeito da filosofia da educação. A instrução pública, naquele momento, fora vista como instrumento de coesão social, fator de construção da nacionalidade, assim como de formação do cidadão produtivo e patriota. O seu pretensioso pensamento racional e científico assumiu o papel de preceptor do povo e das crianças, marcado pelo discurso ideológico e pela menoridade social. A educação é quase uma religião cívica, que seria a principal responsável pela obra de regeneração das massas populares e pela organização do trabalho livre. Com o crescimento urbano e industrial do Estado Novo procurou-se, através da educação, o equacionamento da questão urbana e a estruturação de “esquemas de controle” que viabilizassem o disciplinamento das populações resistentes, quer na vadiagem, na anarquia, ou em outros pensamentos políticos e ideológicos, contrários à nova ordem que se implantava.

Nesse momento, o uso da mídia foi extremamente importante, “porque a mídia constrói a realidade sob condições econômicas que condicionam suas mensagens e poderosamente transmitem valores que têm importantes efeitos sociais e políticos”(AUFDERHEIDE, s.d., p.6) e, além da educação, o novo regime buscava apoio popular através do recém-criado Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

O novo Diretor da instituição, Daniel Borges dos Reis, ocupou o cargo no período de 24 de agosto de 1938 até 09 de setembro de 1939. Formou-se contra-mestre pela Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás, do Rio de Janeiro.

Em junho de 1928, foi contratado pelo Serviço de Remodelação para servir como contra-mestre na Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, onde passa a atuar como escriturário (secretário). Bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná, e ministrou aulas das disciplinas de Português e História, no Colégio Estadual do Paraná.

Foi já no início de sua gestão como Diretor, que ocorreu a instalação da recém-criada oficina de artes gráficas:

“Fui eu que instalei a oficina de artes gráficas. A oficina não existia. Veio um homem do Rio (de Janeiro) para montar a oficina, então tivemos que fazer tudo, não havia nada... Logo ela passou a produzir todo o material da escola e também encomendas de empresas que queriam o nosso trabalho. Foi uma grande instituição, uma grande medida, era uma oficina muito boa, é um ofício muito bom, muito necessário hoje, na vida moderna.” (Entrevista concedida ao NUDHI, em 06/06/1995).

O ano de 1939 tem início com as tradicionais 300 matrículas de aprendizes artífices.

No panorama interno brasileiro, o Presidente Getúlio Vargas declarava: *“O Estado Novo, empenhado na reconstrução do país, tem o máximo empenho em promover e auxiliar a educação profissional, por forma a oferecer os*

técnicos exigidos pelo desenvolvimento das nossas indústrias". Na mesma ocasião declarou Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde:

"Nenhuma espécie de ensino está exigindo, no Brasil, tanto a ação dos poderes públicos como o ensino profissional. É por isso que a Constituição declara que, em matéria de educação, difundir o ensino profissional é o primeiro dever do Estado".

Quanto ao panorama internacional, o mundo inteiro acompanhava a ebulição política, principalmente europeia, onde se embatiam os estados totalitários, com os seus regimes "dinâmicos" (como acreditavam muitas pessoas), contra os regimes democráticos "decadentes", que levariam à eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1.º de setembro de 1939.

É nesse momento, a 09 de setembro, que é empossado no cargo de Diretor da Instituição o engenheiro civil Lauro Wilhelm, em substituição ao Diretor Interino Daniel Borges dos Reis.

"Em 1939, justamente na data que estourou a guerra, a Segunda Guerra Mundial, eu estava tomando posse aqui na direção da escola. Foi em agosto de 1939. Sei que a minha primeira incumbência foi preparar as dependências da parte física da escola, para comportar os cursos que iam ser criados e que queríamos ampliar..." (entrevista de Lauro Wilhelm concedida ao NUDHI, em 25/05/1995).

Figura 8 - “Lauro Wilhelm”

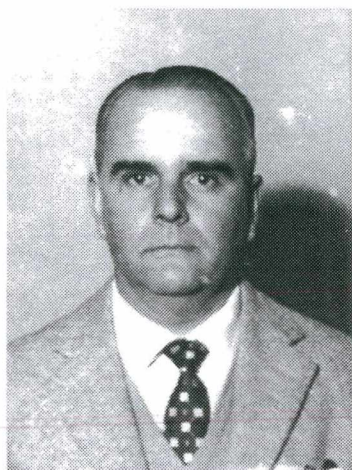


Figura 9 - “Ulisses de Mello e Silva



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR – NUDHI

Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR - NUDHI

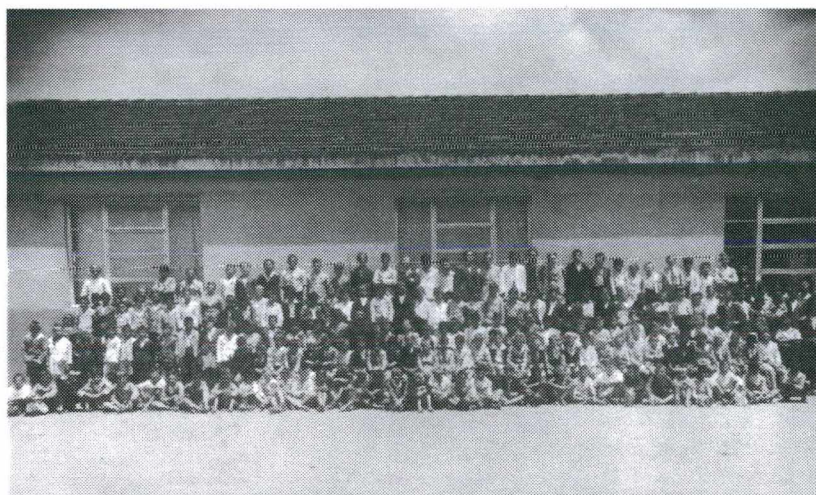
O período direcional de Lauro Wilhelm foi longo, indo de 09 de setembro de 1939, até 19 de novembro de 1965, com um pequeno afastamento entre 19 de fevereiro a 17 de maio de 1941, quando ocupou, provisoriamente, a Direção da Instituição, o professor Ulisses de Mello e Silva.

O novo Diretor cursou o Grupo Escolar Tiradentes e o Ginásio Paranaense, até 1930. Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná, sendo professor de Desenho Técnico da Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná em 1932 (enquanto cursava engenharia). Recém-formado, foi convidado a trabalhar na estrada de ferro de Guarapuava como Engenheiro Residente, onde ficou até 1939, quando recebeu o convite para assumir a direção do Liceu Industrial do Paraná.

É durante a sua gestão, na direção da instituição, que ocorreram muitas transformações, principalmente as que se seguiram após a visita do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, como as desapropriações de grande

parte do quarteirão entre as ruas Desembargador Westphalen e Marechal Floriano, que permitiram as ampliações nas instalações da escola. Nessas ampliações destacam-se a construção de dez oficinas, com equipamentos modernos para o seu funcionamento; a construção de um refeitório; a construção do auditório (teatro) da rua Sete de Setembro; a construção do ginásio de esportes e da piscina térmica.

Figura 10 - “Alunos que tomaram parte na festa de encerramento do ano letivo de 1939 – 20.11.1939.”



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

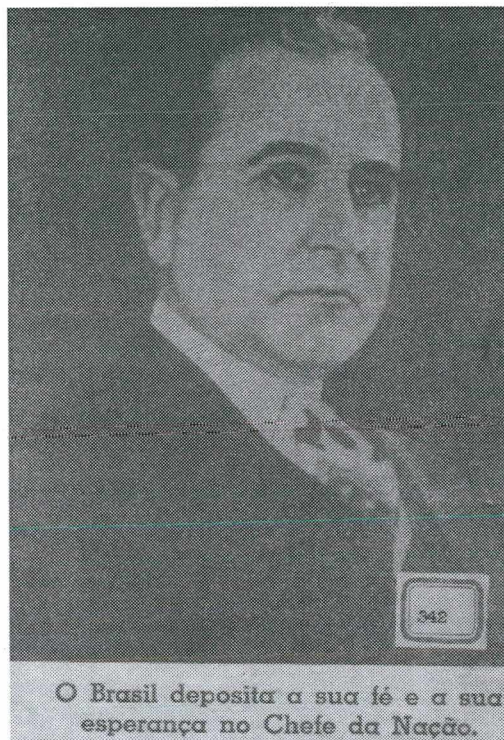
A fotografia representa um grupo de funcionários da Escola de Artífices, obtida logo após o almoço de confraternização, oferecido pela direção da Escola aos seus auxiliares, no dia 30 de novembro de 1939.

Essa reunião anual era levada a efeito sempre na mesma data, porque marcava o encerramento dos trabalhos do ano letivo, e era como um traço de união entre a administração da Escola, e o corpo docente do estabelecimento, tendo como objetivo, a solidariedade de seus membros.

A festa de novembro de 1939 decorreu num ambiente de grande alegria e cordialidade, onde vários funcionários fizeram uso da palavra, exaltando os nomes de Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, e de Manoel Ribas, assim como de Nilo Peçanha, fundador do ensino profissional no Brasil. Foi, também, levantado um brinde ao Diretor da escola, Lauro Wilhelm, com os votos de todos os funcionários para que sua administração se prolongue, fazendo com que a instituição ocupe o lugar de destaque que merece, entre todas as outras Escolas de Artífices do Brasil.

Montada a Seção de Artes Gráficas, tomou-se o cuidado de fundar uma revista que seria o veículo do pensamento dos educandos e dos profissionais que trabalhavam na instituição. Embora a inauguração da oficina tipográfica da Escola só ocorresse em 09 de maio de 1940, já em abril desse ano era editado o seu primeiro número, surgindo assim a revista "LABOR", como órgão oficial da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, para a comunicação pedagógica e social da instituição. O seu primeiro número trazia na capa estampada a fotografia de Getúlio Vargas, e à guisa de prefácio, uma homenagem e fotografia do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Trazia também, a homenagem e fotografia do Interventor no Paraná, Manoel Ribas.

Figura 11 - “Presidente da República - Getúlio Vargas”



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

Figura 12 - “Ministro da Educação e Saúde – Gustavo Capanema”



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

Dizia a primeira página da revista Labor:

“MINISTRO GUSTAVO CAPANEMA

Ao iniciar suas publicações, “LABOR” dedica sua primeira página ao Exmº Sr. Dr. Gustavo Capanema, ilustrado e operoso gestor da pasta dos negócios da Educação e Saúde.

Entusiasta fervoroso do ensino industrial em nosso país, ramo que muito já lhe deve pelas boas e felizes iniciativas tomadas em tão curto espaço de tempo, é ainda S. Ex. particular amigo dêste educandário, ao qual tem dedicado especial atenção.

O Dr. Getúlio Vargas, Chefe Supremo da Nação, genial creador do “Estado Novo”, tem na sua pessoa um dos seus melhores e mais esclarecidos colaboradores.

Estampando sua fotografia nesta página, rendemos a S. Ex., embora modesta, sincera homenagem”.

Figura 13 - “Interventor – Manoel Ribas”



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

A Seção de Artes Gráficas da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná (Liceu Industrial do Paraná), teve a sua inauguração no dia 09 de maio de 1940, amplamente divulgada, e com a presença das seguintes autoridades: o Interventor Manoel Ribas (que presidiu as solenidades); Manoel Lacerda Pinto, Secretário do Interior e Justiça; Hostílio de Araújo, Diretor Geral da Instrução Pública; Other de Mendonça, Delegado Fiscal no Paraná, além de muitos diretores de colégios e escolas da capital, sendo todos unânimes em elogiar as instalações e o aparelhamento das oficinas e salas de aula da instituição. A imprensa da capital deu grande destaque ao evento:

*“UMA OFICINA TIPOGRÁFICA NA ESCOLA DE APRENDIZES
ARTÍFICES*

Uma comissão, composta de graciosas professoras da Escola de Aprendizes Artífices, esteve ontem em nossa redação, afim de transmitir-nos um convite para assistir o ato inaugurativo da oficina tipográfica daquele útil estabelecimento.

A oficina está ótimamente instalada, consoante o rigor da técnica moderna, de modo que cumprirá perfeitamente as finalidades a que se propõe.

A cerimônia terá lugar amanhã, às 16 horas, sendo que oportunamente daremos mais completos informes acerca do melhoramento introduzido na Escola de Aprendizes Artífices”. (Do “O DIA” de 08 de maio de 1940).

“UMA OFICINA TIPOGRÁFICA NA ESCOLA DE ARTÍFICES

Um grupo de gentis professoras da Escola de Aprendizes Artífices, esteve ontem em nossa redação, para nos convidar para o ato inaugural de uma oficina tipográfica no estabelecimento em que exercem a sua atividade. Ésse importante e significativo acontecimento terá lugar ás 16 horas de amanhã e representa mais uma vitória da direção da Escola de Aprendizes Artífices, que não tem poupado esforços por torná-la à altura das suas congêneres das primeiras capitais do país.

Dessa maneira, é com o maior júbilo que assinalamos mais ésse progresso da nossa escola de Artífices, esperando que continue indefinidamente nesse caminho salutar de progresso e melhoramento”.(Do “O CORREIO DO PARANÁ” de 08 de maio de 1940).

“ESCOLA DE ARTÍFICES

INAUGURAÇÃO DA OFICINA TIPOGRÁFICA

Hoje as 16 horas, terá lugar a inauguração solene da oficina tipográfica da Escola de Artífices. Trata-se de um melhoramento de vulto, que ainda mais vem ressaltar o papel daquele estabelecimento, na formação de profissionais e técnicos. A oficina é completa, de modo a formar bons gráficos.

A solenidade terá a presença de autoridades e representantes da imprensa". (Do "DIÁRIO DA TARDE", de 09 de maio de 1940).

**"NA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES INAUGURAR-SE-Á
HOJE A OFICINA TIPOGRÁFICA**

Às 16 horas de hoje terá lugar a inauguração da oficina tipográfica da Escola de Aprendizes Artífices, sita à avenida 7 de Setembro.

A cerimônia contará com a presença de autoridades civis e militares, representantes da imprensa, professores, funcionários do estabelecimento e demais pessoas gradadas.

Gentilmente convidado por um grupo de graciosas professoras da Escola de Aprendizes Artífices, "O DIA" far-se-á representar por um dos seus redatores". (Do "O DIA" de 09 de maio de 1940).

**"INAUGURADA A OFICINA TIPOGRÁFICA DA ESCOLA DE
APRENDIZES ARTÍFICES**

Conforme fôra noticiado, teve lugar, ontem á tarde, a solenidade da inauguração da oficina tipográfica da Escola de Aprendizes Artífices.

O áto teve a presenciá-lo o sr interventor Manoel Ribas, Hostílio de Araújo, além de outras autoridades, professores, representantes da imprensa, etc.

Os convidados foram recebidos pelo diretor da Escola, dr. Lauro Wilhelm e professores daquele modelar estabelecimento, percorrendo todas as suas dependencias que deixaram em todos, diga-se de passagem, a melhor das impressões.

A nova secção inaugurada, preenche perfeitamente os fins a que se destina.

É uma oficina gráfica pequena, mas completa, segundo se depreende da magnífica feição material da revista "LABOR", órgão oficial da Escola, ali confeccionada pelos aprendizes.

Os presentes foram obsequiados com uma mesa de doces e bebidas.

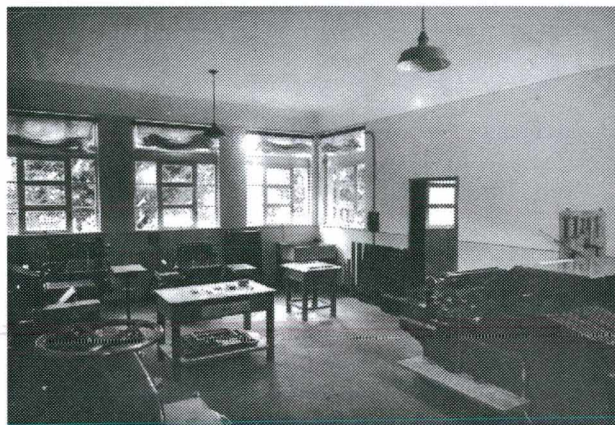
Por ocasião da inauguração da oficina, discursou a srta. Jacíra Arací dos Santos, cujas palavras mereceram prolongados aplausos". (Do "DIÁRIO DA TARDE", de 10 de maio de 1940). 07 (notas)

Figura 14 - "Inauguração da "Secção de Artes Gráficas". Professor Lauro Wilhelm, membros do corpo docente, diretores de Grupos Escolares e estabelecimentos de Ensino Secundário de Curitiba, e jornalistas que compareceram ao ato de inauguração."



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

Figura 15 - “Sala de Impressão da Secção de Artes Gráficas” –
09.05.1940.”



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

Em agosto de 1940, sob a orientação do mestre Angelo Patitucci, foi organizada na instituição a “Secção de Esportes”, que ficaria incumbida do preparo físico dos alunos. Essa “Secção de Esportes” precedeu em alguns meses a criação da “Secção de Educação Física”, que seria o embrião do Departamento Acadêmico de Educação Física (DAEFI) do CEFET-PR, “secção” esta, cujo nascimento foi assim descrito pela Revista Labor, n.º 3, de novembro de 1940:

“EDUCAÇÃO FÍSICA

O ilustríssimo Snr. Dr. Lauro Wilhelm, diretor desta Escola, criou a Secção de Educação Física para os seus educandos.

Desnecessário será encarecer tão louvável gesto, pois que vem de confirmar a ampla visão de S. S., integrado nos quesitos de Pedagogia moderna.

Só faltava a quem entregar essa Secção e S. S. mais uma vez foi feliz na escolha, convidando o prof. Reginaldo Cavalcanti, elemento por demais conhecido nos nossos meios esportivos e educacionais, já pelo seu entusiasmo, já pela sua capacidade de trabalho, está pois de parabens esta Escola.

Com esse gesto o Dr. Lauro firmou-se no conceito dos seus subordinados que vêem nele alguém que compreende que a geração que se forma precisa ser forte, para um Brasil maior”.

Figura 16 - “Adaptação do pátio de recreio para a prática de ginástica e esportes – agosto/1940.”



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

Esta mesma revista, a última a ser editada e publicada no ano de 1940, na sua seção de abertura, sob o título “A Nossa Página”, publicava um pequeno balanço do ano que se findava, e no seu último parágrafo, uma profecia, como se segue:

“A NOSSA PÁGINA

Mais um ano letivo finda hoje!

Já pertencem ao passado, e tão próximos ainda estão, os dias de aulas e de trabalho em que cada um dos membros da Escola cooperou com a sua parte de bôa vontade para o progresso do Estabelecimento.

Neste ano, que se poderia chamar de “ano de organização” mais do que se fez não seria possível. Esperemos o ano próximo para obtermos os resultados que não poderão deixar de ser positivos e concretos.

Todas as oficinas completamente aparelhadas, algumas já em franca atividade e com uma produção notável, gabinetes de física e química para o ensino dessas matérias às turmas mais adiantadas, gabinete dentário com os requisitos essenciais para atender aos alunos, adaptação do pátio de recreio para que os mesmos aprendizes possam praticar ginástica e esporte, mobiliário para salas de aulas e demais dependências do Estabelecimento, tudo isso é o resultado dos esforços dedicados da administração, que não poupa sacrifícios para que a nossa Escola possa realizar com perfeição, tudo o que requer o programa de ensino profissional, e colocar a Escola de Artífices no Paraná num plano tão elevado quanto os das suas congêneres que mais se destacam.

Da maneira em que se encontra o Estabelecimento, não é difícil prever o seu futuro pois, tendo os meios, não lhe será difícil chegar ao fim almejado.

1941 está próximo e com ele, a Escola de Aprendizes Artífices no Paraná atingirá a sua fase final de reorganização em que está empenhada.

É essa a nossa opinião e não tememos errar, pois o tempo há de confirmar tudo o que vaticinamos agora para ela: um futuro brilhante!”

Em princípios de outubro de 1941, o Liceu Industrial do Paraná foi novamente visitado pelo Interventor Manoel Ribas, que se fez acompanhar pelo Dr. Rozaldo Leitão, Prefeito da Capital, Dr. Hostílio de Araújo, Diretor Geral de Educação e pelo Sr. Roberto Glasser, Presidente do Departamento Administrativo do Estado.

Ao Dr. Hostílio de Araújo, o Liceu devia a colaboração no sentido de ceder um grande número de professoras estaduais para comporem o corpo docente do estabelecimento, na manutenção do curso primário.

Ao Dr. Rozaldo Leitão, a Direção agradecia as obras de calçamento do passeio ao lado do Liceu, feitas às expensas da Prefeitura, e que veio embelezar o aspecto do edifício.

Nessa ocasião, os visitantes percorreram demoradamente as dependências do Liceu, em particular o novo refeitório e a cozinha, além das oficinas e salas de aulas, ressentindo-se apenas, o estabelecimento, da falta de um internato, onde se pudesse acomodar alunos vindos do interior do Estado. O Interventor mostrou-se interessado na idéia de se aproveitar o terreno existente anexo ao Liceu (de propriedade do Estado), para que através de doação ao Ministério da Educação e Saúde, fosse edificado um pavilhão destinado ao internato. Era o início das expansões físicas da instituição. Já a construção das novas instalações do refeitório do Liceu, e sua inauguração, em novembro de 1941, se revestiam de grande significado, dado o caráter social que o mesmo

apresenta, pois durante anos os alunos recebiam a sua alimentação de maneira pouco condizente com as demais instalações da Escola.

“O refeitório antigo constava de um grande salão repleto de longas mesas, onde se acomodavam 14 ou mais alunos. Cada um recebia o seu prato, já feito, e de folha, com uma colher, fosse qual fosse o cardápio.

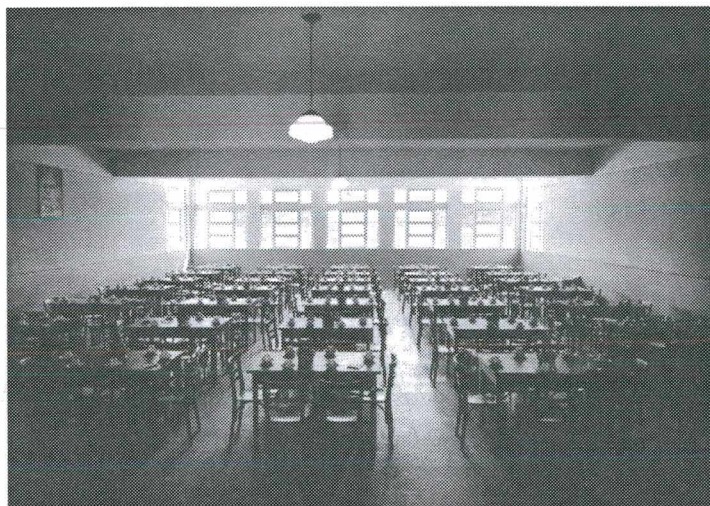
Com tal sistema da distribuição da merenda, os alunos eram ainda prejudicados na sua alimentação, pois além do inconveniente de serem uns servidos demais, e outros de menos, havia ainda a pressa de se alimentarem, dado o desejo de se retirarem o quanto antes daquele ambiente, que mais se parecia com o refeitório de um reformatório, do que de um modelar estabelecimento de ensino.

Agora, substituíram-se as longas mesas, por mesas menores, e com cadeiras, substituindo os anti-estéticos bancos, adquirindo-se toda a louça e talheres necessários a trezentos alunos. Por grupo de 6 alunos, é distribuída a refeição em travessas e terrinas, competindo a cada aluno servir o seu prato, com decência e a seu gosto.

Os frutos do novo sistema posto em prática, imediatamente fizeram-se sentir. Todos os alunos do Liceu, sem exceção, fazem hoje as suas refeições no estabelecimento, e com alegria e satisfação, permanecem no refeitório por tempo superior ao necessário para as suas refeições, entretidos em palestras com os seus colegas.

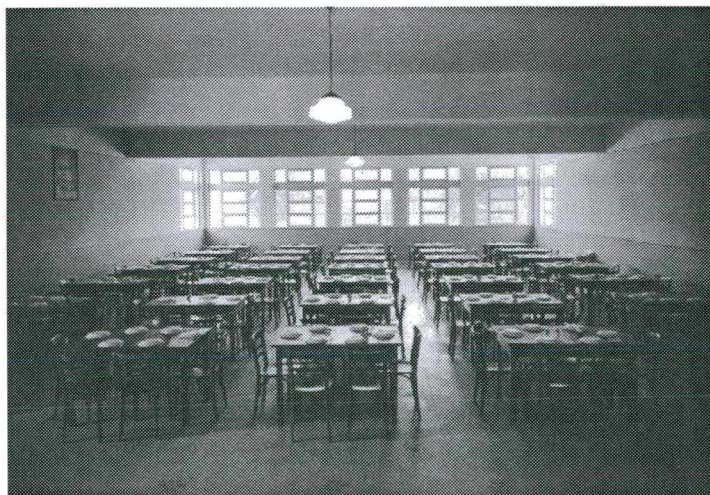
Hoje, o refeitório não é somente uma dependência onde lhes é servida a refeição, e sim, um ambiente de descanso e convívio social, o que lhes dará novas maneiras e outra educação". 08 (notas)

Figura 17 - "Refeitório pronto para o café da manhã – nov/1942)."



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

Figura 18 - "Refeitório pronto para o almoço – nov/1942."



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

“MERENDA ESCOLAR

Desde a fundação das Escolas de Artífices vem sendo distribuída aos alunos a chamada “merenda escolar”.

Com o intuito de não afastar os alunos da escola nas horas das refeições, o que sem dúvida viria trazer grandes embaraços às direções destes Estabelecimentos, quer pela dispersão dos alunos, quer pela distância das suas residências à escola, é que foi incluída no regulamento das Escolas de Artífices, a distribuição das refeições aos seus alunos. Além de evitar aqueles inconvenientes, procuravam os poderes públicos proporcionar aos alunos uma boa refeição, o que sem dúvida a maioria dos aprendizes não encontrava em sua casa, procurando assim alimentá-los convenientemente, para a formação de operários não só com capacidade técnica, como também fortes e saudáveis.

Na parte referente a “merenda escolar” na Consolidação dos Dispositivos concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices, o Art. 1º diz: ‘Aos alunos das Escolas de Aprendizes Artífices será distribuída, nos dias de aulas, uma merenda nutritiva e sadia, do valor fixado pela lei orçamentária’.

Desde 1926, o limite máximo fixado pela lei orçamentária era de 600 (seiscentos réis) por merenda.

Com a elevação do nível de vida e conseqüente aumento progressivo dos gêneros de primeira necessidade, aquela dotação foi se tornando

cada vez mais deficiente para o fornecimento de uma 'merenda nutritiva e sadia'.

Com os mais variados índices de vida, do norte ao sul do nosso País, vê-se logo a impossibilidade da fixação do limite a ser pago ao fornecimento da merenda escolar, o que sem dúvida vinha refletindo de maneira desastrosa na alimentação racional dos alunos. Assim é que muitas escolas nestes últimos anos, se limitavam a fornecer apenas uma refeição ligeira, outras, um cardápio invariável, o que deixa de ser um regime dietético recomendável.

A nossa escola, nesse particular, sempre gosou da sua posição privilegiada, dado o nível de vida barata do nosso Estado, o que sempre permitiu uma alimentação mais ou menos boa e variada.

Mesmo dentro da dotação orçamentária que vinha sendo observada até o ano p. passado, pode a atual direção deste Estabelecimento, melhorar sensivelmente a alimentação dos seus alunos.

Com a recente resolução do Govêrno Federal de abolir a fixação do limite orçamentário para o fornecimento da merenda escolar, muito veio melhorar a situação dos alunos das Escolas de Artífices quanto a sua alimentação.

A Escola do Paraná, cuja direção vem se empenhando em melhorar cada vez mais as condições de vida de seus alunos, sem exceder á dotação distribuída para o corrente exercício, vem de instituir um regime alimentar que talvez não encontre igual em suas congêneres.

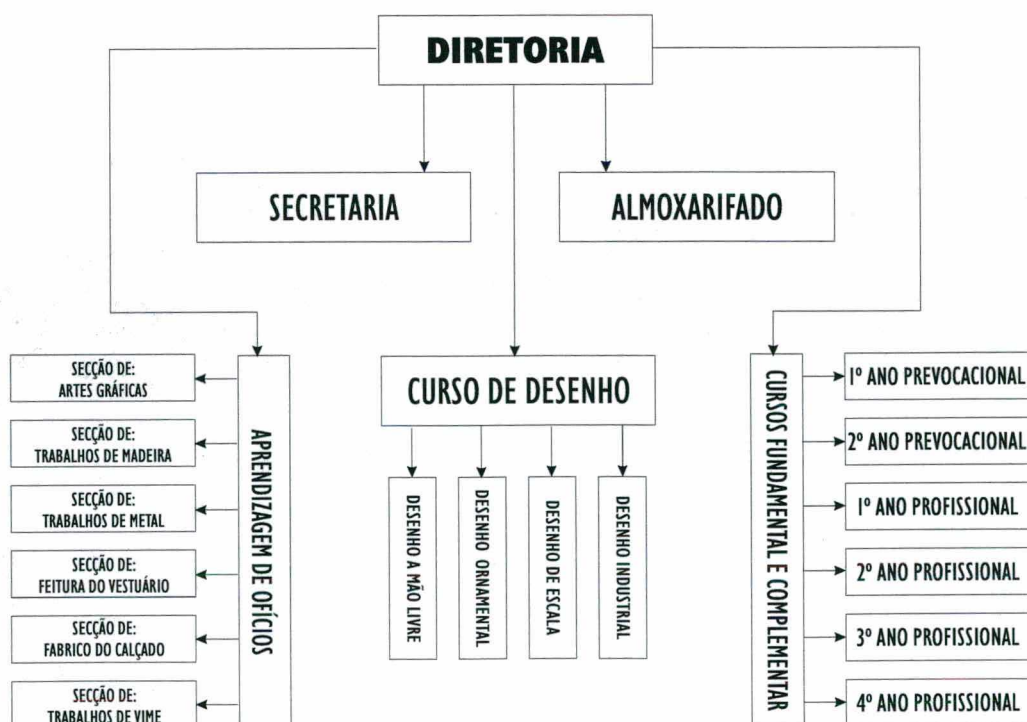
Pela importância de 1\$000 (um mil réis) por aluno é fornecida aos aprendizes uma merenda que nada deixa a desejar.

Esta merenda, consta do seguinte: café com leite e um pão pela manhã; ao almoço é servida uma refeição variada, abundante e nutritiva, com arroz, feijão, carne, verduras, etc, além de uma banana; à tarde, à hora do recreio, os aprendizes ainda voltam ao refeitório para tomarem uma chicara de chá de mate com pão.

O que podemos desejar melhor como Merenda Escolar?”. 09 (notas)

Ao findar-se o ano de 1941, era o seguinte o organograma do Liceu, que, pela Lei Orgânica do Ensino Industrial, viria já nos primórdios de 1942 a se transformar na Escola Técnica de Curitiba:

ORGANOGRAMA DO LICEU INDUSTRIAL DO PARANÁ



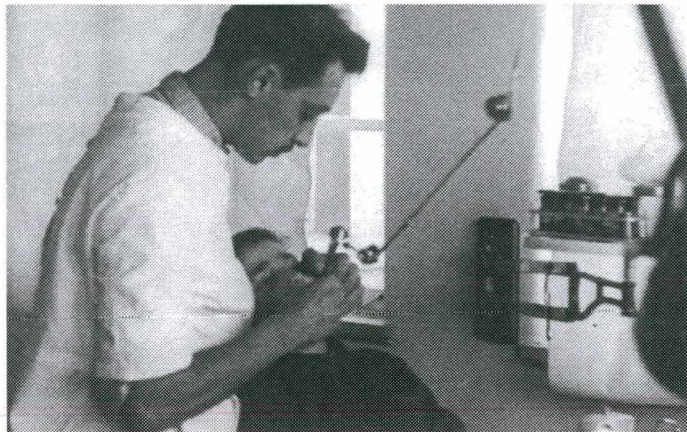
Embora não constasse no organograma do Liceu Industrial do Paraná, havia também uma Seção de Serviço Médico para atendimento de funcionários e alunos da instituição, composta de um Gabinete Dentário, e de um Gabinete Médico.

Respondia pelo Gabinete Médico, o Dr. Antonio Bittencourt de Paula, e pelo Gabinete Dentário, o Dr. Genuino Lima. Ambos eram contratados como extra-numerários mensalistas, mediante o salário mensal de 650\$000 (seiscentos e cinqüenta mil réis). 10 (notas)

O Dr. Genuíno Lima apresentou na Revista Labor, ano 3, n.º 7, um breve relatório do ano de 1941, referente ao Gabinete Dentário, como se segue:

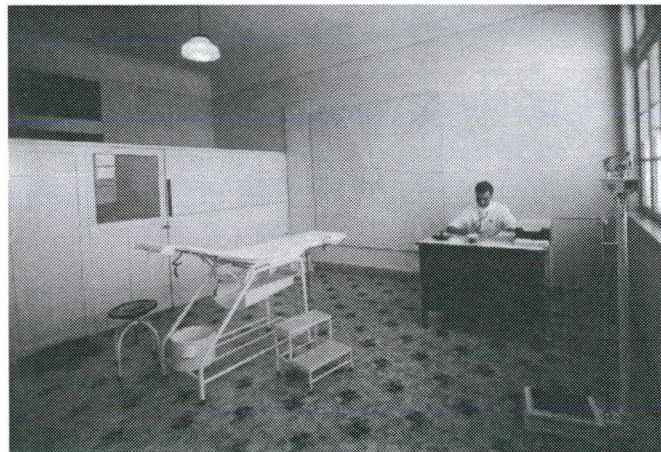
| | |
|---------------------------------------|-----------------|
| <i>“Extrações</i> | <i>74</i> |
| <i>Obturações a porcelana</i> | <i>57</i> |
| <i>Obturações a Kriptép</i> | <i>40</i> |
| <i>Obturações a Amalgama de prata</i> | <i>59</i> |
| <i>Tratamento de canais</i> | <i>35</i> |
| <i>Fístulas</i> | <i>17</i> |
| <i>Obcessos</i> | <i><u>5</u></i> |
| | |
| <i>Total</i> | <i>644 “</i> |

Figura 19 - “Gabinete dentário – Dr. Genuíno Lima – Abril/1942.”



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

Figura 20 – “Dr. Antonio Bittencourt de Paula no consultório médico
– nov/1942.”



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

4.5 1942-1945 A Escola Técnica de Curitiba – uma nova concepção de ensino

Período da história da instituição que é caracterizado principalmente, por três fatos relevantes, em termos de influências do ambiente: a) a implantação da Lei Orgânica do Ensino Industrial; b) a instalação dos cursos técnicos na organização; e c) a visita do Ministro da Educação e Saúde, Sr. Gustavo Capanema. Esses fatos levaram a organização a assumir novas estratégias, para administrar aquelas ações ambientais.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial (decreto-lei n.º 4073, de 30 de janeiro de 1942) veio modificar completamente o ramo de ensino industrial, tanto na sua estrutura pedagógica, quanto na estrutura filosófica e prática, estabelecendo uma nova organização e destinação ao mencionado ensino.

A nova legislação estabelecia que o ensino industrial seria definido como de segundo grau, em paralelo com o ensino secundário. Note-se a importância deste fato, pelo qual o ensino industrial deixava de ser um ensino de terminalidade, pois garantia o ingresso dos alunos portadores de diploma de cursos técnicos, em escolas superiores (normalmente relacionadas com os cursos concluídos).

Modificava-se o aspecto filosófico do ensino industrial, democratizando-o, ao permitir que os “menores desvalidos da sorte” ou “desfavorecidos da fortuna”, tivessem acesso aos estudos superiores das escolas de engenharia, de arquitetura, de química ou de belas-artes. Começava a ser modificado o

velho preconceito brasileiro que encarava o trabalho manual como humilhante, subalterno e desprimoroso.

Pedagogicamente, a modificação ocorreu com a introdução da orientação educacional, pois agora fazia-se um acompanhamento da formação humana e intelectual do educando, ajustando-o à sociedade, com seus direitos e deveres morais e sociais, deixando-se a velha prática da simples transmissão da instrução, para o problema mais amplo, da efetiva educação.

Na prática, a Lei Orgânica preocupava-se com a vida pós-escolar do educando, no sentido de procurar facilitar a adaptação profissional ao trabalho futuro, evitando no período da formação escolar, uma excessiva especialização, não permitindo ao aluno o aprendizado de uma só técnica, mas sim, um grupo de ofícios afins, o que lhes permitiria uma maior facilidade de encontrar uma ocupação no nosso parque industrial.

Os cursos industriais teriam duração de quatro anos, podendo matricular-se jovens com idade entre 12 e 17 anos, que tivessem o curso primário completo, e seriam destinados à formação de artífices altamente qualificados.

A Lei Orgânica viria a ser regulamentada pela expedição do decreto n.º 8.673, de 03 de fevereiro de 1942, que aprovava o Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino Industrial, instituindo os cursos técnicos, correspondentes ao segundo grau, agrupados em dez seções:

I – Seção de Indústria Mecânica

1 – Cursos de Construção de Máquinas e Motores

II – Seção de Eletrotécnica**2 – Cursos de Eletrotécnica****III – Seção de Indústria da Construção****3 – Curso de Edificações****4 – Cursos de Pontes e Estradas****IV – Seção de Indústria do Tecido****5 – Curso de Indústria Têxtil****V – Seção de Indústria da Pesca****6 – Curso de Indústria da Pesca****VI – Seção de Química Industrial****7 – Curso de Química Industrial****VII – Seção de Minas e Metalurgia****8 – Curso de Mineração****9 – Curso de Metalurgia****VIII – Seção de Artes Industriais****10 – Curso de Desenho Técnico****11 – Curso de Artes Aplicadas****12 – Curso de Decoração de Interiores**

IX – Seção de Construção Naval

13 – Curso de Construção Naval

X – Seção de Construção Aeronáutica

14 – Curso de Construção Aeronáutica

Ainda, no tocante à parte de legislação, foi expedido o decreto-lei n.º 4.119, de 21 de fevereiro de 1942, o qual determinava prazo até 31 de dezembro, para que todos os estabelecimentos de ensino industrial existentes no país se adaptassem aos preceitos normativos contidos na Lei Orgânica. Note-se aqui, que se dava uma unidade ao ensino industrial em todo o território nacional.

Em seguida, foi assinado o decreto n.º 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, onde ficavam instituídas a Escola Técnica Nacional e a Escola Técnica de Química, no Estado do Rio de Janeiro, além das seguintes: Escola Técnica de Manaus, Escola Técnica de São Luís, Escola Técnica de Niterói, Escola Técnica de São Paulo, **Escola Técnica de Curitiba**, Escola Técnica de Pelotas, que só foi inaugurada a 11 de outubro de 1943, Escola Técnica de Belo Horizonte e Escola Técnica de Goiânia.

A implantação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, na agora Escola Técnica de Curitiba, não ocorreu imediatamente. Para que as determinações da Lei fossem implementadas, vários estudos e reuniões de diretores de Escolas Técnicas e Industriais tiveram que ocorrer, tanto no Ministério da

Educação e Saúde, quanto nas Divisões de Ensino Industrial, e de Aprendizagem Industrial.

A resposta a esta ação determinava que o ano de 1942 seria tomado para que tal trabalho pudesse ser efetivado: 1.º - definir o âmbito de trabalho de cada escola; 2.º - fazer um plano de instalações de emergência para as escolas que devam ser substituídas por novas; 3.º - fazer um plano de instalações novas para as escolas definitivas; 4.º - construir o quadro de pessoal necessário aos trabalhos de 1943; 5.º - fazer um projeto de regulamento comum.

Como conseqüência desse trabalho, no início do primeiro semestre letivo de 1943 ocorreu a solenidade de instalação dos cursos técnicos na Escola Técnica de Curitiba. Fizeram parte da mesa que presidia a cerimônia, o Sr. Manoel Ribas, Interventor Federal no Estado (como presidente dos trabalhos), o General José Agostinho dos Santos, Comandante da 5.ª Região Militar, o Capitão Fernando Flores, Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, o Dr. Rozaldo de Melo Leitão, Prefeito Municipal de Curitiba, o Dr. Lauro Wilhelm, Diretor da Escola Técnica de Curitiba, o Dr. Simeão Mafra Pedroso, Diretor Geral interino de Educação, e o Dr. Carlos de Paula Soares, Diretor do Instituto Técnico de Agronomia, Veterinária e Química do Paraná.

Figura 21 - “O interventor Manoel Ribas preside os trabalhos da Mesa de Instalação dos Cursos Técnicos – 01/03/1943.”



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

Figura 22 - “Recepção às autoridades participantes na cerimônia de instalação dos cursos técnicos – 01/03/1943.”



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

Figura 23 - “O Gen. José Agostinho dos Santos – comandante da 5.^a Região Militar – discursa durante a cerimônia de Instalação dos Cursos Técnicos – 01/03/1943.”



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

Figura 24 - “O Diretor da Escola Técnica de Curitiba, prof. Lauro Wilhelm, discursa durante a cerimônia de Instalação dos Cursos Técnicos – 101/03/1943.”



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

Nessa ocasião foram inaugurados os cursos de Construção de Máquinas e Motores, de Edificações, de Desenho Técnico e de Decoração de Interiores.

As condições para a matrícula na Escola Técnica de Curitiba estão contidas no **Anexo 07**.

O decreto n.º 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, no qual ficavam instituídas a Escola Técnica Nacional e a Escola Técnica de Química, no Estado do Rio de Janeiro, criava também a Escola Técnica de Manaus, Escola Técnica de São Luís, Escola Técnica de Niterói, Escola Técnica de São Paulo, **Escola Técnica de Curitiba**, Escola Técnica de Pelotas, Escola Técnica de Belo Horizonte e a Escola Técnica de Goiânia, trouxe consigo esse discurso ideológico pelo qual deveriam contribuir para a organização do trabalho, formando, pois, operários qualificados em escola profissional, nacional (para se evitar o perigo da “anarquia estrangeira”), institucionalizando, portanto, que o trabalhador nacional, agora detentor do saber fazer, ficasse ideologicamente

sob o controle da burguesia. Nesse período foi fundamental a intervenção do estado através do ensino público, para garantir a formação de bons hábitos, através de uma organização científica e racional, dispensando grandes cuidados com a organização de aparelhos disciplinares para um mais eficiente combate à criminalidade, criando condições efetivas para a absorção dos padrões morais e da ordem hierárquica.

Na disciplina de História, o método de ensino defendia, como modo de aprendizado, tornar, quando possível, como ponto de partida para compreensão do passado, o estado presente, não esquecendo nunca de fazer a correspondência entre o presente e o passado, de fixar os fatos principais por narrações, colocando tudo no seu lugar cronológico e bem ligado numa exposição simples e contínua. Eram as “funções de controle que estavam presentes nas lições da sala de aula. Professores gerenciam lições, recebem as notificações... e ajustam o curso de acordo com a lição”(TIFFIN, 1995, p. 19). Obviamente não se deveria esquecer, sempre que possível, de realizar comentários morais, pois a disciplina de História era vista como o principal instrumento de formação patriótica e cívica do aluno.

Nesse momento, não se levou em consideração que “o conhecimento não pode ser reduzido unicamente ao racional. Conhecer significa compreender todas as dimensões da realidade, captar e expressar essa totalidade de forma cada vez mais ampla e integral”(MORAN, 1993, p. 28).

Durante o Estado Novo, contexto em que surgiram as Escolas Técnicas, a organização disciplinar era outro aspecto fundamental para o sistema de ensino. Para se obter o operário disciplinado, propõe e põe em prática o

recurso didático militarista dos batalhões escolares, aplica a disciplina de instrução militar, implanta as aulas de “ginástica sueca” (principalmente direcionada ao sexo feminino). Estas medidas didático-disciplinadoras, conjugadas com o conteúdo patriótico e cívico-nacionalista de disciplinas como a História, os conselhos de persuasão usados nas aulas de prosódia, e os hábitos de higiene a serem propagados pelos professores, permitiriam às Escolas Técnicas atingirem os seus objetivos. Assim, dessa forma, seria possível evitar fenômenos de delinquência, semelhante aos dez mil apaches franceses (PERROT, 1988, p.315), oriundos das camadas populares.

O modelo para a organização da sociedade e da escola passava a ser a racionalidade da fábrica. Defendia-se um discurso científico para a educação, enfatizando os “aspectos técnicos e metodológicos, isto é, os meios tidos como racionais e científicos”, a revisão dos programas de ensino, o laicismo, a co-educação dos sexos, a educação pública e gratuita, a orientação profissional, os testes de aptidões, rapidez, precisão e maximização dos resultados escolares.

Nessa época, a metodologia de ensino seguia o “exemplo clássico adotado pelo desenvolvimento tecnológico, tentando aplicar o raciocínio abstrato, de maneira científica, para utilização de sistemas organizativos, podendo ser encontrado no taylorismo. Visando obter uma maior eficácia econômica, o taylorismo fragmenta socialmente a força de trabalho através de um sistema hierárquico, matematizando a situação de trabalho de forma objetiva e científica”(BASTOS, 1997, p. 09).

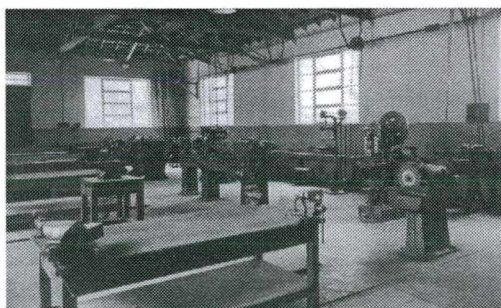
Aplica-se, aqui, o que se convencionou chamar de “modus operandi” ou de “savoir-faire”, que é o conhecimento do “saber fazer” adquirido pela experiência, que corresponde ao “como fazer”, sendo portanto um processo dinâmico de aquisição do conhecimento.

Figura 25 - “Sala de aula do Curso Técnico de Edificações – 1943.”



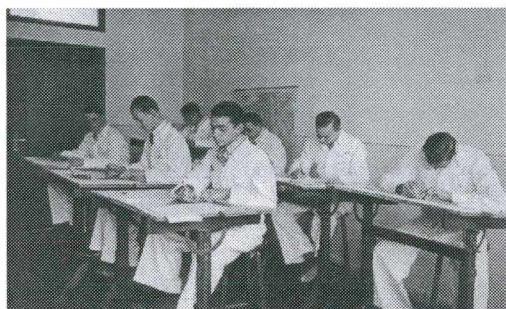
Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

Figura 26 - “Oficina do Curso Técnico de Construção de Máquinas e Motores – 1943.”



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

Figura 27 - “Curso de Desenho Técnico – Aula de desenho – 1.º ano do Curso de Desenho Técnico – maio/1943.”



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

A Revista Labor n.º 11, registra que ao iniciar-se o ano letivo de 1943, por determinação da Diretoria da Escola, todos os alunos foram examinados pelo Gabinete Dentário da instituição, registrando naquele ano, uma frequência média diária de 15 alunos naquelas dependências, com os seguintes trabalhos realizados:

| | |
|---------------------------------------|-------------|
| <i>“Extrações com anestesia</i> | <i>83</i> |
| <i>Obturações a porcelana</i> | <i>91</i> |
| <i>Obturações a cimento</i> | <i>32</i> |
| <i>Obturações a amálgama de prata</i> | <i>60</i> |
| <i>Pequenas cirurgias</i> | <i>14</i> |
| <i>Ablasão de tártaro</i> | <i>26</i> |
| <i>Limpeza da boca</i> | <i>175</i> |
| <i>Tratamento de canais</i> | <i>53</i> |
| <i>Curativos de emergência</i> | <i>18.”</i> |

Da mesma maneira, o consultório médico da instituição examinou todos os alunos no início do ano letivo, a fim de verificar “anormalidades, doenças,

doenças incipientes, restrições à Educação Física, a assim orientar conforme as necessidades, cada caso”. Relatava o Gabinete Médico: *“O estado físico dos alunos foi ótimo, não se manifestando nenhum caso de doença infecciosa, mercê da vigilância exercida por este Serviço...”*. O movimento de doentes durante o ano de 1943, foi o seguinte:

| | |
|------------------------------|--------------|
| <i>“Consultas</i> | <i>1.050</i> |
| <i>Injeções</i> | <i>526</i> |
| <i>Curativos</i> | <i>503</i> |
| <i>Pequenas intervenções</i> | <i>51”.</i> |

O movimento da comunidade escolar no seu cotidiano registrava a seguinte movimentação sobre a Biblioteca da Instituição:

“MOVIMENTO DA BIBLIOTECA DA ESCOLA TÉCNICA DE CURITIBA DURANTE O ANO DE 1943.

A Biblioteca da Escola Técnica de Curitiba, si bem que já existente, sómente em agosto do corrente ano é que foi organizada convenientemente.

Embora as classes estudantis das nossas Escolas, não estejam ainda familiarizadas com os ambientes de bibliotecas, dando sempre preferência às práticas esportivas, para um início, o interesse demonstrado pelos nossos alunos é de fato satisfatório e promissor.

Naturalmente a nossa Biblioteca recente-se de obras que despertem mais gosto pela leitura, deixando um pouco de lado os livros técnicos, os quais na sua quasi totalidade são em línguas estrangeiras.

Uma vez possuindo a Biblioteca, livros de história ou científicos, mas de leitura amena e instrutiva, muito aumentará a frequência e o interesse pela leitura, onde num ambiente confortável e acolhedor, poderão os alunos passar as suas horas de descanso.

O movimento da Biblioteca durante o período de agosto a dezembro, foi o seguinte:

| | |
|---------------------------------|---------------------|
| <i>Obras já existentes</i> | <i>322 volumes</i> |
| <i>Obras adquiridas em 1943</i> | <i>68 volumes</i> |
| <i>Obras doadas</i> | <i>20 volumes</i> |
| <i>Total</i> | <i>410 volumes.</i> |

Frequência *777 alunos*

Obras consultadas *662 volumes*

Retiradas de livros por professores *32 volumes.*

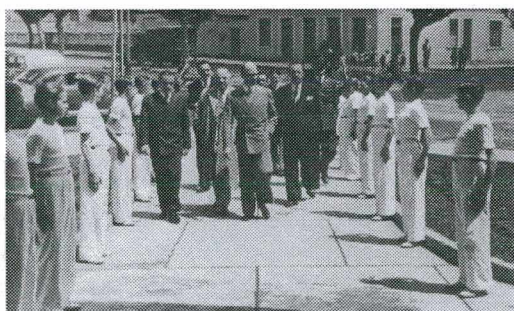
Pela frequência acima, para uma média de 110 dias letivos do período em que está em funcionamento a Biblioteca da Escola, vê-se que a mesma teve uma frequência média diária de 7 alunos."

11 (notas)

No dia 16 de outubro de 1943, a Escola Técnica de Curitiba recebeu a visita do Ministro da Educação e Saúde, Sr. Gustavo Capanema, acompanhado de várias autoridades, dentre elas o Sr. Interventor Manoel Ribas.

A comitiva percorreu demoradamente todas as instalações da Escola, detendo-se em diversas oficinas, constatando suas atividades e tomando conhecimento de suas necessidades. Depois de muitos elogios, o Sr. Ministro prometeu providências no sentido de melhorar ainda mais o aparelhamento das oficinas, assim como a ampliação do espaço físico e dos edifícios da instituição, o que viria a ocorrer no início do ano seguinte, com a dotação orçamentária de um milhão de cruzeiros, para a referida aquisição de máquinas e equipamentos, e de um decreto considerando de utilidade pública os imóveis necessários à ampliação da Escola.

Figura 28 - “Início da visita do Ministro Gustavo Capanema à Escola Técnica de Curitiba – 16/10/1943.”



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

Figura 29 - “Comitiva de autoridades acompanham o Ministro Gustavo Capanema pelo hall de entrada da Escola Técnica de Curitiba – 16/10/1943.”



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

Figura 30 - “Inauguração do Retrato do Ministro Gustavo Capanema, pelo interventor Manoel Ribas – 16/10/1943.”



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

“Nós estávamos em plena guerra e o governo impedia a construção de novas obras. Então era impossível começar uma obra nova. Mas então, a saída, o jeitinho brasileiro foi aquele: ‘Não, nós não vamos construir uma nova escola, não. Nós vamos ampliar a que já tem’.”
(Lauro Wilhelm, em entrevista concedida ao NUDHI, em 25/05/1995).

Em 1944, a Revista Labor, n.º 11, apresentava a seguinte informação:

“Matrícula na Escola Técnica de Curitiba em 1944:

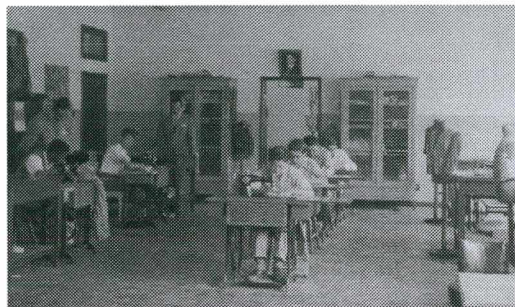
| | |
|-----------------------------|-------------|
| <i>1.ª Série industrial</i> | <i>124</i> |
| <i>2.ª Série industrial</i> | <i>56</i> |
| <i>3ª Série industrial</i> | <i>20</i> |
| <i>4.ª Série industrial</i> | <i>13</i> |
| <i>1.ª Série técnico</i> | <i>11</i> |
| <i>2.ª Série técnico</i> | <i>6</i> |
| | |
| <i>Total</i> | <i>230”</i> |

Figura 31 - “Curso Industrial de Alfaiataria Seção de Máquinas –
1944”



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

Figura 32 - “Curso Industrial de Alfaiataria – Seção de Máquinas –
1944”



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

Como conseqüência da visita do Ministro Gustavo Capanema à Escola Técnica de Curitiba, em outubro de 1943, e de suas declarações de propor ao Presidente da República a ampliação imediata da instituição, foi feita, pelo mesmo, a seguinte exposição de motivos:

“GABINETE DO MINISTRO

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1944.

Sr. Presidente:

Na visita que fiz ao Paraná, em fins do ano passado, verifiquei a necessidade de ampliação da Escola Técnica de Curitiba e bem assim a possibilidade de ser feita essa ampliação em terrenos adjacentes ao atual estabelecimento e de possível aquisição.

Êsses terrenos pertencem em parte ao patrimônio estadual e em parte a particulares.

A parte pertencente ao Estado do Paraná pode vir a ser cedida á União. A êsse respeito já há um comêço de entendimento entre êste Ministério e o governo estadual.

Quanto á parte pertencente a particulares fôrça é que se adquira, para o que tenho a honra de propor a V. Ex. a expedição de um decreto que, na forma da lei, declare a utilidade pública dos imóveis pretendidos pelo Ministério da Educação.

Apresento a V. Ex. os meus cordiais protestos de estima e respeito.

GUSTAVO CAPANEMA.”

Em virtude dessa exposição de motivos, foi expedido o decreto que declara a utilidade pública dos imóveis necessários à referida ampliação:

“DECRETO Nº 16.399 – DE 22 DE AGÔSTO DE 1944

Declara a utilidade pública dos imóveis necessários á ampliação da Escola Técnica de Curitiba, no Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição, e de acôrdo com o art. 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1º - É declarada a utilidade pública dos imóveis compreendidos entre a rua Marechal Floriano Peixoto, avenida Silva Jardim, rua

Desembargador Westfalen e avenida Sete de Setembro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, necessários á ampliação da Escola Técnica de Curitiba.

Parágrafo único – Não se compreende na declaração dêste Decreto a área pertencente ao Estado do Paraná, fronteira á rua Desembargador Westfalen, avenida Sete de Setembro e rua Marechal Floriano Peixoto, compreendendo 8.736,57 m².

Art. 2º - Os imóveis a que se refere o artigo anterior têm a forma e as dimensões descritas na planta organizada, na escala de 1:500, pela Diretoria do Domínio da União, e constante do processo nº 35.668-44, do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 3º - Êste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1944, 123º da Independência e 56º da República.

GETULIO VARGAS

Gustavo Capanema.”.

Em decorrência do Decreto n.º 16.399, foram feitas as extensas desapropriações de áreas vizinhas, possibilitando, a partir de 1946, as grandes reformas e ampliações nas instalações da Escola, as quais despertaram um admirável surto de desenvolvimento da instituição.

“Começamos fazendo um prédio igual a esse na esquina da (rua) Sete de Setembro, na (rua) Westphalen com a (rua) Silva Jardim. E aí, foi pra frente. Ficamos aí, uns quinze anos fazendo obras, ampliando. Fizemos um refeitório e construímos mais dez oficinas. Construímos na (rua) Silva Jardim um prédio grande para a oficina de fundição... o Auditório, que fica onde era o Necrotério e uma parte da Escola de Polícia” (Lauro Wilhelm, em entrevista concedida ao NUDHI, em 25/05/1995).

Figura 33 - “Perspectiva do projeto para ampliação da Escola Técnica de Curitiba, elaborado pela Companhia Construtora Nacional S.A., do Rio de Janeiro, em 1944.”



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

Figura 34 - “Obras de ampliação da Escola Técnica de Curitiba –
1946”



Fonte Núcleo Histórico do CEFET-PR

No ano de 1945, o mundo todo exibia as marcas da destruição causada pela guerra. Os Aliados, vencedores, haviam derrotado as ditaduras e alterado radicalmente a correlação de forças no mundo.

No Brasil, já não fazia sentido a permanência de um Estado ditatorial, enquanto, lá fora, as tropas brasileiras lutavam exatamente contra as ditaduras nazi-fascistas.

As contradições políticas brasileiras se acentuavam. Ainda no mês de janeiro, no 1.º Congresso Brasileiro de Escritores, foi elaborado um manifesto conclamando a democratização, com voto direto e secreto. Em oposição, a tendência continuísta se evidenciava através do movimento popular de apoio à Getúlio Vargas, conhecido como “Queremismo” (porque a massa popular, em suas manifestações gritava: ‘Queremos Getúlio!’).

“A 29 de outubro daquele ano de 1945 era deposto o Presidente Getúlio Vargas e, com êle saía o seu Ministro da Educação, o qual tivera direta influência nos novos rumos que o ensino industrial tomara. A Lei

Orgânica, o regulamento dos cursos, a organização da rede de escolas federais, e todos os atos complementares daqueles atestam, de sobejo, a importância emprestada e o carinho com que o Ministro Capanema olhava o ensino industrial. Na sua gestão, o país adotou nova política educacional. O ensino industrial deixou de ser o ramo desprezado da educação. Sua categoria subiu de nível; passou do elementar, para o segundo grau. A filosofia que lhe era peculiar e que o acompanhava havia séculos, destinando-o aos pobres, deserdados da sorte, evoluiu, transformando-o num imenso campo de atividades aberto a todas as camadas sociais. Os obstáculos que impediam o acesso aos cursos superiores foram afastados, e o ensino industrial, assim, democratizado. Os velhos prédios inadequados começaram a ser substituídos por outros, modernos e projetados para o fim a que se destinavam. As instalações de oficinas receberam grande afluxo de material novo.

Em nenhum outro período da vida administrativa do país, se encontra um Ministro que tenha feito mais pelo ensino industrial do que Gustavo Capanema.”(FONSECA, 1962, p. 280).

Em dezembro de 1945, a Revista Labor, n.º 15, ano 6, prefaciava em sua página de abertura:

“NOSSA PÁGINA

Dezembro de 1945 e o último número de “LABOR” para o presente ano letivo.

A expectativa das festas e de um descanso reparador incentiva-nos a concluir carinhosamente nossos trabalhos.

Só pode haver tranqüilidade onde há consciência do dever cumprido.

Para “LABOR” que êste ano retomou a regularidade das suas publicações, após ter vencido o período das restrições de guerra, nada mais envaidecedor que um apanhado resumido da sua própria história.

O primeiro número do órgão oficial da Escola Técnica de Curitiba foi publicado em abril de 1940. Êsse número focaliza em uma das suas páginas dados estatísticos sôbre as matrículas efetuadas na Escola desde sua criação, o que vamos reproduzir e atualizar:

Em 1910 – 228 alunos matriculados; 1911 – 293; 1912 – 302; 1913 – 305; 1914 – 315; 1915 – 309; 1916 – 306; 1917 – 249; 1918 – 265; 1919 – 246; 1920 – 266; 1921 – 254; 1922 – 224; 1923 – 185; 1924 – 154; 1925 – 185; 1926 – 170; 1927 – 186; 1928 – 191; 1929 – 160; 1930 – 180; 1931 – 250; 1932 – 250; 1933 – 342; 1934 – 347; 1935 – 367; 1936 – 355; 1937 – 300; 1938 – 300; 1939 – 300; 1940 – 360; 1941 – 330; 1942 – 270; 1943 – 169; 1944 – 230; 1945 – 261.

Total – 9.400 matrículas.

Em 1940 foram publicados 3 números de “LABOR”. Nos anos de 1941 e 1942 foram normais as publicações – 3 números por ano. Em 1943 só foi possível a tiragem de um número. Em 1944 publicamos 2. Agora, em 1945, é com satisfação que distribuimos o terceiro número regularizando, assim, a tiragem da nossa revista.

Ciente de estar cumprindo suas finalidades “LABOR” saúda todos aqueles que lhe emprestaram apóio, ou colaborando ou dispensando palavras de ânimo, num incentivo valioso para a realização de um programa construtor.”

NOTAS

01.Ofício n.º 80, 25-04-1935.

02.Ofício n.º 321, 09-12-1935.

03.Ofício n.º 25. 18-02-1936.

04.FONSECA, Celso Suckow, op. Cit. P. 190, 1.º vol.

05.FONSECA, Celso Suckow, op. Cit. P. 209, 1.º vol.

06.Relatório Parcial da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, JUN/1937.

S/p.

07.Revista Labor, ano 1, n.º 1. S/p.

08.Revista Labor, ano 2, n.º 6. S/p.

09.Revista Labor, ano 2 n.º 6. S/p.

10.Revista Labor, ano 3, n.º 8. S/p.

11.Revista Labor, ano 5, n.º 11. S/p.

4.6 Análise consolidada do período de 1935 a 1945

No primeiro período estudado (1935/1936), percebe-se claramente dois pontos importantes que são: 1.º) a aprendizagem e a transição na estrutura da escola e, 2.º) a precariedade das instalações.

MOUZELIS (1975) entende a organização como um sistema social composto por vários subsistemas (grupos, departamentos, etc.), interagindo com outros sistemas sociais mais amplos como comunidade e sociedade. Concebe a realidade social, como um conjunto de sistemas interligados, que se estendem ordenadamente desde a personalidade individual e os pequenos grupos, até as sociedades como um todo.

Analisando o primeiro ponto, notamos que desde a data de sua fundação, até 1935, a aprendizagem era feita conforme os critérios estabelecidos por seus diretores e professores. A publicação da Consolidação dos dispositivos concernentes à Escola de Aprendizes Artífices, em 13 de novembro de 1926 (**Anexo 02**), atingiu a organização, obrigando-a a mudar sua estratégia para adaptar-se. Internamente, a resposta da organização foi a mudança de seu currículo dos cursos primário e de desenho, incluindo disciplinas de cunho obrigatório. Também providenciou-se uma série de modificações na estrutura da escola: o remanejamento de professores, o que levou à extinção do sistema de rotatividade das matérias; a adoção do sistema convencional de um professor por turma, à exceção do professor de desenho e de prática das oficinas; à reorganização do programa de ensino, conforme o indicado pela Consolidação dos dispositivos concernentes às Escolas de Aprendizes

Artífices. Essa estratégia foi auxiliada devido a dois processos paralelos: em primeiro lugar, a renovação do quadro funcional, onde os últimos remanescentes da administração de Paulo Ildefonso se aposentaram; em segundo lugar, a provável mudança da sede para um novo prédio.

Quanto ao segundo ponto (a precariedade das instalações), a organização toma providências administrativas no sentido de apressar a mudança para o novo prédio, cujo lançamento da pedra fundamental havia ocorrido no dia 14 de setembro de 1934. Solicitou também à Superintendência do Ensino Industrial, autorização para a abertura de concorrência pública para a aquisição de material permanente para as oficinas.

Ainda, em função da possibilidade de transferência das instalações para o novo prédio, a Direção da escola apresentou uma proposta de elevação do número de alunos a serem admitidos no ano de 1936, passando de 367 alunos matriculados em 1935, para 380 a 400 alunos a serem matriculados no ano seguinte. Este planejamento não foi atendido devido ao aumento de despesas que tal intenção acarretaria.

No segundo período estudado (1936/1937), percebe-se que, no ambiente geral, o período é marcado pela tendência da radicalização política, onde o governo reprime duramente o movimento denominado “Intentona Comunista”. Para HALL (1984), os fatores endógenos (internos) e exógenos (externos) são cruciais para o entendimento do ambiente. Em assim sendo, as organizações são influenciadas pelas mudanças ambientais, exigindo novos padrões administrativos, novas estratégias e reposicionamentos, de acordo com as contingências. Na organização, o reflexo de tal atitude, ocorre com a

divulgação da Circular de 16 de março de 1936, com claro teor político-ideológico contra o comunismo, cujos prospectos foram colocados em locais bem visíveis para o conhecimento de todos os aprendizes artífices.

Essa tendência à radicalização política do governo obriga a organização, internamente, a adotar uma estratégia na compra para a renovação do maquinário: a procedência do mesmo é toda da indústria alemã, fato que aponta para uma identificação político-ideológica do governo brasileiro, com os estados totalitários.

Nesse período, o fator mais importante que provocou mudança nas estratégias da organização, foi a festejada transferência da sede para as novas instalações. A resposta da organização para esta nova situação, foi a tentativa de aumentar o número de alunos a serem matriculados, assim como a abertura de uma nova oficina de trabalho (a Seção de Trabalhos em Couro).

Segundo OLIVEIRA (1988), citado por BORENSTEIN (1999), o “ambiente não é um conjunto estável, uniforme e disciplinado, mas um conjunto bastante dinâmico em que atuam constantemente grande quantidade de forças, de diferentes dimensões e naturezas, em direções diferentes, e que muda a cada momento, pelo fato de cada uma dessas forças interferir, influenciar e interagir com as demais forças do ambiente”.

Sendo o ambiente o contexto onde a organização se localiza, é também a natureza física, energética, que no caso das instituições de ensino são representadas pelos seus corpos docentes, discentes e administrativos, que são seres humanos, e sendo assim, o homem também é natureza em sua essência, que levaram a organização a se adaptar ao ambiente físico, pois são

condições climatológicas, como os rigores do inverno, principalmente do ano de 1936, fazendo com que a organização reivindicasse a mudança de seu Calendário Escolar, conforme a correspondência enviada ao Superintendente do Ensino Industrial naquele ano.

O assistencialismo assumido pelo Estado, que fazia o papel de preceptor do povo e das crianças, sempre marcado pelo discurso ideológico e pela minoridade social, determina que também a organização acolha esse papel. A resposta a esta ação do ambiente no período, ocorre com a instituição da Merenda Escolar oferecida aos aprendizes artífices.

O terceiro período estudado (1937/1942), é bastante conturbado pelas influências do ambiente geral, onde ressaltamos o surgimento da Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, trazendo implicações na denominação da organização. Também ocorreu a tentativa do Golpe Integralista, que serviu de pretexto para que o governo reforçasse o seu golpe continuísta, denominado de Estado Novo. Por sua vez, o ambiente específico é marcado, principalmente pela criação da Seção de Artes Gráficas, e pelo início da expansão física da organização.

Para PFEFFER e SALANCIK (1978), a sobrevivência da organização é parcialmente explicada pela habilidade de lidar com as contingências ambientais. A Lei n.º 378, de 13 de janeiro do 1937, procedeu uma reforma no Ministério da Educação e Saúde Pública. Extinguiu a Superintendência do Ensino Profissional, e criou, em seu lugar, a Divisão do Ensino Industrial.

A organização adaptou-se à nova lei, mudando sua denominação para Liceu Industrial do Paraná, conforme o Ofício n.º 19, de 24 de janeiro de 1938,

dirigido ao Delegado Fiscal do Tesouro Nacional, pelo Diretor da Instituição, Rubens Klier de Assumpção. A promulgação da lei criou uma grande confusão na denominação oficial da instituição, usando-se, além da denominação já citada, também as de “Liceu Profissional do Paraná”, e “Liceu Industrial de Curitiba”. Tal confusão somente acabou com a Circular n.º 1971, da Divisão de Ensino Industrial, onde informava que, por resolução de 18 de agosto de 1941, o Ministro determinava que se adotassem as denominações de “Liceus Industriais”, para as Escolas de Aprendizes Artífices.

Ainda em 1937, o nacionalismo brasileiro se tornou mais vigoroso, originando o golpe de estado que instituiu um novo regime político conhecido como “Estado Novo”. Uma das respostas da organização, para adaptar-se à nova situação, foi a uniformização (do tipo militarização) dos alunos do Liceu, conforme o “plano dos uniformes” apresentado ao Comandante da 5.ª Região Militar, pelo Diretor da instituição (Of. n.º 226, de 15/06/1938).

Para PERROW (1976), as organizações são influenciadas pelo seu ambiente, da mesma forma que também o influenciam, visto que se tornam grandes, poderosas e indispensáveis ao mesmo. Pressupõe-se que o ambiente externo venha a provocar alterações nas organizações, uma vez que a relação entre ambos é dinâmica e constante. Nova ação do ambiente geral, ocorrida em maio de 1938 (tentativa do Golpe Integralista), vem provocar mudança na organização: o fato do Diretor dessa pertencer ao Partido Integralista, acarretou a transferência do referido dirigente para a Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco, e obviamente, mudou a cúpula diretiva da organização.

Quanto ao ambiente específico estudado desse período, a criação da Seção de Artes Gráficas (criada pela Portaria n.º 100, de 01/06/1938) foi fator de mudança na estratégia da organização, pois a mesma passava a editar a revista “Labor”, que foi o primeiro órgão oficial da instituição, para a sua própria comunicação pedagógica e social. Aí, a estratégia usada pela organização foi uma ampla divulgação pelos meios de comunicação, principalmente pela imprensa.

A visita do Interventor Manoel Ribas à instituição, ocorrida em princípios do mês de outubro de 1941, acompanhado de várias autoridades estaduais e municipais, também trouxe mudanças para a organização, pois naquela ocasião, os visitantes percorreram demoradamente as dependências do Liceu, e o Interventor mostrou-se interessado em doar o terreno anexo à instituição, que era de propriedade do Estado, para que fosse edificado um pavilhão, o qual seria destinado a um futuro internato a ser criado pela organização, a qual, dessa forma, dava início às suas expansões físicas.

Ainda seguindo o mesmo padrão, num fluxo de ações do governo federal quanto ao assistencialismo, a organização contratou um médico e um dentista, para o atendimento de seus funcionários e alunos.

No quarto período estudado (1942/1945), nota-se a relevância de três fatos importantes em termos de influências do ambiente: 1.º) a implantação da Lei Orgânica do Ensino Industrial; 2.º) a instalação dos cursos técnicos na organização, e 3.º) a visita do Ministro da Educação e Saúde, que levaria a

organização a assumir novas estratégias para administrar tais ações ambientais.

De acordo com BLAU e SCOTT (1977, p. 222), as condições do ambiente e as características organizacionais estão ligadas intimamente, “fazendo com que a estrutura da comunidade na qual a organização está localizada a influencie e seja por ela influenciada”.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial (decreto-lei n.º 4073, de 30/01/1942) determinava prazo até 31 de dezembro do mesmo ano, para que todos os estabelecimentos de ensino industrial existentes no país se adaptassem aos preceitos normativos nela contidos, o que determinou a edição do Decreto n.º 4127, de 25/02/1942, pelo qual instituíam-se a Escola Técnica de Curitiba em substituição ao Liceu Industrial do Paraná. Para que as determinações da Lei Orgânica do Ensino Industrial pudessem ser implementadas, a estratégia da organização foi a realização de vários estudos e reuniões com dirigentes de organizações similares, tanto no Ministério da Educação e Saúde, quanto nas Divisões de Ensino Industrial, e de Aprendizagem Industrial, para que fosse definido o âmbito de trabalho de cada escola, se fizessem planos de emergência para escolas que seriam substituídas por novas, bem como plano de novas instalações para as escolas definitivas. Também deveria ser criado um quadro de pessoal necessário às novas exigências impostas pela Lei, assim como, um projeto de regulamento comum.

ANDREWS (1980) conceitua a estratégia como um padrão ou modelo de decisões que determina e revela seus objetivos, propósitos ou metas. A consequência dessa estratégia foi a instalação dos cursos técnicos na

organização, no início do primeiro semestre letivo de 1943. Naquela ocasião, foram inaugurados os cursos técnicos de Construção de Máquinas e Motores, de Edificações, de Desenho Técnico, e de Decoração de Interiores.

A visita do Ministro da Educação e Saúde, em outubro de 1943, provocou novas mudanças na estratégia da organização, que se adaptou no sentido das melhorias do aparelhamento das oficinas, na ampliação do espaço físico e dos edifícios, tudo isso possível, com uma substancial dotação orçamentária advinda da visita ministerial.

Conclui-se que o processo que levou à formação de estratégias do CEFET-PR, no período de 1935 a 1945, foi construído a partir do conceito intuitivo de estratégia, como sendo o caminho necessário para atingir os objetivos desejados, através da observação do ambiente e da organização. Embora não houvesse um processo formalizado para o período estudado, a organização, em várias ocasiões, levou em consideração seus pontos fortes e fracos, bem como, reagiu, adotando estratégias e ações, frente às ameaças e oportunidades do ambiente, com o objetivo de produzir e articular resultados.

Intuitivamente, sempre em função de seu relacionamento dinâmico com o ambiente, a organização coordenou suas atividades, visando exercê-las para realizar seus processos internos e fornecer seus serviços. Considerou seu futuro, procurando entender a implicação futura de suas decisões presentes. Racionalizou, enfim, com a adoção de procedimentos formalizados, no estabelecimento de seus objetivos e metas, adotando estratégias para suas ações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

No presente capítulo, como primeiro objetivo, formulamos as principais considerações do autor, frente à percepção das informações levantadas junto às suas fontes, as quais são concernentes aos fatores exógenos (externos) e endógenos (internos), assim como à crucialidade para o entendimento ambiente/organização, isto é, como a organização é influenciada pelas mudanças do ambiente, exigindo novas estratégias e reposicionamentos, de acordo com as contingências.

Como segundo objetivo, são apresentadas algumas recomendações para futuros trabalhos que darão continuidade à história da organização, embasadas na experiência do autor na presente pesquisa, abrindo caminhos para novas indagações em outros campos de pesquisas.

5.1 Considerações finais

Partindo dos dados levantados, pôde-se contextualizar o processo das estratégias do CEFET-PR no período de 1935 a 1945, em ambiente geral, que afeta todas as organizações e é igual para todas e, em ambiente específico, que são as entidades internas que interagem diretamente com a organização no alcance de seus objetivos.

5.1.1 Ambiente geral

É nessa época, “em decorrência de guerras, de crises internacionais, de problemas na exportação etc., que a importação tornou-se difícil ou impossível, estimulando uma política voltada à sua substituição” (MOTOYAMA, 1994, p. 16). Porém, deve-se lembrar, nesse momento (meados da década de 1940), que, “dentro da divisão internacional do trabalho, não competia ao Brasil impulsionar capital industrial. Em consequência, dentro desse contexto, o desenvolvimento industrial brasileiro tinha de ser necessariamente limitado. Não é por acaso, portanto, que as indústrias estabelecidas tenham sido predominantemente de bens de consumo” (MOTOYAMA, 1994, p. 19).

Como consequência, também não é por acaso, que os cursos industriais ofertados pela Escola Técnica de Curitiba tenham a finalidade precípua de atender a este tipo de indústria e sua demanda.

Assim, os cursos industriais ministrados naquela ocasião, na então Escola Técnica de Curitiba, foram os seguintes: a) serralheria; b) mecânica de máquinas; c) mecânica de automóveis; d) carpintaria; e) alvenarias e revestimentos; f) pintura; g) marcenaria; h) artes de couro; i) alfaiataria; j) corte e costura; k) tipografia e encadernação (REVISTA LABOR, ano 5, n.º 12, s/p).

Para a correta compreensão desse momento histórico vivenciado pela Escola Técnica de Curitiba, vale o alerta de que “a dimensão da história torna-

se, pois, o elo para nos aproximar dos cerne das técnicas e das tecnologias. Estas não são fatos isolados ou fragmentos de peças fragmentadas. Tudo é revestido de história, de acontecimento e de ação humana interpretando a vida e reconstruindo seu destino. A história aproximará também a educação da tecnologia, enquanto força propulsora para resgatar a técnica, situá-la no seu devido lugar e interpretá-la a serviço do bem comum da sociedade. A história oferecerá à educação os meios não só para entender mais profundamente as técnicas, mas também os instrumentos necessários para superar as dificuldades na transmissão de conhecimentos e na sua execução restrita a meras aplicações.”(BASTOS,1997, p. 12).

5.1.2 Ambiente específico

Para se entender o processo histórico das estratégias do CEFET-PR, no período de 1935 a 1945, não se pode ignorar as ações dos agentes sociais, e as interações das várias partes interessadas, assim como os diferentes valores organizacionais e distintos comportamentos administrativos que surgiram ao longo do período aqui estudado. Isso reforça os escritos de HALL (1984), PERROW (1981), entre outros, quando afirmam que o ambiente externo influencia a organização.

O reforço da literatura acima mencionada fica bem caracterizado no texto, quando a legislação contida na “Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices”, de 13/11/1926 (**Anexo 02**) vem tornar

uniforme os currículos seguidos nas escolas, onde até então, a aprendizagem era feita conforme os critérios estabelecidos pelos diretores e professores.

Assim, no Ambiente Específico da organização, percebe-se no texto:

- as dificuldades encontradas com a transferência das instalações da organização, para um novo prédio;
- a intenção de aumentar o número de alunos matriculados, devido à maior capacidade de ocupação das novas instalações, que não foi atingida, devido ao aumento das despesas que tal intenção acarretaria;
- as características regionais interagindo na organização devido a sua situação geográfica, e suas conseqüências climatológicas, influenciando no estabelecimento do seu Calendário Escolar;
- as variáveis sociais assistencialistas que envolviam a chamada “merenda escolar”;
- o estado de confusão que vem se estabelecer com o advento da Lei n.º 378, de 13/01/1937, quanto à denominação oficial da organização; e
- a completa modificação da organização, decorrente da Lei Orgânica do Ensino Industrial (decreto-lei n.º 4073, de 30/01/1942).

5.2 Recomendações

A partir do desenvolvimento desta pesquisa, percebe-se que se abrem inúmeras possibilidades para que outros pesquisadores continuem a realizar estudos que enfoquem os mais diversos temas, relacionando-os de maneira

significativa com os interesses teórico-práticos da organização estudada, e dos próprios pesquisadores.

Entre esses estudos, podem-se desenvolver análises quantitativas, estudos de comportamento estratégicos adotados ao longo dos anos da organização, estudos de casos de outros ambientes específicos, enfim, uma grande quantidade de outras abordagens, visto que isso será de grande valia, pois poderá testar com maior consistência as evidências aqui descritas, podendo fornecer padrões comparativos aos encontrados neste estudo.

Acreditamos ser muito importante que outros pesquisadores utilizem o modelo proposto para testar e construir novas proposições, e assim, tornar possível o objetivo maior, que é de resgatar a história da organização, e as estratégias utilizadas por seus administradores no decorrer do contexto histórico.

Outro aspecto relevante para futuras pesquisas é agregar à pesquisa qualitativa dados quantitativos que possam avaliar a efetividade da implantação de determinada mudança estratégica em relação ao ambiente que envolveu a organização no transcurso de sua história.

Confirmando a inexistência de trabalhos literários relativos ao CEFET-PR nessa área de atividades, é necessário que mais pesquisadores desenvolvam outros estudos, buscando descobrir elementos importantes, tanto no ambiente interno quanto no externo, que não tenham sido abordados neste estudo.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ANSOFF, H. I. e McDONNEL, E. J. **Implantando a administração estratégica**. 2 ed., São Paulo, Atlas, 1993.
- ANDREWS, Kenneth R. El concepto de la estrategia corporativa. In Mintzberg, H. e QUINN, James B.(Ed), **El proceso estratégico: conceptos, contextos y casos**. 2 ed., México, Prentice Hall, 1993.
- AUFDERHEIDE, Patrícia. **Conceitos chaves para compreensão da Mídia**, (mimeo). s.d., 10 p.
- BASTOS, João Augusto S. L. A . Educação e Tecnologia, in: **Educação e Tecnologia n. 1**. Curitiba, CEFET-PR, 1997.
- BETHLEM, Agrícola S. **Política e estratégia de empresas**. Rio de Janeiro, Guanabara Dois, 1981.
- BLAU, Peter, SCOTT, W. Richard. **Organizações formais: uma abordagem comparativa**. São Paulo, Atlas, 1977.
- BORENSTEIN, Carlos Raul. **Planejamento Estratégico**. Florianópolis, LED/UFSC, 1999.
- BOWDICH, J. I. BUONO, A F. **Elementos de comportamento organizacional**. São Paulo, Pioneira, 1992.
- BRUYNE, P., HERMAN, J., SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- BURKE, Peter. **A Escrita da história**. 2 ed., São Paulo, UNESP, 1992.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo, Cortez, 1991.
- CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **História Oral: teoria e técnica**. Florianópolis, UFSC, 1978.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências Sociais**. São Paulo, Atlas, 1992.

- ETZIONI, Amitai. **Organizações modernas**. São Paulo, Pioneira, 1984.
- FONSECA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro, Escola Técnica Nacional, 1962.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo v. 35l, n. 2, p. 57-63, 1995.
- HALL, Richard H. **Organizações: estrutura e processos**. Rio de Janeiro, Prentice-Hall, 1984.
- HEEMANN, Vivian. **Bibliotecas digitais e disseminação da informação**. Florianópolis, UFSC/EPS, 1996.
- KATZ, Daniel, KAHN, Robert L. **Psicologia das organizações**. 3ª ed., São Paulo, Atlas, 1987.
- KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo, EPU/EDUSP, 1987.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1993.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo, Ed. 34, 1999.
- MINTZBERG, Henry. **Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações**. São Paulo, Atlas, 1995a.
- MINTZBERG, H. Patterns in strategy formation. **Management Science**. V. 24, n. 9, pp. 934-948, 1978.
- MINTZBERG, H. **The fall and rise of strategic planning**. New York, The Free Press, 1994.
- MINTZBERG, H. e McHUGH, A. Strategy formation in an Adhocracy. **Administrative Science Quarterly**, V. 30, n. 1, pp. 160-197, 1985.
- MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. **Ensino Médio e Qualificação Profissional: uma perspectiva histórica**, in: **Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo, Atlas, 1996.
- MORAN, J. M. **A Escola do Amanhã: Desafio do Presente**. Artigo referente ao XXV SBTE, 1993.
- MOTOYAMA, Shozo (organizador). **Tecnologia e Industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica**. São Paulo, UNESP, 1994.
- MOTOYAMA, Shozo (organizador). **Educação Técnica e Tecnológica em Questão**. São Paulo, UNESP, 1995.

- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Planejamento Estratégico**. São Paulo, Atlas, 1998.
- PAGNONCELLI, D. e VASCONCELLOS FILHO, P. **Sucesso empresarial planejado**. Rio de Janeiro, Quality Mark, 1992.
- PARSONS, Talcot. **O sistema das sociedades modernas**. São Paulo, Pioneira, 1974.
- PERROT, Michele. **Os Excluídos da História**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- PERROW, Charles B. **Análise organizacional: um enfoque sociológico**. São Paulo, Atlas, 1981.
- PFEFFER, J., SALANCIK, G. R. **The external control of organizations: a resource dependence perspective**. New York, Harper & Row, 1978.
- QUELUZ, Gilson Leandro. Método Intuitivo e o Serviço de Remodelação do Ensino Técnico-Profissional, in: **Educação e Tecnologia n. 3**. Curitiba, CEFET-PR, 1998.
- RICHARDSON, Roberto Jerry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo, Atlas, 1985.
- ROBBINS, S. P. **Organization Theory: structure, design and application**. New Jersey, Prentice-Hall, 1990.
- SCHEIN, Edgard H. **Psicologia organizacional**. Rio de Janeiro, Prentice-Hall, 1982.
- SELLITIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais: delineamentos de pesquisa**. 4 ed., São Paulo, EPU, 1987, 3 v.
- SIMON, Herbert. **Comportamento administrativo**. Rio de Janeiro, FGV, 1979.
- STONER, James A. F., FREEMAN, R. Edward. **Administração**, 5 ed., Rio de Janeiro, LTC, 1999.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- TIFFIN, John, RAJASINGHAM, L. **In search of the virtual class**. Londres, Routledge, 1995.
- TOFLER, Alvin. **Criando uma nova civilização: a política da terceira onda**. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1994.

- TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo, Atlas, 1987.
- VARGAS, Milton (organizador). **História da Técnica e da Tecnologia no Brasil.** São Paulo, UNESP, 1994.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, UnB, 1991.
- YIN, Robert K. **The case study crisis: some answers.** Administrative Science Quarterly, New York, Cornell University, 1981.

7 ANEXOS

ANEXO 01

7.1 RELATÓRIO DA ESCOLA DE APRENDÍZES ARTÍFICES DO PARANÁ – 1935.

“Exmo. Sr. Dr. Francisco Montojos.

D. D. Superintendente do Ensino Industrial.

Mais uma vez, no cumprimento de uma das disposições da Consolidação referente às Escolas de Artífices, venho apresentar a V. Excia. o Relatório dos trabalhos e dos principaes factos occorridos no educandário sob a minha direção, esmiuçando o mais possível todas as phases de suas diversas actividades, de fórma a ter essa superintendencia nitida idéa da situação actual do estabelecimento, das suas necessidades e dos trabalhos effectuados durante o anno que vem de findar. Este, por sua vez, assistiu a construcção e acabamento do magestoso predio que, sito na confluencia das duas avenidas, 7 de setembro e Dez. Westephalen, tanto veio embelezar essa parte da capital curitibana, quanto marcar, sobretudo, uma nova éra de trabalho e de prosperidade para a escola, trabalho e prosperidade esses, entravados há annos pelas escassas possibilidades offerecidas durante largo espaço de tempo, pelo velho e acanhado predio que serviu de sede primitiva.

De justiça salientar aqui os esforços e a tenacidade desenvolvidos sem desfallecimentos pelo Exmo. Sr. Governador Manoel Ribas, junto ao Governo

Federal, em favor da nova construção, para a qual o Estado concorreu também com valiosa dotação orçamentaria. Afóra a anterior offerta do excellente e vasto terreno onde se acha installado o predio recém-construido, s. excia., demonstrando a alta solitudine em todas as occasiões manifestada pela modalidade de ensino ministrado nestes educandarios, acompanhou infatigavelmente todas as phases da edificação do novo predio, sempre se interessando vivamente pelos menores detalhes de sua construção e do seu completo e perfeito acabamento.

E ainda hoje, já installada a séde do instituto na nova edificação, facto esse que tanto virá contribuir para maior prestigio e renome desta Escola de Artifices, ainda o Exmo. Sr. Governador muito e muito vem distinguindo o estabelecimento com as suas decididas sympathias, sempre accedendo prompta e gentilmente a esta ou aquella solicitação desta Directoria no sentido de resolver problemas que naturalmente surgem e surgirão numa installação nova e das proporções da actual. Dessa fórma, cumpre destacar o auxilio que, ainda há poucos dias, prestou o Estado a este educandario, por occasião da afanosa mudança realizada, cedendo seus caminhões, que realizaram em tal mister nada menos de 56 viagens.

Já nos primeiros dias do mez de setembro do anno transacto recebeu esta Escola a visita de inspecção do dr. Gabriel Azambuja, digno inspector regional da 4ª zona. O esforçado e alto funcionario dessa Superintendencia, aqui se demorou cerca de trinta dias, tendo tido occasião de observar minuciosamente, em todos os seus aspectos, a vida do educandario. Da sua pratica relativamente ás diversas modalidades do ensino ministrado nas Escolas de

Artifices, das suas acertadas observações e dos seus conselhos, muito e muito terá a lucrar este educandário, mórmente agóra que, installado de maneira adequada ás suas altas finalidades, está apto a desenvolver, no mais elevado grau, todas as possibilidades que lhe são facultadas por um programa de notavel latitude e amplidão.

O mesmo sr. Inspector, igualmente, deixou organizado o novo horario a ser observado no corrente anno, de inteiro accordo com as exigencias regulamentares, o que nunca foi possivel observar, em todos os seus pontos, na antiga séde, que não permittia simultaneidade de aulas, nem o devido desdobramento das series.

Terminaram os seus estudos neste educandario, no anno passado, os seis aprendizes seguintes:

ANTONIO PERLI;

DAVID DE OLIVEIRA;

FRANCISCO DOS SANTOS;

MANOEL VAZ MONTEIRO;

THADEU MIECZNICOWSKI.

O primeiro pertencia á Secção de Trabalhos de Madeira; o segundo á de Feitura do Vestuario e os trez ultimos á de Trabalhos de Metal.

Ainda no anno findo e tendo por motivo único a capacidade do velho predio escolar, fixei em 300 o numero de alumnos matriculados, recusando os pedidos de inscripção que ultrapassaram esse numero. Como de costume, no capitulo-Matricula e Frequencia detalho minuciosamente tudo quanto occoreu de notavel nesse sector, cumprindo assignalar que, ainda no anno findo, mais uma

vez ficou accentuado o augmento progressivo da frequencia media mensal. As seguintes cifras accentuam melhor essa progressão:

1930.....100

1931.....150,361

1932.....156,361

1933.....187,384

1934.....205,199

1935.....211,985.

Dando cumprimento á determinação dessa Superintendencia, em aprovação a uma proposta desta directoria, as secções de trabalhos de madeira e de metal procederam á confecção, durante o anno findo, de parte do mobiliario para o novo edificio, assim desciminado:

24 môchos de pinho (pequenos), para a secção de Feitura do Vestuario;

8 mezas de pinho, idem, idem;

5 estantes americanas, para as aulas;

6 bancos de pinho, grandes, idem, idem;

14 poltronas de imbuia, para as aulas;

9 secretárias de imbuia, idem, idem;

48 môchos de pinho, para a secção de Fabricação de Calçados;

2 mezas de imbuia, para a secção de Feitura do Vestuario;

8 mezas de pinho, para a secção de Fabricação de Calçados;

3 mezas-bancadas, para a secção de Trabalhos de Metal;

8 mezas de pinho, para o Refeitorio;

28 bancos de pinho, (grandes), idem, idem;

10 bancos de pinho, pra as aulas de aprendizagem;

5 mezas de pinho, idem, idem;

14 tinteiros de imbuia, c. estojo de vidro, para as aulas;

30 cavalettes e pranchetas de imbuia e cedro para a aula de desenho;

2 armarios (grandes) de imbuia, idem, idem;

2 estantes de ferro, para mappas;

2 ferragens para bancos do hall;

2 cabides de ferro;

1 jogo de letras de latão;

1 forja de 2 fogos

1 estrado de cimento, para forja.

Alem do material acima discriminado, a secção de Trabalhos de Madeira já tem prompto todo o madeiramento de imbuia necessario a 320 carteiras isoladas, estando apenas á espera, para completar esse trabalho, dos pés de ferro fundido.

Como mobiliario novo e de emergencia para equipamento completo das officinas existentes, sómente resta terminar a confecção de 16 bancos de marceneiro, trabalho esse já em andamento adeantado.

Afóra os trabalhos que venho de discriminar, todos tendentes a uma reforma completa do velho mobiliario escolar (em sua grande maioria com mais de 20 annos de uso continuo), ainda foram effectuados outros serviços de envernizamento, concertos, reformas, em moveis da directoria e secretaria.

Finalizando estas rapidas linhas, á guiza de ligeiro preambulo do presente relatorio, solicito a V. Excia. excusas pela relativa demora observada em sua

apresentação, oriunda dos serviços acarretados pelo preparo e execução da mudança da séde escolar do antigo para o novo prédio e consequente instalação neste, concomitantemente com o inicio do presente anno lectivo e bem assim de quaesquer lacunas que neste trabalho sejam observadas, as quaes esta directoria estará sempre prompta a sanar e attenta sempre ás ordens e solicitações da superintendencia que obedece á alta e clarividente direcção de V. Excia.

Saúde e fraternidade.

Curitiba, 28 de fevereiro de 1936.

Rubens Klier Assumpção

Director

MATRICULA E FREQUENCIA

Tendo ainda no ultimo anno lectivo o educandario funcionado no velho edificio e levando em conta a sua capacidade e o numero de funcionarios do corpo docente, fixei em 300, o maximo das inscrições, logo no periodo de abertura das matriculas, numero esse que foi preenchido facilmente, antes da data de 1º de fevereiro, marcada para inicio dos trabalhos escolares.

Durante o 1º semestre, esses 300 alumnos assim se dividiram pelas varias secções de trabalhos:

| | |
|--|------------|
| <i>Secção de Trabalhos de Madeira.....</i> | <i>89</i> |
| <i>Secção de Trabalhos de Metal.....</i> | <i>81</i> |
| <i>Secção de Fabricação de Calçados.....</i> | <i>60</i> |
| <i>Secção de Feitura do Vestuario.....</i> | <i>70.</i> |

No inicio do 2º semestre, como de costume, assignalou-se a eliminação de aprendizes que não satisfizeram ás exigencias de frequencia, enquanto eram registradas novas inscrições para preenchimento das vagas deixadas por aquelles, occasionando as seguintes modificações nas referidas secções de trabalhos:

| | |
|--|------------|
| <i>Secção de Trabalhos de Madeira.....</i> | <i>94</i> |
| <i>Secção de Trabalhos de Metal.....</i> | <i>82</i> |
| <i>Secção de Fabricação de Calçados.....</i> | <i>55</i> |
| <i>Secção de Feitura do Vestuario.....</i> | <i>69.</i> |

Pelos diversos annos dos cursos de Instrucção Primaria e de Desenho, os aprendizes assim se dividiram, nos dois semestres:

| ANNOS | 1º SEMESTRE | 2º SEMESTRE |
|--------------|--------------------|--------------------|
| 1º | 142 | 150 |
| 2º | 60 | 64 |
| 3º | 44 | 36 |
| 4º | 34 | 30 |
| 5º | 14 | 14 |
| 6º | 6 | 6 |

Findo o 1º semestre foram eliminados, por falta de frequencia regular, 67 anual, em 1935:

Frequencia media annual.....211,985.

Essa mesma frequencia, nos annos, é representada pelas seguintes cifras:

1923.....107

1924.....103

1925.....108,8

1926.....112,3

1927.....122,5

1928.....142,8

1929.....103,3

1930.....100

1931.....150,761

1932.....156,361

1933.....187,384

1934.....205,199

1935.....211,985

Como ocorreu no ano passado, a frequência mensal assignalada nas secções de trabalhos foi a mais animadora possível, justificando, com sobra, a manutenção de 1 contramestre para cada officina, cumprindo mesmo destacar a da secção de trabalhos de madeira, sempre superior a 60, excepção feita do mez de junho, em todo o anno, como se poderá deduzir verificando os quadros que seguem:

1º SEMESTRE

| SECÇÕES DE TRABALHOS | FEV. | MAR. | ABR. | MAI. | JUN. |
|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <i>Trabalhos de Madeira</i> | 71,414 | 66,915 | 64,832 | 63,88 | 57,233 |
| <i>Trabalhos de Metal</i> | 66,164 | 60,665 | 63,290 | 46,8 | 54,292 |
| <i>Fabricação de Calçados</i> | 42,450 | 51,291 | 44,707 | 42,72 | 39,704 |
| <i>Feitura do Vestuario</i> | 50,206 | 59,039 | 44,290 | 50,56 | 46,654 |

2º SEMESTRE

| SECÇÕES DE TRABALHOS | JUL. | AGO. | SET. | OUT. | NOV. |
|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <i>Trabalhos de Madeira</i> | 65,459 | 64,690 | 66,737 | 66,921 | 71,129 |
| <i>Trabalhos de Metal</i> | 54,611 | 54,804 | 56,868 | 55,266 | 60,825 |
| <i>Fabricação de Calçados</i> | 34,074 | 34,227 | 35,564 | 39,690 | 35,259 |
| <i>Feitura do Vestuario</i> | 39,881 | 44,881 | 45,516 | 49,113 | 47,476 |

ANEXO 02

7.2 “CONSOLIDAÇÃO DOS DISPOSITIVOS CONCERNENTES ÀS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES

Art. 1º - Em cada um dos Estados da República, o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas a ministrarem gratuitamente o ensino profissional primário (elementar e complementar).

Parágrafo único – Serão também criadas no Distrito Federal, Escolas de Aprendizes Artífices, logo que o Congresso habilite o Governo com os meios necessários à sua instalação e manutenção.

Art. 2º - Nas Escolas de Aprendizes Artífices procurar-se-á formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino primário e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem um ofício, havendo para isso as oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes aos Estados em que funcionarem as escolas, consultadas, quando possível as especialidades das indústrias locais.

Parágrafo único – Estas oficinas serão instaladas à medida que a capacidade do prédio escolar, o número de alunos e demais circunstâncias o permitirem, a juízo do Governo.

I – Nos dois primeiros anos, paralelamente aos cursos primário e de desenho, haverá aprendizagem de trabalhos manuais como estágio pré-vocacional da prática dos ofícios.

II – As secções de ofícios correlativos que compõem as diversas profissões, nove ao todo, criar-se-ão à medida que se forem instalando os respectivos compartimentos.

As secções obedecerão à organização seguinte que abrange as oficinas existentes:

a) Secção de Trabalhos de Madeira:

3º ano – Trabalhos de vime, empalhação, carpintaria e marcenaria;

4º ano – Beneficiamento mecânico da madeira e tornearia;

1º ano complementar – Construções de madeira, em geral, de acordo com as indústrias locais;

2º ano complementar – Especialização.

b) Secção de Trabalhos de Metal:

3º ano – Latoaria, forja e serralheria;

4º ano – Fundição e mecânica geral e de precisão;

1º ano complementar – Prática de condução de máquinas e motores e de eletrotécnica;

2º ano complementar – Especialização.

c) Secção de Artes Decorativas:

3º ano – Modelagem (inclusive entalhação) e pintura decorativa;

4º ano – Estucagem, entalhação e formação de ornatos em gesso e cimento;

1º ano complementar – Construção em alvenaria e cerâmica conforme as indústrias locais;

2º ano complementar – Especialização.

d) Secção de Artes Gráficas:

3º ano – Tipografia (composição manual e mecânica);

4º ano - Impressão, encadernação e fotografia;

1º ano complementar – Fototécnica ou litografia;

2º ano complementar – Especialização.

e) Secção de Artes Textéis:

3º ano – Fiação;

4º ano – Tecelagem;

1º ano complementar – Padronagem e tinturaria;

2º ano complementar – Especialização.

f) Secção de Trabalhos de Couro:

3º ano – Obras de corrieiro;

4º ano – Trabalhos de cortume e sellaria;

1º ano complementar – Obras artísticas e manufatura de couro;

2º ano complementar – Especialização.

g) Secção de Fabrico de Calçados:

3º ano – Sapataria comum;

4º ano – Manipulação de máquinas;

1º ano complementar – Fabrico mecânico do calçado;

2º ano complementar – Especialização.

h) Secção de Feitura do Vestuário:

3º ano – Costura à mão;

4º ano – Feitura e acabamento;

1º ano complementar – Moldes e cortes;

2º ano complementar – Especialização.

i) Secção de Atividades Comerciais:

3º ano – Dáctilo-estenografia;

4º ano – Arte do reclamo e prática de contabilidade;

1º ano complementar – Escrituração mercantil e industrial;

2º ano complementar – Especialização.

III – Não poderá ser criada nenhuma oficina sem que se adapte e obedeça à seriação delineada na organização do número II.

Art. 3º - Além das oficinas, haverá em cada escola de aprendizes artífices dois cursos: o de desenho, obrigatório para todos os alunos, e o primário, obrigatório para todos os que não exibirem certificados de exame final das escolas estaduais e municipais.

Parágrafo único – Quando o aluno já possuir alguns conhecimentos de qualquer dessas disciplinas, será admitido na classe correspondente ao seu adiantamento.

Art. 4º - O regime das escolas será o de externato e o aprendizado das oficinas durará quatro anos.

Parágrafo único – O aprendiz que não concluir o curso nesse lapso de tempo poderá ainda permanecer na escola por prazo não excedente de dois anos.

Art. 5º - O ano escolar abrangerá o espaço de dez meses e os trabalhos de oficinas e manuais não poderão exceder de quatro horas por dia para os alunos de 1º e 2º anos e de seis para os de 3º e 4º.

Parágrafo único – O diretor, de acordo com os professores e mestres de oficinas e tendo em vista as condições climatéricas do lugar em que funcionar a escola, marcará o ano letivo e organizará o horário das aulas e oficinas, submetendo o seu ato à aprovação do diretor geral de Indústria e Comércio.

I – Os cursos primário e de desenho abrangerão as seguintes disciplinas: português, aritmética, geometria prática, lições de coisas, desenho e trabalhos manuais, caligrafia, ginástica e canto coral, corografia e história do Brasil, instrução moral e cívica, elementos de álgebra, noções de trigonometria, rudimentos de física e química, desenho industrial e tecnologia de cada ofício.

II – A organização do horário deverá ser feita de maneira que, nos três primeiros anos, as aulas do curso primário sejam dadas pela manhã e as de desenho e trabalhos manuais à tarde.

III – O ensino será ministrado em aulas teóricas e práticas de duração nunca inferior a 50 minutos, de acordo com a seguinte discriminação:

| <i>1º ano</i> | <i>Aulas por semana</i> |
|---|-------------------------|
| <i>Leitura e escrita</i> | <i>8</i> |
| <i>Caligrafia</i> | <i>2</i> |
| <i>Contas</i> | <i>6</i> |
| <i>Lição de coisas.....</i> | <i>2</i> |
| <i>Desenho e trabalhos manuais.....</i> | <i>15</i> |
| <i>Ginástica e canto.....</i> | <i><u>3</u></i> |
| <i>Total.....</i> | <i>36</i> |

| <i>2º ano</i> | <i>Aulas por semana</i> |
|--|-------------------------|
| <i>Leitura e escrita</i> | <i>6</i> |
| <i>Contas</i> | <i>4</i> |
| <i>Elementos de geometria.....</i> | <i>2</i> |
| <i>Geografia e história pátria</i> | <i>2</i> |
| <i>Caligrafia</i> | <i>2</i> |
| <i>Instrução moral e cívica.....</i> | <i>1</i> |
| <i>Lição de coisas.....</i> | <i>2</i> |
| <i>Desenho e trabalhos manuais.....</i> | <i>16</i> |
| <i>Ginástica e canto.....</i> | <i><u>3</u></i> |
| <i>Total.....</i> | <i>38</i> |

| <i>3º ano</i> | <i>Aulas por semana</i> |
|--|-------------------------|
| <i>Português</i> | <i>3</i> |
| <i>Aritmética.....</i> | <i>3</i> |
| <i>Geometria.....</i> | <i>3</i> |
| <i>Geografia e história pátria</i> | <i>2</i> |
| <i>Lição de coisas.....</i> | <i>2</i> |
| <i>Caligrafia</i> | <i>2</i> |
| <i>Instrução moral e cívica.....</i> | <i>1</i> |
| <i>Desenho ornamental e de escala.....</i> | <i>8</i> |
| <i>Aprendizagem nas oficinas.....</i> | <i><u>18</u></i> |
| <i>Total.....</i> | <i>42</i> |

| <i>4º ano</i> | <i>Aulas por semana</i> |
|---|-------------------------|
| <i>Português</i> | <i>3</i> |
| <i>Aritmética.....</i> | <i>3</i> |
| <i>Geometria.....</i> | <i>3</i> |
| <i>Rudimentos de física</i> | <i>2</i> |
| <i>Instrução moral e cívica.....</i> | <i>1</i> |
| <i>Desenho ornamental e de escala.....</i> | <i>6</i> |
| <i>Desenho industrial e tecnologia.....</i> | <i>6</i> |
| <i>Aprendizagem nas oficinas.....</i> | <i><u>24</u></i> |
| <i>Total.....</i> | <i>48</i> |

1º ano complementar *Aulas por semana*

| | |
|---|------------------|
| <i>Escrituração de oficinas e correspondência</i> | <i>4</i> |
| <i>Geometria aplicada e noções de álgebra e de trigonometria.....</i> | <i>4</i> |
| <i>Física experimental e noções de química.....</i> | <i>4</i> |
| <i>Noções de história natural.....</i> | <i>3</i> |
| <i>Desenho industrial e tecnologia.....</i> | <i>9</i> |
| <i>Aprendizagem nas oficinas.....</i> | <i><u>24</u></i> |
| <i>Total.....</i> | <i>48</i> |

2º ano complementar *Aulas por semana*

| | |
|--|------------------|
| <i>Correspondência e escrituração de oficinas.....</i> | <i>3</i> |
| <i>Álgebra e trigonometria elementares.....</i> | <i>2</i> |
| <i>Noções de física e química aplicada</i> | <i>3</i> |
| <i>Noções de mecânica</i> | <i>2</i> |
| <i>História natural elementar.....</i> | <i>2</i> |
| <i>Desenho industrial e tecnologia.....</i> | <i>9</i> |
| <i>Aprendizagem</i> | <i><u>27</u></i> |
| <i>Total.....</i> | <i>48</i> |

ANEXO 03**7.3 RELATÓRIO DA ESCOLA DE APRENDÍZES ARTÍFICES DO PARANÁ –
1936.**

“Exmo. Sr. Dr. Francisco Montojos.

D. D. Director de Divisão do Ensino Industrial.

Cumprindo as disposições do nº 4, do artigo 12, da “Consolidação dos Dispositivos concernentes ás Escolas de Aprendizizes Artífices”, apresento a V. Excia. este relatorio, no qual procuro expôr, da mais minuciosa forma possivel, todos os principaes factos occorridos no anno que vem de findar, no educandario sob a minha direcção.

E, dando inicio ao alludido relato, tenho a resaltar, desde logo, o acontecimento culminante occorrido em 1936, acontecimento esse que qualifico o de mais intensa significação para a vida, para o progresso, para o futuro desta escola, o da sua installação no predio recém-construido na confluencia das avenidas 7 de Setembro e Dezembargador Westphalen, nesta capital. Na verdade, depois de passar mais de 26 annos de sua existencia installado num predio de proporções acanhadas e de accomodações de todo em todo improprias para as suas altas finalidades, cerceando por consequencia em seus anhelos de evolução, nada poderia concorrer mais intensamente para um revigoroamento geral e para o renascimento deste instituto de educação profissional, do que o acontecimento memoravel que constitue a razão de ser destas linhas iniciaes do presente relatorio: a dotação, para seu

funcionamento, de um predio novo, amplo, construido especialmente e com a mais rigorosa observancia dos mais modernos preceitos pedagogicos.

Dahí a minha manifestação de jubilo e a de todos quantos aqui labutam, tendo agora mais um forte e decisivo incentivo para servirem ainda com mais dedicação e mais enthusiasmo á grande e benemerita causa da educação profissional da juventude patricia.

Nas linhas traçadas á guisa de preambulo do anno passado,achei do meu dever remmemorar o interesse e a dedicação que o Governo do Paraná, na pessoa do seu eminente chefe, o Exmo. Sr. Manoel Ribas, demonstrou sempre por este educandario, attendendo promptamente aos meus apellos neste ou naquelle sentido, em favor da escola e da melhoria dos seus serviços, interesse e dedicação esses culminados com os seus esforços para a construção da nova séde, um edificio que constitue hoje um verdadeiro orgulho para os curitibanos, tal a belleza de suas linhas e a grandiosidade de suas proporções. Isso referencialmente ao anno de 1935. Relativamente ao anno proximo passado, a mesma alta autoridade ainda maior interesse soube revelar a respeito do educandario, não só visitando-o repetidamente, como igualmente tomando providencias que solucionassem problemas mais difficeis. Entre estes, nenhum se me apresentou mais relevante que o das installações para fornecimento de energia electrica ás officinas, sendo que, com a pequena dotação orçamentaria de 2 contos de reis impossivel se tornava completar um serviço orçado em 7 contos mais ou menos, conforme orçamentos que tive occasião de enviar a V. Excia. Pois bem, S. Excia. o Sr. Governador, numa das suas habituaes visitas, sciente das difficuldades surgidas, houve por bem se

promptificar a adeantar o mumerario para completar as referidas obras, as quaes, uma quinzena após se encontravam terminadas e, em consequencia, as novas machinas adquiridas para a escola em pleno funcionamento.

O orçamento de taes trabalhos importou em 4:998\$100 (quatro contos, novecentos e noventa e oito mil e cem reis). Da importancia de 2 contos de reis, destinada por essa ex-Superintendencia ás despesas com as installações para energia electrica ás officinas, foi despendida a quantia de 1:977\$600 (um conto, novecentos e setenta e sete mil e seiscentos reis).

Terminaram os seus estudos neste educandario, no anno de 1936, os seguintes alumnos:

Da Secção de Trabalhos de Metal:

JOSÉ OIZER.

Da Secção de Fabrico de Calçados:

ISMAEL RIBAS,

ARNALDO TEIXEIRA.

Da Secção de Trabalhos de Madeira:

BENEDICTO LACERDA,

OSMAR DE BARROS,

REYNALDO DE OLIVEIRA,

GUILHERME SCHULTZ.

Por motivos amplamente expostos noutro capitulo, sómente neste mez de fevereiro ficaram terminadas as provas praticas de officinas, ás quaes são

obrigados todos os aprendizes antes do recebimento de seus certificados do curso.

Ainda com referencia ao anno que vem de findar, cumpre-me assignaiar o notavel augmento que se registrou no que diz respeito á frequencia dos aprendizes ás aulas e officinas do educandario. Tal indice chegou, em 1936, a 252,663 para um total de 300 alumnos matriculados, representando uma percentagem da frequencia media relativamente á matricula, de 84,349.

Aqui, aproveito a oportunidade para dirigir a V. Excia. mais um appello no sentido de sêr autorizado a contractar um inspector de alumnos para o estabelecimento. Sendo, como é, de grandes proporções o actual edificio, com notavel tendencia de augmento de matricula dos aprendizes, com innumeradas classes de aulas e officinas, provocando constantes movimentações das turmas, cada vez se torna mais urgente a necessidade da designação de tal auxiliar, o que muito viria contribuir para u'a melhor e mais efficaz disciplina interna.

O art. 2º da CONSOLIDAÇÃO, reza: "Nas Escolas de Aprendizes, procurar-se-á formar operarios e contramestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos technicos necessarios aos menores que pretenderem aprender um officio, havendo para isso as officinas de trabalho manual ou mechanico que forem mais convenientes aos Estados em que funcionarem as escolas, consultadas, quanto possivel, as especialidades das industrias locais. (Os griphos são meus)! De inteiro accordo com o espirito que, mui justamente, se percebe em tal artigo, dos officios a serem ensinados nas Escolas de taes ou quaes Estados estarem em coordenancia com as necessidades das industrias

locaes é que, por diversas vezes,, peiteei junto á ex-Superintendencia a reabertura da Secção de Trabalhos de Couro. Em Curitiba é uma das maiores, mais ricas e adeantadas a industria do couro, sendo innumeras, em seu parque industrial, as fabricas que se dedicam a tal mister e, por consequencia, elevada a procura de operarios especializados. Em relação á nossa Escola avulta a vantagem de possuir grande parte do instrumental e machinario necessarios ás suas actividades, provindos da secção extinta em 1929. Convem frizar tambem que, do quadro de mestres fixado annualmente no orçamento, constam 5 desses funcionarios, quando este educandario sómente possui 4. Quer dizer que, por esse lado, tambem não augmentarão as despesas decorrentes da reabertura da primitiva secção que tão uteis serviços prestou a esta Escola e á infancia pobre da capital.

MATERIAL DAS OFFICINAS E AULAS.

Particularisando quanto ás necessidades da Escola sob a minha direcção, no que diz respeito ao material necessario, primeiramente ás aulas, peço venia para não approvar o typo de carteiras cuja parte de metal já foi remettida, em grande numero, para este educandario, obedecendo ao modelo remettido com antecedencia para o necessario preparo, aqui, do madeirame respectivo.

Esse modelo em nada é recommendavel pelo seu aspecto pedagogico. Si, pelo tamanho, basta para meninos de 10 a 12 annos, já é defficiente para rapazes de 14 a 16 ou mais annos. Apresenta por outro lado, o immenso inconveniente de servir, ao mesmo tempo de assento para um aprendiz, na

parte da frente, enquanto que a mesma peça na parte posterior, serve de meza a outro alumno. Basta, portanto, que um desses aprendizes faça qualquer movimento para que, desde logo, impeça que o outro trabalhe sem ser incommodado. Ao demais, pela fôrma de sua construcção, numa sala ficam geralmente perdidas 5 ou 6 carteiras, pois que as da primeira fileira só contém os assentos sem a meza e as ultimas sem aquellas.

Quando da chegada do primeiro modelo, procurei remediar os senões verificados e, quanto ao tamanho das ditas carteiras, mandei preparar toda medida com bitola maior do que a do alludido modelo. Para remediar tambem a pouca altura das carteiras, em logar de parafusal-as ao soalho das salas de aulas, foram ellas parafusadas de duas em duas, sobre bases longitudinaes de madeira de 8 cts. de altura

Portanto, relativamente ao material escolar, no que diz respeito ás carteiras, necessario se faz, para sua melhoria, a adopção de um modelo mais moderno, mais de accordo com as necessidades pedagogicas, sendo aconselhavel a adopção de um typo padronizado, para todos os educandarios.

Entre o restante do material de mais necessidade para as aulas, tanto do curso primario, quanto do de desenho, cumpre assignalar:

- Obras didacticas para o ensino das diversas disciplinas, sendo que, após uma escolha completa e criteriosa do que exista publicado a respeito das materias leccionadas nas Escolas de Artífices, seria recommendavel que as obras seleccionadas fossem adoptadas obrigatoriamente por todos os educandarios. Da excellencia de tal adopção, igual para o conjunto das Escolas de Artífices,

existem exemplos concretos com as obras já publicadas, tanto pela extincta Comissão de Remodelação, quanto pela actual Superintendencia;

- *Museu de Historia Natural;*
- *Laboratorios de Physica e Chimica;*
- *Pranchetas e cavaletes para desenho;*
- *Reguas, tês, esquadros, compassos e tira-linhas;*
- *Mapas.*

Em relação ás diversas secções de trabalhos aqui existentes, já fizemos referencias detalhadas ás machinas e ferramentas adquiridas recentemente. Sómente no que diz respeito á secção de Feitura do Vestuario é que o problema até agora se encontra sem solução pois, ainda no ultimo exercicio, nada poude ser adquirido para a mesma. O minimo do material de que necessita é o seguinte:

- a) *1 machina de costurar typo "ALFAIATE";*
- b) *2 machinas de costurar typo "FAMILIAR";*
- c) *2 ferros electricos (typo grande);*
- d) *2 ferros a carvão (typo grande);*
- e) *2 thezouras p. alfaiate (typo grande)*

MATRICULA E FREQUENCIA

Em fins de 1935, em correspondencia dirigida á ex-Superintendencia e na imminencia da mudança da séde escolar para o novo predio onde se acha hoje localizada, com lotação mais vasta, fazia a direcção deste educandario sentir a necessidade de sêr augmentado o limite da matricula, até então de 300

aprendizes, maximo permitido pela lotação da antiga séde. Tal suggestão, porem, não poude sêr concretizada, á vista do augmento de despesas que isso acarretaria, o que foi ponderado pela Superintendencia. Dessa forma, ao se iniciar o anno lectivo que vem de terminar, ainda mais uma vez ficou fixado em 300 o limite da matricula, sendo que uma vez a mesma iniciada, em poucos dias foi inteiramente preenchido tal limite, sendo innumerous os candidatos não inscriptos.

Em fins de junho, isto é, ao inicio das matriculas referentes ao 2º semestre ordenei, como de costume, o cancellamento da matricula dos alumnos que, até então, já haviam incorrido em mais de 30 faltas não justificadas, substituindo-os imediatamente por novos candidatos.

Para maior clareza dos presentes informes, dou a seguir os quadros referentes á matricula nos dois semestres do corrente anno, por secções de trabalhos e pelas aulas de instrucção primaria e de dezenho:

1º SEMESTRE:

Secção de Trabalhos de Madeira..... 92

Secção de Trabalhos de Metal..... 95

Secção de Fabrico de Calçados..... 53

Secção de Feitura do Vestuario 60

2º SEMESTRE:*Secção de Trabalhos de Madeira..... 95**Secção de Trabalhos de Metal..... 98**Secção de Fabrico de Calçados..... 52**Secção de Feitura do Vestuario 55**Aprendizes matriculados nos cursos Primario e de Dezenho:*

| ANNOS | 1º SEMESTRE | 2º SEMESTRE |
|---------------|--------------------|--------------------|
| 1º | 96 | 103 |
| 2º | 110 | 108 |
| 3º | 48 | 47 |
| 4º | 20 | 18 |
| 5º (1º comp.) | 19 | 17 |
| 6º (2º comp.) | 7 | 7 |

Si a matricula dos aprendizes desta Escola, pelos motivos já expostos nas linhas precedentes, infelizmente não tem sido progressiva, a frequencia dos alumnos apresenta, ao contrario, anno a anno, a contar de 1930, indice mais e mais elevado, como se poderá observar facilmente pelos quadros que seguem:

*1923..... 107**1924..... 103**1925..... 108,8**1926..... 112,3**1927..... 142,5*

1928.....142,8
 1929.....103,3
 1930.....100
 1931.....150,761
 1932.....156,361
 1933.....187,384
 1934.....205,199
 1935.....211,985
 1936.....252,663

Por semestre e por secções de trabalho, foi a seguinte a frequencia mensal:

1º SEMESTRE:

| <i>Secções de trabalhos</i> | <i>FEV.</i> | <i>MAR.</i> | <i>ABR.</i> | <i>MAI.</i> | <i>JUN.</i> |
|-----------------------------|--------------------------|---------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| <i>Trabalhos de Madeira</i> | <i>80,63</i> <i>5</i> | <i>80,420</i> | <i>81,95</i> <i>3</i> | <i>77,12</i> <i>3</i> | <i>83,68</i> <i>2</i> |
| <i>Trabalhos de Metal</i> | <i>86,90</i> <i>7</i> | <i>86,036</i> | <i>82,17</i> <i>1</i> | <i>76,58</i> <i>1</i> | <i>84,10</i> <i>4</i> |
| <i>Fabrico de Calçados</i> | <i>45,99</i> <i>8</i> | <i>46,920</i> | <i>48,69</i> <i>4</i> | <i>46,95</i> <i>6</i> | <i>47,73</i> <i>5</i> |
| <i>Feitura do Vestuario</i> | <i>55,81</i> <i>5</i> | <i>56,883</i> | <i>54,56</i> <i>3</i> | <i>49,74</i> <i>8</i> | <i>50,78</i> <i>9</i> |

2º SEMESTRE

| <i>Secções de trabalhos</i> | <i>JUL.</i> | <i>AGO.</i> | <i>SET.</i> | <i>OUT.</i> | <i>NOV.</i> | <i>DEZ.</i> |
|-----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------------------|--------------------------|---------------|
| <i>Trabalhos de Madeira</i> | <i>83,88</i> | <i>74,96</i> | <i>74,92</i> | <i>73,68</i> <i>9</i> | <i>72,56</i> <i>2</i> | <i>75,08</i> |
| <i>Trabalhos de Metal</i> | <i>85,96</i> | <i>79,72</i> | <i>77,88</i> | <i>74,80</i> <i>5</i> | <i>78,12</i> <i>7</i> | <i>78,582</i> |
| <i>Fabrico do Calçados</i> | <i>46,96</i> | <i>42,32</i> | <i>42,12</i> | <i>38,80</i> <i>5</i> | <i>39,95</i> <i>5</i> | <i>43,165</i> |
| <i>Feitura do Vestuario</i> | <i>50,44</i> | <i>47,47</i> | <i>45,52</i> | <i>43,65</i> <i>2</i> | <i>41,69</i> <i>3</i> | <i>47,581</i> |

ESTADO DO MATERIALMachinas, ferramentas, etc.

Até o anno passado era o mais precario possivel o estado de todo o material existente nesta Escola. Comprehende-se tal occorrenca, pois que a grande maioria desse material possuia já, então, para mais de 20 annos de serviços continuos, ininterruptos. Essa precariedade mais se fazia accenturar nos grupos "machinas e ferramentas" e "moveis", empregados nas aulas e officinas.

Por isso mesmo, em todos os relatorios anteriores a 1935, fazia esta directoria resaltar a necessidade urgente da substituição do material velho e imprestavel. O mau estado das machinas era um dos grandes impecilhos ao

incremento da produção, notadamente no que se referia ás secções de trabalhos de metal e de madeira. Por outro lado, a escassez dessas mesmas machinas concorria ainda não só para a menor produção, como igualmente para a precariedade do ensino profissional, pois não dava margem a um exercicio continuo e a uma actividade mais proficua por parte dos aprendizes.

O mal observado em relação ás ferramentas era, comtudo, escassamente combatido anno a anno, mercê dos pequenos creditos concedidos, geralmente de 2 contos de reis annuaes, com os quaes esta directoria ia adquirindo o ferramental de mais urgente necessidade e substituindo, na medida do possivel, aquelle que se inutilizava dia a dia.

Com a mudança da séde escolar para o predio recém-construido, este educandario teve uma dotação de 80 contos, em 1935, para aquisição de machinas e ferramentas e, no anno de 1936, mais 50 contos com o mesmo fim.

Taes dotações vieram, felizmente, pôr um ponto final na falta de equipamento das officinas e, actualmente, as de trabalhos de metal e de madeiras offerecem installações quasi completas nesse sentido. É assim que, a primeira, está equipada com as seguintes novas machinas:

1 – 1 torno de precisão, com motor conjugado, marca “Wilhelm Eisenfuhr e Co.”, no valor de 24:875\$000;

2 – 1 Machina de furar, da mesma marca, no valor de 3:625\$000;

3 – 1 Machina de 2 rebolos de esmeril, ainda da referida marca, no valor de 3:940\$000;

4 – 1 Machina “Shapping”, (torno-lixador), no valor de 5:975\$000, marca “Wilhelm Eisenfuhr”;

5 – 1 Torno de precisão, com motor conjugado, marca acima mencionada, no valor de

6:500\$000;

6 – 1 Motor triphasico, da marca “Siemens”, de 10 H.P., no valor de 2:360\$000.

A Secção de Trabalhos de Madeira recebeu as seguintes novas machinas:

1 – 1 Cepilhadeira, marca “Danckaert”, com motor conjugado, no valor de 7:400\$000;

2 – 1 Tupia, marca “Danckaert”, com motor conjugado no valor de 4:340\$000;

3 – 1 Apparelho rectificador, marca “Danckaert”, no valor de 2:080\$000;

4 – 1 Prensa para madeira, marca “Danckaert”, com tres unidades, no valor de 7:900\$000;

5 – 1 Serra “tico-tico”, marca “Danckaert”, no valor de 2:970\$000;

6 – 1 Machina de furar, com motor conjugado, no valor de 3:800\$000;

7 – 1 Apparelho electrico para soldar, no valor de 650\$000.

No anno passado a dotação para a compra de machinas e ferramentas orçou em 50 contos. A concorrência para a compra do material passou pelos tramites legais, sendo approvada pelos Sr. Ministro, mas infelizmente não houve tempo para o registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas.

Seriam, com a referida dotação, adquiridas as seguintes machinas para a Secção de Trabalhos de Madeira:

1 – 1 Rebote, com motor conjugado, marca “Danckaert”, no valor de 5:950\$000;

2 – 1 Torno para madeira, marca “Danckaert”, no valor de 3:490\$000;

3 – 1 Tomo para madeira, marca “Danckaert”, no valor de 2:680\$000;

4 – 1 Lixadeira, com aspirador, marca “Danckaert”, no valor de 6:770\$000.

Para a Secção de Fabrico de Calçados:

1 – 1 Machina de pontear, no valor de 19:430\$000.

Para as duas secções acima e mais para a de Trabalhos de Metal seriam igualmente adquiridas innumeradas ferramentas que completariam o equipamento de que necessitam.

Uma vez fossem realizadas todas as aquisições de material acabado de sêr ennumerado restaria, das secções de trabalho desta Escola, somente uma ainda com os seus velhos machinario e ferramental: a de Feitura do Vestuario. Na concorrência publica realizada no ultimo anno, já alludida, foi incluido o material necessario a esta secção, porem somente um concorrente se apresentou, com preços exorbitantes, razão de não terem sido acceitas as respectivas offertas.

MATERIAL DAS AULAS.

De accordo com o meu relatorio referente ao anno de 1935, onde este assumpto vem minuciosamente ventilado, por motivo da mudança da séde escolar para o novo e esplendido edificio onde se encontra actualmente installado, fiz confeccionar, mediante autorização da ex-Superintendencia, o seguinte material para equipamento das nossas salas de aulas e officinas:

24 mochos de pinho (pequenos), para a Secção de Feitura do Vestuario;

8 mezas de pinho, idem, idem;

5 estantes americanas, para as aulas;

3 mezas de pinho, (grandes) para a secção de Feitura do Vestuario;

6 bancos de pinho, grandes, idem, idem;

14 poltronas de imbuia, para as aulas;

9 secretarias de imbuia , idem, idem;

48 mochos de pinho, para a Secção de Fabrico de Calçados;

2 mezas de imbuia, para a Secção de Feitura do Vestuario;

8 mezas de pinho, para a Secção de Fabrico de Calçados;

3 mezas-bancadas, para a Secção de Trabalhos de Metal;

8 mezas de pinho, para o refeitório;

28 bancos de pinho, (grandes), idem, idem;

10 bancos de pinho para as aulas de aprendizagem;

5 mezas de pinho, idem, idem;

14 tinteiros de imbuia, c/ estojo de vidro, para as aulas;

30 cavaletes e pranchetas de imbuia e cedro, para a aula de desenho;

2 armarios (grandes) de imbuia, idem, idem;

2 estantes de ferro, para mappas;

2 ferragens para bancos de hall;

2 cabides de ferro;

1 forja de 2 fogos;

1 estrado de cimento, para forja.

Alem desse vultuoso material, a Secção de Trabalhos de Madeira preparou, em imbuia, o madeirame necessario a 320 carteiras individuaes para as aulas,

sendo que o motivo de já não se acharem todas essas carteiras em pleno uso foi a demora no recebimento dos respectivos pés de ferro.

Quanto ao mobiliário dos demais departamentos da Escola: directoria, secretaria, etc., aprez-me declarar que se encontra em boas condições de conservação e accrescido do que foi adquirido no anno findo."06

ANEXO 04

7.4 MERENDA ESCOLAR

O ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio em nome do Presidente da República:

Resolve mandar que sejam observadas as seguintes instruções para o fornecimento de merenda aos alunos das escolas de aprendizes artífices.

Art. 1º - Aos alunos das escolas de aprendizes artífices será distribuída, nos dias de aulas, uma merenda nutritiva e sadia, do valor fixado pela lei orçamentária.

Art. 2º - A merenda é dividida em porção a todos os aprendizes que estiverem a hora fixada pelo diretor para a respectiva distribuição e independente de notas de aplicação ou comportamento.

Art. 3º - A merenda, cuja natureza o diretor indicará, será adquirida diretamente pelo porteiro almoxarife ou fornecida mediante contrato.

Parágrafo único – No primeiro caso, o porteiro-almoxarife receberá um adiantamento para a respectiva despesa, e no segundo, estipulará no contrato as condições garantidoras da pontualidade do fornecimento e da imediata substituição de qualquer artigo deteriorado.

Art. 4º - Antes da distribuição, a merenda será inspecionada pelo diretor da escola.

Art. 5º - Para determinar a quantidade da merenda, o escriturário entregará ao porteiro-almojarife, na primeira hora do expediente, a nota do número de aprendizes que tiverem comparecido.

Parágrafo único – A nota de que trata este artigo servirá para conferência, na prestação da conta mensal do fornecimento, a qual mencionará, dia por dia, a quantidade de merendas fornecidas.

Art. 6º - Se a merenda for de preparo culinário, poderão ser adquiridos os gêneros indispensáveis, contanto que a despesa por aluno não exceda o valor fixado e o serviço respectivo não importe em novo ônus ou perturbação dos trabalhos escolares.

Parágrafo 1º - Será permitido, para execução deste serviço, o aproveitamento de um dos serventes da escola ou de aprendizes escalados voluntariamente.

Parágrafo 2º - A despesa com a aquisição de material de cozinha e copa correrá por conta da Associação Cooperativa e de Mutualidade.

Art. 7º - Enquanto não forem distribuídos os créditos para a despesa com a merenda escolar, será esta custeada, em falta de outros recursos, pela caixa da Associação Cooperativa e de Mutualidade da escola que receberá depois a respectiva indenização, devendo a despesa, como nos casos ordinários, ser previamente empenhada.

Art. 8º - Juntamente com a cópia a que se refere o art. 14, parágrafo 5º do regulamento aprovado pelo decreto nº 13.064, de 12 de junho de 1918, os diretores das escolas enviarão, cada mês, à Diretoria Geral de Indústria e

Comércio, uma demonstração da quantidade de merenda distribuída e da despesa realizada.

Parágrafo único – Quando, pelas demonstrações recebidas das escolas, se verificar deficiência de dotação para merenda, a Diretoria Geral de Indústria e Comércio enviará à Contabilidade os dados necessários para a abertura do crédito suplementar.

- (Portaria de 26 de setembro de 1922).

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1926.

Francisco Antonio Coelho

(Diário Oficial de 10 de dezembro de 1926).

ANEXO 05

7.5 PROVAS PARCIAIS REFERENTES AO MÊS DE JUNHO DE 1937.

1º ANO*Provas parciais de JUNHO/37*

| <i>Materias</i> | <i>Pontos lecionados</i> | <i>Pontos sorteados</i> |
|----------------------------|--------------------------|---|
| <i>Linguagem escrita</i> | <i>De 1 a 7</i> | <i>6-Letras maiusculas e minusculas. Cópia de pequenos trechos de historietas</i> |
| <i>Exercicios escritos</i> | <i>De 1 a 7</i> | <i>5-Escrita de vocabulos que indiquem plantas, aves etc.</i> |
| <i>Caligrafia</i> | <i>De 1 a 4</i> | <i>4-Numeros romanos. Alfabeto maiusculo e minusculo da letra vertical</i> |
| <i>Contas</i> | <i>De 1 a 7</i> | <i>6-Formação da centena pelo agrupamento das dezenas.</i> |
| <i>Lições de cousas</i> | <i>De 1 a 15</i> | <i>6-Orientação: aplicação dos pontos cardeais, etc.</i> |
| <i>Desenho</i> | <i>De 1 a 24</i> | <i>14-Representação de uma folha de parreira.</i> |
| <i>Trabalhos manuais</i> | <i>De 1 a 17</i> | <i>Exercicios sobre alternção de ornatos</i> |

2º ANO*Provas parciais de JUNHO/37*

| <i>Materias</i> | <i>Pontos lecionados</i> | <i>Pontos sorteados</i> |
|---------------------------------|--------------------------|---|
| <i>Linguagem escrita</i> | <i>De 1 a 18</i> | <i>12-Material escolar (Formação de frases).</i> |
| <i>Contas</i> | <i>De 1 a 22</i> | <i>17-Moeda e papel moeda. Moeda circulante e seus valores.</i> |
| <i>Elementos de geometria</i> | <i>De 1 a 16</i> | <i>10-O retangulo: lados e angulos.</i> |
| <i>Geografia</i> | <i>De 1 a 14</i> | <i>9-Limites do Brasil.</i> |
| <i>Historia Patria</i> | <i>De 1 a 11</i> | <i>5-Divisão do Brasil em capitancias hereditarias</i> |
| <i>Caligrafia</i> | <i>Todo o programa</i> | <i>7-Exercicios de letras maiusculas.</i> |
| <i>Instrução moral e civica</i> | <i>De 1 a 15</i> | <i>8-O hino nacional-Ozorio Duque Estrada.</i> |
| <i>Lições de cousas</i> | <i>De 1 a 28</i> | <i>24-Os animaes em geral.</i> |
| <i>Desenho</i> | <i>De 1 a 7</i> | <i>3-Representação de um grupo de vasos c. folhagens, colorido a lapis.</i> |
| <i>Trabalhos manuais</i> | <i>De 1 a 9</i> | <i>4-Exercicio do corte de papelão p. feitura de caixas.</i> |

3º ANO*Provas parciais de JUNHO/37*

| <i>Materias</i> | <i>Pontos lecionados</i> | <i>Pontos sorteados</i> |
|-------------------------------------|--------------------------|--|
| <i>Exercicios escritos</i> | <i>De 1 a 15</i> | <i>11-A fabrica (Descrição).</i> |
| <i>Arimética</i> | <i>De 1 a 5</i> | <i>4-Divisor comum e M.D.C. (Exercicios)</i> |
| <i>Geometria</i> | <i>De 1 a 15</i> | <i>14-Angulos suplementares.</i> |
| <i>Caligrafia</i> | <i>De 1 a 11</i> | <i>10-Algarismos arabicos.</i> |
| <i>Geografia</i> | <i>De 1 a 19</i> | <i>17-Fronteiras do Brasil.</i> |
| <i>Historia Patria</i> | <i>De 1 a 14</i> | <i>5-Episodio dos Palmares.</i> |
| <i>Lições de cousas</i> | <i>De 1 a 14</i> | <i>4-A chuva.</i> |
| <i>Instrução moral e cívica</i> | <i>De 1 a 13</i> | <i>4-Amor ao bem e horror ao mal.</i> |
| <i>Desenho</i> | <i>De 1 a 11</i> | <i>5-Composição de um friso ornamental.</i> |

4º ANO*Provas parciais de JUNHO/37*

| <i>Materias</i> | <i>Pontos lecionados</i> | <i>Pontos sorteados</i> |
|---------------------------------|--------------------------|--|
| <i>Português</i> | <i>De 1 a 10</i> | <i>8-Afixos. Principais prefixos e sufixos.</i> |
| <i>Arimética</i> | <i>De 1 a 12</i> | <i>10-Numeros complexos. Exercícios sobre multiplicação e divisão.</i> |
| <i>Geometria</i> | <i>De 1 a 14</i> | <i>5-Areas dos poligonos irregulares.</i> |
| <i>Física</i> | <i>De 1 a 10</i> | <i>5-Vasos comunicantes. Aplicações.</i> |
| <i>Instrução moral e civica</i> | <i>De 1 a 12</i> | <i>6-Eleição, deveres e atribuições do Presidente da Republica.</i> |
| <i>Desenho ornamental</i> | <i>De 1 a 16</i> | <i>9-Composição de natureza morta: 1 bandeja c. frutas.</i> |

5º ANO*Provas parciais de JUNHO/37*

| <i>Materias</i> | <i>Pontos lecionados</i> | <i>Pontos sorteados</i> |
|---------------------------------------|--------------------------|---|
| <i>Escrituração e correspondencia</i> | <i>De 1 a 10</i> | <i>7-Principais livros de oficinas: ponto, movimento de material, fabricação e inventario. Diferenciação.</i> |
| <i>Geometria</i> | <i>De 1 a 10</i> | <i>5-Triangulos-Teorêma de Pythagoras.</i> |
| <i>Algebra</i> | <i>De 1 a 6</i> | <i>4-Divisão algebrica.</i> |
| <i>Trigonometria</i> | <i>De 1 a 3</i> | <i>3-Funções trigonometricas: seno, coseno e tangente.</i> |
| <i>Física</i> | <i>De 1 a 12</i> | <i>6-Balanças.</i> |
| <i>Quimica</i> | <i>De 1 a 9</i> | <i>5-Metals e metaloides principais.</i> |
| <i>Hist. Natural</i> | <i>De 1 a 10</i> | <i>8-Orgãos dos sentidos.</i> |

6º ANO*Provas parciais de JUNHO/37*

| <i>Materias</i> | <i>Pontos lecionados</i> | <i>Pontos sorteados</i> |
|---------------------------------------|--------------------------|---|
| <i>Correspondencia e escrituração</i> | <i>De 1 a 6</i> | <i>5-Movimento de almoxarifado. Carga e descarga de material.</i> |
| <i>Algebra</i> | <i>De 1 a 6</i> | <i>3-Binomio de Newton. Raiz quadrada.</i> |
| <i>Trigonometria</i> | <i>De 1 a 4</i> | <i>1-Funções trigonometricas. Representação grafica.</i> |
| <i>Física</i> | <i>De 1 a 10</i> | <i>9-Acustica: som. Sua origem e propagação.</i> |
| <i>Quimica</i> | <i>De 1 a 12</i> | <i>2-Brômo: preparação.</i> |
| <i>Noções de mecanica</i> | <i>De 1 a 18</i> | <i>7-Movimento de rotação. Velocidade tangencial e angular.</i> |
| <i>Historia Natural</i> | <i>De 1 a 8</i> | <i>2-Sistemas cristalinos.</i> |

DESENHO INDUSTRIAL E TECNOLOGIA*Provas parciais de JUNHO/37*Secção de Trabalhos de Metal.4º ANO

| <i>Materias</i> | <i>Pontos lecionados</i> | <i>Pontos sorteados</i> |
|---------------------------|--------------------------|--|
| <i>Desenho Industrial</i> | <i>De 1 a 8</i> | <i>6-Desenho, em tamanho natural, de um martelo de pena.</i> |
| <i>Tecnologia</i> | <i>De 1 a 9</i> | <i>7-Tempera de aço.</i> |

5º ANO

| <i>Materias</i> | <i>Pontos lecionados</i> | <i>Pontos sorteados</i> |
|---------------------------|--------------------------|---|
| <i>Desenho Industrial</i> | <i>De 1 a 16</i> | <i>2-Projéto de 1 torneira.</i> |
| <i>Tecnologia</i> | <i>De 1 a 8</i> | <i>3-Estudo dos orgãos dos motores de explosão.</i> |

6º ANO

| <i>Materias</i> | <i>Pontos lecionados</i> | <i>Pontos sorteados</i> |
|---------------------------|---------------------------------|---|
| <i>Desenho Industrial</i> | <i>De 1 a 5, 9, 10, 17 e 18</i> | <i>17-Projéto de 1 grade de ferro, p. jardim.</i> |
| <i>Tecnologia</i> | <i>De 1 a 8</i> | <i>3-Estudo dos orgãos dos motores de explosão.</i> |

Secção de Trabalhos de Madeira.4º ANO

| | | |
|---------------------------|-----------------|--|
| <i>Desenho Industrial</i> | <i>De 1 a 5</i> | <i>4-Projéto de 1 pequeno armario.</i> |
| <i>Tecnologia</i> | <i>De 1 a 8</i> | <i>6-Descrição das maquinas necessarias aos trabalhos da Secção.</i> |

5º ANO

| <i>Materias</i> | <i>Pontos lecionados</i> | <i>Pontos sorteados</i> |
|---------------------------|-----------------------------|--------------------------------|
| <i>Desenho Industrial</i> | <i>De 1 a 6 e de 9 a 14</i> | <i>9-Desenho de uma porta.</i> |
| <i>Tecnologia</i> | <i>De 1 a 10</i> | <i>6-Orçamento de obras.</i> |

6º ANO

| <i>Materias</i> | <i>Pontos lecionados</i> | <i>Pontos sorteados</i> |
|---------------------------|--------------------------|---------------------------------------|
| <i>Desenho Industrial</i> | <i>De 1 a 8</i> | <i>4-Projeto de 1 terno estofado.</i> |
| <i>Tecnologia</i> | <i>De 1 a 10</i> | <i>6-Orçamento de obras.</i> |

Secção de Feitura do Vestuario4º ANO

| <i>Materias</i> | <i>Pontos lecionados</i> | <i>Pontos sorteados</i> |
|---------------------------|--------------------------|--------------------------------------|
| <i>Desenho Industrial</i> | <i>De 1 a 16</i> | <i>11-Desenho de um paletó saco.</i> |
| <i>Tecnologia</i> | <i>De 1 a 7</i> | <i>5-Preços de mão de obra.</i> |

5º ANO

| <i>Materias</i> | <i>Pontos lecionados</i> | <i>Pontos sorteados</i> |
|---------------------------|--------------------------|--|
| <i>Desenho Industrial</i> | <i>De 1 a 6</i> | <i>4-Maneira de tomar medidas.</i> |
| <i>Tecnologia</i> | <i>De 1 a 6</i> | <i>4-Confecção de roupas p. meninos.</i> |

6º ANO

| <i>Materias</i> | <i>Pontos lecionados</i> | <i>Pontos sorteados</i> |
|---------------------------|--------------------------|---|
| <i>Desenho Industrial</i> | <i>De 1 a 10</i> | <i>7-Desenho completo de um "smocking".</i> |
| <i>Tecnologia</i> | <i>De 1 a 6</i> | <i>4-Confeção de roupas p. meninos.</i> |

Secção de Fabrico de Calçados4º ANO

| <i>Materias</i> | <i>Pontos lecionados</i> | <i>Pontos sorteados</i> |
|---------------------------|--------------------------|---|
| <i>Desenho Industrial</i> | <i>De 1 a 9</i> | <i>7-Desenho, c. acabamento a aquarela, de um calçado p. criança.</i> |
| <i>Tecnologia</i> | <i>De 1 a 10</i> | <i>8-Orçamento de 1 par de calçados finos, p. criança.</i> |

5º ANO

| <i>Materias</i> | <i>Pontos lecionados</i> | <i>Pontos sorteados</i> |
|---------------------------|--------------------------|--|
| <i>Desenho Industrial</i> | <i>De 1 a 18</i> | <i>7-Desenho, de composição, de 1 calçado a Luiz XV, p. senhora.</i> |
| <i>Tecnologia</i> | <i>De 1 a 11</i> | <i>10-Anomalias do pé.</i> |

6º ANO

| <i>Materiais</i> | <i>Pontos lecionados</i> | <i>Pontos sorteados</i> |
|---------------------------|--------------------------|---|
| <i>Desenho Industrial</i> | <i>De 1 a 8</i> | <i>6-Desenho de 1 sapato, tipo mexicano, p. senhora</i> |
| <i>Tecnologia</i> | <i>De 1 a 11</i> | <i>10- Anomalias do pé</i> |

Aprendizagem de oficinas

Provas parciais de JUNHO/37

3º ANO

| <i>Secções de Trabalho</i> | <i>Pontos lecionados</i> | <i>Pontos sorteados</i> |
|-----------------------------|--------------------------|---|
| <i>Trabalhos de Metal</i> | <i>De 1 a 10</i> | <i>3-Confeção de 1 armação de arame p. "abat-jour".</i> |
| <i>Trabalhos de Madeira</i> | <i>De 10 a 18</i> | <i>14-Exercícios de junta-seca; junta-machoadada e junta carilhada.</i> |
| <i>Feitura do Vestuário</i> | <i>De 1 a 19</i> | <i>19-Execução de bainhas de mangas.</i> |
| <i>Fabrico do Calçado</i> | <i>De 1 a 9</i> | <i>7-Exercícios de chanfrar a sóla, á mão.</i> |

4º ANO

| <i>Secções de Trabalho</i> | <i>Pontos lecionados</i> | <i>Pontos sorteados</i> |
|-----------------------------|--------------------------------|--|
| <i>Trabalhos de Metal</i> | <i>De 12 a 25 e de 29 a 34</i> | <i>32-Exercício de destemperar, temperar e revenir.</i> |
| <i>Trabalhos de Madeira</i> | <i>De 7 a 15</i> | <i>8-Confecção de 1 cesta elitica.</i> |
| <i>Feitura do Vestuario</i> | <i>De 35 a 40</i> | <i>39-Execução de 1 colete de casimira.</i> |
| <i>Fabrico de Calçado</i> | <i>De 20 a 29</i> | <i>28-Exercício de completar a montagem do calçado, por maquina.</i> |

5ºANO

| <i>Secções de Trabalho</i> | <i>Pontos lecionados</i> | <i>Pontos sorteados</i> |
|-----------------------------|----------------------------------|--|
| <i>Trabalhos de Metal</i> | <i>De 41 a 45 e 46, 48 e 49.</i> | <i>48-Exercício de abertura de rôsca.</i> |
| <i>Trabalhos de Madeira</i> | <i>De 50 a 54 e de 56 a 59</i> | <i>57-Confecção de 1 porta-vazos.</i> |
| <i>Feitura de Vestuario</i> | <i>De 48 a 51</i> | <i>51-Execução de 1 terno de brim, tipo escolar.</i> |
| <i>Fabrico de Calçado</i> | <i>De 42 a 45</i> | <i>44-Córte e acabamento de 1 calçado, p. homem.</i> |

6º ANO

| <i>Secções de Trabalho</i> | <i>Pontos lecionados</i> | <i>Pontos sorteados</i> |
|-----------------------------|--|---|
| <i>Trabalhos de Metal</i> | <i>Todos os aprendizes do 6º ano estiveram, durante os meses de maio e junho, entregues ás suas tarefas, em obras de encomenda e de acordo com as respectivas especializações.</i> | <i>60-Confecção de modelo de 1 portão de ferro, com remate.</i> |
| <i>Trabalhos de Madeira</i> | <i>Idem acima</i> | <i>75-Exercicios, em estilo, sobre caixilhos.</i> |
| <i>Feitura do Vestuario</i> | <i>Idem acima</i> | <i>61-Execução de 1 terno de casimira, tipo jaquetão.</i> |
| <i>Fabrico do Calçado</i> | <i>Idem acima</i> | <i>44-Cóрте e acabamento de 1 calçado p. homem.</i> |

ANEXO 06**7.6 INSTRUÇÕES REGULADORAS DO FUNCIONAMENTO DOS CURSOS NOTURNOS, A QUE SE REFERE O ART. 43 DO REGULAMENTO VIGENTE.**

“M.E.S.-S.E.-D.N.E. – DIVISÃO DE ENSINO INDUSTRIAL

***INSTRUÇÕES REGULADORAS DO FUNCIONAMENTO
DOS CURSOS NOTURNOS, A QUE SE REFERE O ART.
43 DO REGULAMENTO VIGENTE.***

I

Destinam-se os cursos noturnos existentes nos Liceus Profissionais a ampliar a sua ação educativa em benefício do operário adulto, ministrando-lhe os conhecimentos necessários ao aperfeiçoamento da sua capacidade técnica.

II

Serão admitidos á matrícula nos cursos noturnos os operários que o requererem á Diretoria do Liceu, provando, com documento hábil, o seguinte:

- a) *idade mínima de dezesseis anos;*
- b) *não sofrer moléstia contagiosa ou repugnante;*
- c) *bôa conduta;*
- d) *condição de operário.*

III

O ensino nos referidos cursos constará das mesmas materias do curso diurno, devendo ser mais intensivo o da lingua vernácula, matemática elementar, geografia e história pátria, desenho e tecnologia.

IV

Os programas de ensino nos cursos noturnos serão organizados pelos respectivos professores e aprovados, provisoriamente, pelo Diretor, que os submeterá á aprovação da autoridade superior.

V

Servirão nos cursos noturnos, de preferencia, os professores dos cursos diurnos e os respectivos coadjuvantes, que forem designados pelo Diretor, com aprovação do D. N. E. – Na Falta dêstes, ou quando não possam servir, serão, por áto da Diretoria, sujeito á aprovação, designados professores extranhos ao

estabelecimento, de reconhecida idoneidade, preferindo-se os já habilitados em concurso.

VI

Desde que a frequência média, em dois meses seguidos, atinja o número de 50 alunos, serão admitidos tantos coadjuvantes quantos forem os grupos desse número ou fração.

VII

Tendo-se em vista as condições locais, o Diretor organizará, de acôrdo com os professores, o horario para o funcionamento das aulas noturnas, que terão a duração de duas horas diárias.

VIII

Os funcionários dos Liceus Profissionais, que servirem nos cursos noturnos, perceberão, alem dos seus vencimentos, as gratificações constantes da tabela anexa ao respectivo Regulamento, mediante folha especial, sendo obrigados a permanecer no educandário durante o funcionamento das aulas.

IX

São aplicáveis aos cursos noturnos as disposições regulamentares atinentes ao curso diurno.”

ANEXO 07

7.7 “CONDIÇÕES DE MATRÍCULA NA ESCOLA TÉCNICA DE CURITIBA

Na Escola Técnica de Curitiba são ministrados os seguintes cursos: 1) Industriais; 2) Mestria; 3) Técnicos; 4) Pedagógicos.

CURSOS INDUSTRIAIS

Os cursos industriais são destinados ao ensino, de modo completo, de um ofício cujo exercício requeira uma formação profissional de 4 anos.

Serão ministrados na Escola Técnica de Curitiba os seguintes cursos industriais: a) serralheria, b) mecânica de máquinas, c) mecânica de automóveis, d) carpintaria, e) alvenarias e revestimentos, f) pintura, g) marcenaria, h) artes de couro, i) alfaiataria, j) corte e costura, k) tipografia e encadernação.

Para ingressar na primeira série do curso industrial é necessário que o candidato satisfaça as seguintes condições: a) tenha recebido educação primária completa; possua capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares que devem ser realizados; c) seja aprovado em exames vestibulares; d) prove que não é portador de doença contagiosa e seja vacinado.

O exame vestibular para os cursos industriais consta do seguinte: a) prova escrita de língua pátria, constante da descrição de uma gravura sorteada no

momento do exame. Não se exigirá do candidato nível de conhecimento superior ao do quinto ano primário; b) prova escrita de aritmética, constante e vinte questões sobre noções básicas e elementares da seguinte matéria: sistema de numeração decimal; operações fundamentais; divisibilidade; números primos; máximo divisor comum; mínimo múltiplo comum; frações ordinárias e decimais, e sistema métrico decimal.

Ao aluno que concluir qualquer dos cursos industriais conferir-se-á o diploma de artífice com expressa menção da espécie de curso concluído.

CURSOS DE MESTRIA

Os cursos de mestria têm por finalidade dar aos diplomados em curso industrial a formação profissional necessária ao exercício da função de mestre.

Serão ministrados na Escola Técnica de Curitiba os seguintes cursos de mestria: a) fundição, b) serralheria, c) calderaria, d) mecanica de máquinas, e) mecanica de precisão, f) mecanica de automóveis, g) máquinas e instalações elétricas, h) carpintaria, i) alvenarias e revestimentos, j) cantaria artística, k) pintura, l) fiação e tecelagem, m) marcenaria, n) artes de couro, o) alfaiataria, p) corte e costura, q) tipografia e encadernação.

O candidato á matrícula em qualquer dos cursos de mestria deverá ter concluído curso industrial correspondente, e ser aprovado em exames vestibulares.

Os cursos de mestria terão duração de dois anos.

Reservar-se-á metade do tempo do cursos de mestria para estágio. Esse estágio, que poderá ser feito simultaneamente ou não com o estudo das disciplinas, é obrigatório, e será controlado, mediante os necessários entendimentos com o estabelecimento industrial escolhido.

Ao aluno que concluir qualquer dos cursos de mestria conferir-se-á o diploma de mestre, com expressa menção do curso concluído.

CURSOS TÉCNICOS

Os cursos técnicos são destinados ao ensino de técnicas, próprias ao exercício de funções de caráter específico na indústria. Na Escola Técnica de Curitiba serão ministrados os seguintes cursos técnicos: a) decorações de interiores, b) máquinas e motores, c) edificações, d) desenhista técnico.

Os candidatos aos cursos técnicos deverão satisfazer as seguintes condições: a) ter concluído o primeiro ciclo do ensino secundário, ou curso industrial relacionado com o curso técnico que pretenda fazer; b) possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares; c) ser aprovado em exames vestibulares.

É o seguinte o programa dos exames vestibulares para admissão aos cursos técnicos:

a) PORTUGUÊS:

- 1. A prova escrita compreenderá duas partes: composição e gramática.*
- 2. A composição constará da redação de uma carta, de uma narração, ou de uma dissertação.*

3. *Far-se-ão vinte questões de gramática, versando sobre a seguinte matéria: sinônimos, antônimos, parônimos, verbos irregulares, defectivos e pronominais, pronomes e sua colocação, figuras e vícios de linguagem, sintaxe e concordância.*

b) MATEMÁTICA:

1. *A prova escrita versará sobre cinco questões práticas, sendo duas de aritmética, duas de geometria e uma de álgebra, e sobre vinte questões teóricas, sendo oito de aritmética, oito de geometria e quatro de álgebra.*

2. *As questões de aritmética serão restritas á seguinte matéria: divisibilidade; números primos; máximo divisor comum; mínimo múltiplo comum; frações ordinárias e decimais; sistema métrico decimal e inglês; conversões; potências; raízes; números complexos; proporções; regras de três simples e compostas; percentagem e juros; desconto; divisão proporcional; cambio.*

3. *As questões de geometria serão restritas á seguinte matéria: noções fundamentais sobre sólidos geométricos, superfícies, linhas, ponto; angulos; paralelas; perpendiculares e oblíquas; triangulos; quadriláteros; polígonos; círculo; figuras semelhantes, escalas; áreas das principais figuras planas; poliedros, corpos redondos; volume e superfície do paralelepipedo, do prisma, da piramide, do cilindro, do cone e da esfera.*

4. *As questões de álgebra serão restritas á seguinte matéria: números relativos; expressões algébricas; valor numérico; ordenação e*

redução dos termos semelhantes; soma, subtração, multiplicação e divisão algébrica; equações do 1º grau com uma ou mais incógnitas.

c) DESENHO

A prova compreenderá duas partes: a primeira constará de um desenho do natural, variando o modelo de acordo com a natureza do curso técnico escolhido pelo candidato; a segunda parte constará da solução de um problema de desenho. Esse problema será de desenho geométrico ou de desenho projetivo conforme a natureza do curso que o candidato tiver escolhido. Aos alunos que concluírem qualquer dos cursos técnicos conferir-se-á o diploma correspondente à técnica estudada. É assegurada aos portadores de diploma conferido em virtude de conclusão de curso técnico a possibilidade de ingresso em Escola de Engenharia, para matrícula em curso diretamente relacionado com o curso técnico concluído, verificada a satisfação das condições de preparo, determinadas pela lei competente.

CURSOS PEDAGÓGICOS

Os cursos pedagógicos destinam-se à formação de pessoal docente e administrativo do ensino industrial. Terão duração de um ano e abrangendo os dois cursos seguintes:

a) curso de didática do ensino industrial; b) curso de administração do ensino industrial.

O curso de didática do ensino industrial abrangerá o ensino das seguintes disciplinas:

a) *Psicologia educacional; b) Orientação e seleção profissional; c) História da indústria e do ensino industrial; d) Metodologia.*

O curso de administração do ensino industrial abrangerá o ensino das seguintes disciplinas de cultura pedagógica:

a) Orientação e seleção profissional; b) Administração escolar; c) História da indústria e do ensino industrial; d) Orientação educacional.

O candidato á matrícula em qualquer dos cursos pedagógicos deverá ter concluído

qualquer dos cursos de mestría ou qualquer dos cursos técnicos, e ser aprovado em exames vestibulares.

Ao aluno que concluir o curso de didática do ensino industrial conferir-se-á o diploma de licenciado; e ao que concluir o curso de administração do ensino industrial, o diploma de técnico em administração do ensino industrial.

Os vários cursos da Escola Técnica de Curitiba terão a seguinte duração:

- | | |
|-----------------------|----------------|
| <i>1. Industriais</i> | <i>4 anos</i> |
| <i>2. Mestría</i> | <i>2 anos</i> |
| <i>3. Técnicos</i> | <i>3 anos</i> |
| <i>4. Pedagógicos</i> | <i>1 ano."</i> |

ANEXO 08**7.8 RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS (ORDEM ALFABÉTICA) E CARGO OCUPADO, NO PERÍODO DE INTERESSE**

Daniel Borges dos Reis, Escrivão, Professor, e Diretor no período de 24 de agosto de 1938 a 09 de setembro de 1939.

Lauro Wilhelm, Professor, e Diretor no período de 09 de setembro a 19 de novembro de 1965.

Zacarias Liteka, Aluno, e Professor no período de 01 de junho de 1945 a 28 de dezembro de 1980.